

## 6. RETORNO E OUTROS REFLUXOS

*"O papel do remigrado do Brasil na constituição da sociedade portuguesa foi capital no norte do país. [...] Personagem viva que assomava e ascendia sobre o decair rápido das classes predominantes do velho regime. Aburguezaram fortemente o meio e regaram de libras a cidade e o campo. Bairros inteiros edificaram no Porto, cidade sua predilecta. Eram seus o palacete urbano enfeitado com o braço da fidalguia de fresca data que os ufanava e o casarão vermelho erguido no pomar da quinta bem granjeada. A igreja, a escola, o asilo, o hospício, o hospital, outros tantos marcos da sua benemerencia dadivosa" .*

Ricardo Jorge, *Brasil! Brasil!*,  
Lisboa, Emp. Literária Fluminense,  
1930, pp. 23-24.

Numa grande parte da literatura sobre a emigração portuguesa insiste-se na ideia de que o emigrante parte no desejo profundo de voltar rapidamente a Portugal. A emigração para a Europa, dificultando a integração do emigrante, deu mais crédito a esta tese que, em retroprojectão, tem sido generalizada a toda a emigração portuguesa. Ajustar-se-á esta perspectiva à emigração para o Brasil do século passado? Qual o seu grau de adequação? Em que medida se verifica o retorno? Quais os influxos mais significativos provocados pelo retorno na sociedade de partida? Que configurações assume a reintegração? Eis algumas questões, cuja pertinência justifica a elaboração do presente capítulo, ainda que as respostas nem sempre possam resolver as questões de fundo, colocando sobretudo novos e mais minuciosos problemas.

Se aceitarmos como explicação geral da emigração um quadro expulsivo, aonde a exclusão social assume um papel determinante nas estratégias de reprodução doméstica, gerando um emergir difuso de ressentimentos, será de aceitar o "mito do retorno" como operador nas decisões individuais de partida? Mas como conciliar a partida "ressentida"

com a volumosa corrente de retornos, que, apesar de tudo, se verifica ? E que sentidos descortinar nesses retornos?

O cerne da questão não estará em encontrar uma explicação genérica, mas sim em aceitar a multiplicidade de situações que este tipo de emigração envolveu. Autêntico "país excedente" que se transplantou, a emigração atravessou grupos e situações sociais, não tendo sido fruto de situações exclusivistas. Homens, mulheres e crianças de todas as condições atravessaram o Atlântico na expectativa de alguma melhoria, uns responsabilizando o país e o seu tecido social, muitos empurrados pela família, outros assumindo eles próprios a decisão de emigrar. Nuns casos prevaleceu o isolamento e a individualidade, noutros casos, porém, a família mobilizou-se, concentrou esforços para permitir a emigração, quantas vezes se endividou! Imagens diferentes que ficam nas pessoas que partem, a conjugar com as novas situações, agradáveis e/ou decepcionantes, que a integração num novo mundo impõe. Imagens que podem perdurar, sublimar-se ou reconverter-se face às vicissitudes do quotidiano e à instabilidade em que o "estrangeiro" sempre vive fora da terra natal.

Quantos não diriam como António José de Amorim, remetendo a sua emigração para o contexto familiar: "*sendo o 7º filho do Casal coube-me em sorte ser o primeiro espelho da casa paterna*". Com tirocínio comercial numa loja de Vila do Conde, chega ao Brasil por 1800, e, após diversas peripécias com a sua instalação, que o levaram a uma tentativa frustrada de estabelecimento em Inglaterra, dirá, em 1831, já negociante de nomeada, na sequência de tumultos anti-portugueses: "*posto que eu seja aqui bem quisto; contudo não sei também o que me podera acontecer, por tanto ainda que não faço tenção de me retirar de Pernambuco como acima disse, salvo se a necessidade urgir, quero sempre estar prevenido para o que possa acontecer.*"<sup>1</sup> Um balançar permanente entre os dois mundos, o do nascimento e o da adopção, com a hesitação a crescer quando nuvens tumultuosas toldam o horizonte do negócio. O emigrante que partiu jovem e não tem encargos estritos de família conjugal tem comportamentos de nómada, procura as oportunidades, fixa-se nos oásis que lhe permitem algum ganho e estabilidade social, mas está sempre pronto a partir.

---

<sup>1</sup> Cf. AMORIM, Manuel, "Os Bonitos de Amorim - Primeiro capítulo da história de uma família benemérita", *Póvoa de Varzim - Boletim Cultural*, vol. XII, nº1, 1973, p.16

## 6.1 - Imagens e alguns números

A imagem oficial ou oficiosa que nos é fornecida pelos contemporâneos sobre os Portugueses no Brasil não é a de indivíduos que vivam isolados, acumulando riqueza para depois a transferirem para a terra natal. Quando chegam a acumular capital, a generalidade investe no Brasil, que no século passado experimentou um grande crescimento económico e se apresentava como um dos grandes países do futuro, pleno de oportunidades. Não raramente o português assume posições de liderança, fixa a sua riqueza ao solo brasileiro, forma família, sedentariza-se. Sob o ponto de vista individual, não vemos melhor forma de sucesso, ainda que isso possa defraudar as estratégias familiares de partida ou os interesses gerais da Nação.

### 6.1.1 - Opiniões consulares

Se recorrermos aos resultados do inquérito sobre as colónias portuguesas em países estrangeiros promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1881, podemos colher algumas imagens elucidativas sobre os comportamentos da emigração portuguesa.

Em Pernambuco, por exemplo, *"os portugueses fixam-se no paiz, ligam-se pelo casamento, criam familia e adquirem propriedade"*, aplicando-se no comércio, nos ofícios e artes mecânicas, mais raramente em fábricas ou nas artes liberais. Têm o hábito de se concentrar na capital da província (Recife) ou em outras cidades e vilas, não havendo notícias de colónias agrícolas com eles<sup>2</sup>.

No Maranhão, a imigração é atraída *"pelo convite protector de parentes e amigos, que constituem o nucleo sedentario e prospero da colonia. Assim quasi todos deparam ingresso prompto na carreira commercial, que é a mais suave e lucrativa, e onde, com mediana intelligência e actividade, se obtem em menos tempo uma lisonjeira abastança, para a qual concorre principalmente a facilidade dos patrões em associarem os caixeiros aos interesses do seu commercio"*. No comércio distinguia o informador três categorias: a dos grandes comerciantes (importadores, exportadores e vendedores por atacado), os lojistas e a dos quitandeiros. Enquanto os portugueses dominavam por completo as duas últimas, começavam, então, a sofrer a concorrência dos nacionais na

---

<sup>2</sup> GUIMARÃES, Claudino de Araujo, "Colonias Portuguezas em Paizes Estrangeiros -XVII - Em Pernambuco", *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 3ª serie, nº 4, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, pp. 228-234.

primeira, mantendo, porém, ainda a superioridade. Depois dos comerciantes, vinham os lavradores, roceiros e criadores de gado. Na vila de Codó havia uma colônia portuguesa, com homens e mulheres de Avintes (V. N. de Gaia), embora a exploração agrícola se limitasse a pequenas áreas. Mas também havia alguns portugueses "*cujas circunstancias muito parecidas com as dos indígenas accusam ou fraquezas e infortunios pessoais ou o imprevidente excesso da antiga emigração*". Tratava-se de indivíduos analfabetos, vindos em idade madura, "*incompativel com a sujeição a qualquer aprendizagem e que para viver têm o unico recurso do trabalho rude e braçal*"<sup>3</sup>.

Segundo o cônsul do Pará (cujo consulado incluía também a província do Amazonas), 95% dos estrangeiros eram portugueses, que se encontravam mais disseminados por rios e cidades interiores. Aponta igualmente a tendência para a sua fixação e fundação de estabelecimentos no país, adquirindo interesses e bens de raiz, adoptando rapidamente usos e costumes.<sup>4</sup>

Num inquérito de características idênticas mas posterior, lançado em 1911, aparecem-nos imagens mais expressivas, umas pautando-se pela imagem de distanciamento em relação à Pátria, outras numa ligação mais duradoura.

O consulado de Manaus, aonde, por essa altura, se fixara uma importante colônia portuguesa (cerca de 15000) traça um retrato radical do português. Para ele, os imigrantes portugueses confundem-se com todas as classes sociais e adaptam-se aos meios mais variados, "*ainda os mais opostos aos costumes nacionais, numa promiscuidade aterradora que lhes modifica por completo o carácter*". Mas vale a pena transcrever um pouco mais da sua exposição:

*"Uma vez fixado no Brasil, portanto, o português, especialmente o que vive com certa independência, desfruta regular posição no commercio, exerce qualquer cargo publico ou ostenta as honrarias da Guarda Nacional, constitui geralmente familia, integrando-se na sociedade brasileira, sendo raros os que regressam á patria, salvo a titulo de passeio como o lisboeta vai a uma tourada a Badajoz e o remediado para as praias e termas passear a sua ociosidade, respirar outros ares e tonificar os combalidos membros. A patria para eles não tem atractivos, porque nunca conheceram outros alem da missa conventual, o arraial da aldeia e a feira da vila mais proxima. Assim como é agarrado á geira de terra que levou a cavar durante a meninice sem conhecer-lhe o valor nem a arte de faze-la prosperar, assim a olvida quando se vê num meio aonde a vida lhe é relativamente mais facil, a ponto de deprimi-la com referencias e alusões*

---

<sup>3</sup> CAPELLA, Raymundo Venancio Rodrigues, "XIX - No Maranhão", *ibidem*, pp. 236-241.

<sup>4</sup> MOREIRA, J.B., "XV - No Pará", *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 3ª serie, nº 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, p. 21-40.

*pouco honrosas para quem as emite, não sendo a menor leviandade o classifica-la de terra miseravel."*

Mas o cônsul estabelece uma distinção entre os imigrantes de origem urbana e operária e os de origem rural, ressaltando que os primeiros são patriotas, amam a sua terra e anseiam pelo regresso, aonde querem construir casa e casar com portuguesa<sup>5</sup>. Dificuldade de percepção nos traços distintos de integração, impostos pela profissão e local de fixação, já que o trabalho urbano, ao contrário do agrícola, permite uma maior mobilização de recursos e de contactos e não prende o indivíduo à terra?

Num registo mais discreto, o cônsul de Porto Alegre, ao mesmo tempo que mostra a participação portuguesa no capital das mais importantes empresas da região, converge nos mesmos traços do retrato do imigrante português: *"Geralmente constitue familia, não pensando mais em regressar á terra natal, onde só recordações amargas o prendem, mas sim trabalhar para garantir o futuro dos seus filhos que são para todos os casos brasileiros e, facto notavel, os peores inimigos de Portugal"* <sup>6</sup>.

Também, em Pernambuco, se reconhecia a *"facil desnacionalisação"* dos portugueses, o seu gosto pela participação na vida política e a corrida à inscrição como eleitor, *"para participarem da distribuição de logares municipais ou para á sombra da protecção eleitoral melhor conseguirem equilibrar a situação economica"*. Outros requeriam e pagavam patentes na milícia, gozando de uma consideração especial, quer pela sua situação económica, quer pela conferida pela denominação de *coronel* ou, em alternativa, de *comendador* <sup>7</sup>.

No mesmo sentido vão as respostas de outras regiões, como as do Pará ou Rio Grande (*"são raros os que, depois de estarem aqui algum tempo, voltam para Portugal. Aqueles mesmos que trazem família não voltam; deixam-se, enfim, assimilar"*)<sup>8</sup>. Embora reconhecendo que há sempre portugueses que não conseguem emprego, por serem analfabetos, despedidos de habilitações profissionais ou idosos, os quais correm ao consulados a pedir a repatriação, a ideia geral prevalecente é a da integração e assimilação fácil do português que investe a sua riqueza em bens de raiz, títulos de dívida pública do Brasil, bancos e seguradoras e, nos finais do século, já no campo industrial.

<sup>5</sup>In "Manaus - a colónia portugueza no Amazonas", *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, nº 10, 32ª série, Out. de 1914, pp.363-375.

<sup>6</sup> In "Porto Alegre - Relatório consular", *ibidem*, nº 11, 32ª série, Nov. 1914. pp. 411- 421.

<sup>7</sup> SANTOS, José Augusto Ribeiro de, "O cônsul de Portugal no Pará à Sociedade de Geographia de Lisboa", *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, nºs 8-9, 31ª série, Agosto-Setembro de 1913, p. 294.

<sup>8</sup> In "Colónias Portuguesas em Países Estrangeiros", *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, nºs 5-6, 31ª série, Maio-Junho de 1913, pp. 197-218.

Para essa fixação muito contribuía a organização da vida familiar e a segunda geração, que se tornava brasileira por nascimento.

Mas esta imagem consular também padece de restrição. A numerosa e longa permanência de portugueses nos mais diversos recantos do Brasil conferia uma ideia de estabilidade e imobilidade que não se ajusta de todo à realidade.

### 6.1.2 - Estimar o retorno

Embora o movimento de passageiros de retorno não tenha a expressão quantitativa do verificado no sentido contrário, ela não é de desprezar. Basta, por exemplo, folhear as notícias que nos meados do século passado nos dão conta das chegadas dos navios do Brasil, muitas delas com relações dos nomes em causa, para reconhecer a sua importância. Outras fontes do lado de cá dão-nos conta da significância desse movimento e chegam a quantificar aproximações.

Assim, o governador civil do Porto, Tabner de Moraes, considera que uma parte dos passageiros que vão ao Brasil não se enquadra no conceito de emigrante, pois muitos iam lá para tratarem de negócios ou em visitas de família, regressando pouco tempo depois, em número que, na sua óptica, deveria atingir os 20% dos passageiros<sup>9</sup>. E avança mesmo com uma estimativa: *"póde dizer-se que de 100 individuos que emigram, regressam apenas 40, dos quaes 20 voltam tão pobres como foram e com a saude deteriorada, 15 com pequenos capitais e sufficientes apenas para estabelecerem a sua industria em melhores condições, ou comprarem alguma propriedade nas localidades d'onde são naturaes, e 5 com boas fortunas. Um facto que deve notar-se é que ha muitos individuos que vão ao Brazil, onde somente se demoram tres ou quatro annos, e regressam depois com pequenos capitaes que empregam no paiz conforme acima indiquei. Muitos ha tambem, e são quasi todos os que adquirem alguns meios de fortuna, que estabelecem pequenas mensalidades ás suas familias, ou de tempos a tempos lhes mandam algumas quantias, com que ellas supprem ás proprias necessidades, ou compram alguma propriedade e se entregam em melhores condições á vida agrícola"*<sup>10</sup>.

Temos, portanto, imagens contraditórias sobre o movimento migratório: para o observador do lado de lá, o português sedentariza-se e esquece, em grande medida, a sua pátria; para o observador do lado de cá, que todos os dias lida com o movimento de

---

<sup>9</sup> *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Camara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, p.176

<sup>10</sup> *Idem, ibidem*, p.177.

passageiros, há uma porção substancial da emigração que reflui, numa estimativa que chega ao nível dos 40%, ou mesmo mais, se considerarmos a referência aos 20% de simples passageiros que se demoram pouco tempo. Não são fáceis as contas da emigração, sobretudo se lhe adicionarmos ainda os níveis de clandestinidade, que alguns exageram e outros reduzem à insignificância. Mais difícil se torna ainda a percepção dos seus sentidos.

É verdade que só à barra do Douro chegava um movimento de retorno na ordem dos 5 a 10% das partidas legais anuais, e este número não representava senão uma pequeníssima parte dos regressos, pois, como lembravam os relatórios do governo civil, a maior parte deles desembarcava nos lazaretos de Lisboa e Vigo, aonde os navios faziam as quarentenas dado virem de portos frequentemente dados como "infeccionados", dirigindo-se directamente para o Porto apenas os menos abastados<sup>11</sup>. A ligação Lisboa-Porto fazia-se pelos vapores de carreira e depois também pelo combóio, surgindo os emigrantes retornados como passageiros de trânsito interno, pelo que não há possibilidade de os discernir do conjunto.

Mas, se recorremos, aos números disponíveis para os desembarcados do Brasil no portos de Lisboa<sup>12</sup> e do Douro e os relacionarmos com o movimento da emigração continental, as estimativas do governador civil do Porto acima avançadas ganham credibilidade (Quadro 6.1).

**Quadro 6.1 - Desembarcados do Brasil e emigração,**

**1858-1861**

Anos	Desembarca dos			Emigração do Continente	Desembarcados/ Emigração (%)
	Lisboa	Porto	Total		
1858	1682	734	2416	5695	42,4
1859	2597	263	2860	7902	36,2
1860	3555	362	3917	5665	69,1
1861	3661	167	3828	6241	61,3

Fontes:

- . "Relatório do Governador Civil... de Lisboa", in Relatórios sobre o Estado da Administração Publica... em 1862...
- . Relatorios apresentados á Junta Geral do Distrito do Porto (diversos anos)
- . LEITE, Joaquim Costa, ob. cit. (para emigração).

<sup>11</sup> BARÃO DO VALADO, *Relatório Apresentado á Junta Geral do Districto do Porto na sua sessão ordinária do anno de 1857*, Porto, Typographia Sebastião José Pereira, mapa anexo nº 15.

<sup>12</sup> In "Relatório do Governador Civil do Districto Administrativo de Lisboa", *Relatórios sobre o Estado da Administração Publica nos Districtos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas adjacentes em 1862*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865., p.39.

É certo que não conhecemos os que desembarcam em Vigo, por imposição das quarentenas ou dificuldades de desembarque no Douro, por mau tempo. Também não conhecemos em pormenor os desembarcados, entre eles poderão incluir-se alguns estrangeiros, por exemplo, ou ilhéus, os quais não consideramos nos volumes de emigração, mas acreditamos que a maioria são simplesmente emigrantes de retorno ou passageiros do Brasil em viagem, havendo, portanto, um movimento de compensação em relação às saídas que, por esta altura, oscila entre os 40 e os 60%. Fica, assim, drasticamente reduzida a imagem de "hemorragia" demográfica conferida pelas análises que só contabilizam o movimento de saídas.

Apesar de não existirem registos para os movimentos de retorno, é impressionante o facto de muitos autores e políticos oitocentistas menosprezarem o fenómeno, não se referindo sequer às informações existentes, bastante elucidativas, apesar das suas características de dispersão e descontinuidade. À mentalidade romântica e decadentista então prevalecente era mais sugestivo e eficaz o acentuar da "sangria" populacional, do que descortinar-lhe as características de vaivém e a sua elasticidade funcional. A obsessão com as listas mortuárias, a que as epidemias cíclicas de febre amarela no Rio de Janeiro e outras cidades conferiam uma imagem de catástrofe, em conjugação com a insistência de que muito poucos voltariam ricos, levou-os a secundarizarem como tópico de abordagem a questão do retorno.

Ainda assim, Oliveira Martins não deixa passar a questão em claro, e compulsando os dados para o Rio de Janeiro referentes a 1864-1873 (Inquérito sobre a Emigração) e estatísticas brasileiras para 1885-1893, chega à conclusão que o retorno orça pelos 50%, ao mesmo tempo que nega a possibilidade de uma mortalidade de 20% dos portugueses no Brasil, aventada pelo Inquérito Parlamentar de 1873<sup>13</sup>. Os resultados são, assim, idênticos aos que acima apresentamos para os anos 1858-1861. E conjugam-se, de alguma forma, com os dados mais sistemáticos recolhidos por Joel Serrão para períodos mais latos e para as saídas de diversos portos brasileiros, embora aqui se torne mais nítida a flutuação conjuntural<sup>14</sup>. Ainda na mesma linha, podemos utilizar a relação entre saídas e entradas de portugueses no Pará, no movimento directo com portos portugueses - entre 1861-80, essa relação foi de 61%-, ou de Pernambuco - entre 1855-80, a mesma relação foi de 48%<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Cf. MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães & C<sup>a</sup> Editores, 1956, pp. 244-246

<sup>14</sup> SERRÃO, Joel, A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX (esboço de problematização)", in *Temas oitocentistas -I*, Lisboa, Livros Horizonte, 161-186.

<sup>15</sup> Com base nos dados consulares, para o Pará, segundo MOREIRA, J. Baptista, ob. cit., *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 3<sup>a</sup> serie, n<sup>o</sup> 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1882, p. 36. O mesmo

**Quadro 6.2 - Portugal Continental : Movimento da População  
e equação de concordância, 1890-1900**

População em 1890.....					4660095
Anos	Nascimentos	Óbitos	Emigração	N-O-E	
1891	148025	106757	26140	15128	
1892	146541	95678	16297	34566	
1893	150516	101954	23931	24631	
1894	141076	99479	25129	16468	
1895	143155	99802	36553	6800	
1896	144519	111240	22100	11179	
1897	146797	107400	17533	21864	
1898	146853	104413	20791	21649	
1899	146400	98205	14282	33913	
1900	149933	101037	16033	32863	
Totais	1464835	1040503	202756	221576	221576
População em 1900.....					5016267
Diferença explicada por imigração.....					134596

Ora se utilizarmos, para um período em que haja estatísticas disponíveis, o exercício simples da equação de concordância, conjugando a população em dois momentos diferentes, com o movimento demográfico intermédio (Quadro 6.2), chegamos à conclusão que, no final do século, esse movimento de retorno não se atenuou, mesmo admitindo alguma fragilidade nos valores censitários e aceitando que no volume demográfico a justificar pela imigração se encontram outras formas de entrada, além dos retornos (entrada de estrangeiros, por exemplo)<sup>16</sup>. Neste caso a diferença atinge 66% das partidas legais verificadas na década do final do século, valor que parece demasiado alto, a sugerir problemas estatísticos<sup>17</sup>.

Naturalmente que o movimento de retorno acontece, por definição, em diferido, e dada a sua natureza de refluxo, tem tendência a crescer em momentos de atenuação da emigração. Calculá-lo com base num indicador como a percentagem de retornos sobre as partidas, significa estabelecer uma relação deslocada, pois, em rigor, os retornos deveriam ser correlacionados com o volumes de partidas anteriores que lhe serviram de base. Só uma análise de tipo longitudinal, que acompanhasse os indivíduos ao longo da

tipo de informação para Pernambuco, segundo GUIMARÃES, Claudino de Araujo, *ibidem*, nº 4, p. 232.

<sup>16</sup> Com base nos cálculos para 1913, Fernando Emygdio da Silva aceita um estimativa de 30% para os retornos, defendendo, porém, que estes se equiparam com a emigração clandestina e, portanto, se anulam entre si. Cf., deste autor, *Emigração Portuguesa*, Coimbra, França & Arménio, 1917, pp. 111-115.

<sup>17</sup> Para um exercício da equação de concordância com maior sofisticação estatística, visando a estimação da clandestinidade, em que a autora assume à partida uma pequena percentagem de retornos, cf. BAGANHA, Maria Ioannis B., "Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre emigração", in ROEL, A.E., *ob. cit.*, 161-175.

sua trajetória, desenhando o calendário dos acontecimentos migratórios, permitiria um conhecimento aprofundado do fenómeno, mas para isso tornava-se indispensável a existência de registos próprios, que fornecessem indicações de identificação suficientes para os retornados. Que o repatriamento, para além do seu fluxo normal, correspondendo aos que terminaram o seu ciclo migratório, com sucesso ou insucesso, oscila bruscamente em relação à conjuntura dos países de recepção, não há dúvida. Basta pensarmos no enorme movimento de retorno que se gerou por volta de 1914, com a emigração do Brasil, em que as entradas em Portugal ultrapassaram as saídas<sup>18</sup>.

### 6.1.3 - Reemigração

Mas poderá reduzir-se o movimento da emigração a este jogo da partida e do retorno, não é ele, em grande parte, falacioso? Com efeito, se introduzirmos a questão de os "desembarcados" não constituírem apenas emigrantes em retorno definitivo, mas incluírem também emigrantes em trânsito, ou seja, indivíduos que vêm à terra visitar a família, tratar de negócios ou, simplesmente, com a ideia de ficar mas a quem a reintegração se torna difícil, voltando a embarcar posteriormente, ou ainda os que se fixam para voltar a sentir a necessidade de partir mais tarde, a questão matiza-se um pouco. Na verdade, como são estes considerados na sua segunda partida? A questão ganha acuidade, à medida que os progressos da navegação se fazem sentir, diminuindo os custos e tempos de viagem, permitindo a muitos emigrantes uma ou mais viagens à terra natal, ou mesmo optarem por uma emigração intercalada, com períodos mais ou menos longos de fixação na terra natal e partida sempre que a situação económica e/ou social o aconselhe. Mas para a maioria dos textos oficiais que abordam o retorno, a análise é quase sempre dicotómica: uns poucos regressam ricos; a grande maioria dos que retornam chegam doentes e/ou desiludidos.

Tanto quanto conseguimos apurar, a primeira vez que a questão se colocou de outra forma aos serviços de emigração foi em 1937, na reorganização dos serviços que passavam a estar incluídos na Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (P.V.D.E.). Os serviços então montados, passaram a interrogar todos os indivíduos que retornavam, procurando esclarecer as causas de abandono dos respectivos países. Assim, no ano de

---

<sup>18</sup> A proporção dos repatriados sobre os emigrantes que partiram, foi, em 1913, de 44,3% e, em 1914, de 158,1%. Cf. CARQUEJA, Bento, *O Povo Portuguez - aspectos sociais e economicos*, Porto, Livraria Chardron, 1916, p. 415.

1937, dos 7114 emigrantes retornados, 4610 declararam que vinham em viagem e voltariam aos países aonde se encontravam fixados; no ano de 1938, em 6596 retornados, a mesma declaração foi feita por 3809. Como a própria polícia indica, o contingente de retornados de 1938, para o caso do Brasil, apresentava-se deste modo: 61% eram "emigrados", ou seja voltariam ao Brasil; 22% regressavam por motivos independentes da falta de trabalho; 17% por falta de trabalho e repatriados na sua quase totalidade. Entretanto, face à legislação que ordenava a classificação de emigrantes a todos os passageiros de 3ª classe, a maioria daqueles que voltaram ao Brasil (como a outros países) foram de novo assim considerados, o que inflacionou substancialmente as estatísticas, se se esperava delas apenas as situações de 1ª emigração, as quais representaram tão só cerca de 50% do volume de emigração estimado oficialmente para esse ano<sup>19</sup>. Temos, assim, que as estatísticas de emigração apresentam a sua especificidade própria, sob o ponto de vista agregativo, pois não acumulam indivíduos, mas sim migrações, facto a ter em conta para cálculos demográficos: o mesmo indivíduo, ao longo do tempo, pode estar representado, duas ou mais vezes, consoante o número de viagens que fez à terra natal e ainda o estado económico em que as fez, isto é, seria considerado emigrante se voltasse a embarcar em terceira classe, não o seria se o fizesse nas outras classes superiores, em certas circunstâncias (isto a partir da legislação de 1907)<sup>20</sup>. Estamos, assim, perante a dupla natureza, reversível e renovável, do fenómeno migratório, surgindo a reemigração como um aspecto a ter em conta no problema da emigração, pois quando a repetição do fenómeno atinge uma intensidade apreciável, o exercício da "equação de concordância", enquanto método para estimar os movimentos migratórios, perde significado, já que dilata artificialmente tanto o volume da emigração como a estimativa da imigração. Este efeito parece não estar ausente do exercício efectuado atrás para o período de 1890-1900, aspecto que relativiza os resultados.

Em que medida a reemigração se verifica na corrente migratória que no século passado se dirigiu do distrito do Porto para o Brasil ? À medida que recolhíamos os passaportes na fase inicial do trabalho de investigação, fomos nos apercebendo da repetição de nomes, experimentando aqui e acolá alguma familiaridade. Um pouco mais de atenção mostrou que estávamos, em alguns casos, em face de novas partidas do mesmo indivíduo, facto importante que a teoria da emigração realça mas que na prática

---

<sup>19</sup> Cf. MINISTÉRIO DO INTERIOR - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, *Relatório (1932-1938)*, Lisboa, Bertrand (Irmãos) Lda, 1939, pp. 147-175. Só nos anos 50 se fará a distinção aqui proposta nas estatísticas oficiais, com base em nova legislação.

<sup>20</sup> Ao tempo, os emigrantes não eram apenas os viajantes de 3ª classe, como já referimos no capítulo 4, de acordo com as "Instruções do Comissariado da Polícia Especial de Repressão de Emigração Clandestina", de 25 de Novembro de 1912.

se torna difícil de estimar, pois só o controlo nominativo, superando a natureza agregada das estatísticas, poderia lá chegar, como já referimos. De facto, a reemigração só pode ser analisada numa perspectiva longitudinal, pois só é observável ao longo da vida dos indivíduos, não se detectando em estimativas anuais. A ordenação dos registos de passaporte em suporte informático, com base no nome, naturalidade e idade foi o primeiro passo para uma tentativa de quantificação, não suficiente, pois a repetição de nomes, mesmo com dois ou três apelidos é impressionante. Estabelecemos alguns processos de controle mais apertado, nomeadamente a conjugação das idades com as datas de partida, que permitiu proceder a eliminações sucessivas. Face à grande massa de dados que ainda subsistia, tivemos de reduzir o campo de observação. Seleccionamos apenas os registos que continham os nomes António (25362 casos), Luís (1636) e João (6026), nomes estes tirados à sorte, trabalhando com uma amostra apenas (no caso, 27% do total de registos de passaportes informatizados). Procedemos, então, a um controlo pessoal, caso a caso, fazendo uso do confronto de todas as variáveis dos registos de passaportes, para detectar as repetições de emigração e classificá-las por ordem de partida (Quadro 6.3), reconhecendo todavia que os resultados só podem valer como aproximação.

**Quadro 6.3 - Reemigração nos passaportes Porto-Brasil,  
1836-1879**

Ordem de viagem	Nºs	%
1ª	30873	93,487
2ª	1592	4,821
3ª	388	1,175
4ª	111	0,336
5ª	39	0,118
6ª	14	0,042
7ª	5	0,015
8ª	1	0,003
9ª	1	0,003
Total	33024	100,000

Como se pode observar, apenas 6,5% das partidas correspondem a situações de reemigração, isto é, trata-se do mesmo indivíduo a embarcar de novo, após o seu retorno. Este quantitativo baixo é, no entanto, significativo, se nos lembrarmos que a emigração clandestina para o período em estudo era calculada em 5%. A prática da reemigração tem como um dos seus efeitos, a nível demográfico, sobreavaliar o número de indivíduos que partiram, enquanto a emigração clandestina os subavalia, pelo que, na prática, com valores iguais, se anulam mutuamente naquele efeito, o que parece ser, de algum modo,

aqui o caso. Note-se, no entanto, que o período analisado só na recta final acusa o impacto considerável dos vapores como meio de transporte, pois antes dos anos 70, como vimos atrás, a emigração para o Brasil fazia-se por veleiros, mais incómodos e vagarosos. Daí que, na análise realizada a reemigração cresce com o passar do tempo, em resposta à mudança de comportamentos provocada com os estímulos à viagem proporcionados pelas novas condições técnicas. Julgamos que esse crescimento se intensificará a partir dos finais do período em estudo, não só em virtude das melhorias e embaratecimento das viagens, como da modificação com a natureza da emigração, cada vez mais marcada pela dispersão da célula conjugal. Mas para os emigrantes de que tratamos, proceder a uma nova emigração era apenas possível a muitos poucos. Quando se retornava era para já não reemigrar, pelo menos para a grande maioria. São, sobretudo, os negociantes, que podiam conjugar visitas familiares e turismo com negócio, os grandes protagonistas destes percursos migratórios pautados pelo retorno, com fixação mais ou menos curta e nova partida, embora haja também situações de pobres, inadaptados e alguns aventureiros. Naturalmente que a multiplicação das partidas se aplicava a cada vez menos indivíduos, pelo que a 4ª viagem já só representa 0,5% das partidas.

## **6.2 - Brasileiros e abrisleirados**

### **- em torno de um inquérito**

O retorno na emigração do Brasil era, pois, elevado, apesar dos textos oficiais quase não o reconhecerem e de o fenómeno se tornar pouco visível em termos sociais. Essa invisibilidade crescia, de resto, à medida que chegava um ou outro mais enriquecido, ofuscando com as suas benemerências a acção discreta dos restantes. E como o retorno empobrecido funcionava como uma atestação pública de fracasso, raramente se dirigia para o local de partida, evitando familiares e conhecidos, na medida do possível. Em todo o caso, o nível de sucesso será sempre relativizado na sociedade de partida, aferido por parâmetros que escapam ao emigrante que retorna. A verve popular e da imprensa, não se furta a distinguir entre os "brasileiros", que teriam provado a sua capacidade individual de realização através de estadias prolongadas e transformadas num visível sucesso económico, e os "abrisleirados", com estadias ligeiras e não significativas sob o ponto de vista económico. A memória colectiva conserva ainda algumas das maroteiras que os rapazes das aldeias protagonizavam sobre os seus jovens conterrâneos que voltavam de bolsos vazios, mas vestidos com o exótico fato branco, incompatível com os hábitos do campo. Autênticos rituais de humilhação a filtrarem a

reintegração, que passavam pelo enodoar da brancura da roupa pelos processos mais cruéis. Na imprensa diz-se, em tom dramático:

*"É negativa a riqueza de sete decimas partes dos nossos compatriotas que "abrasileirados" saltam quasi diariamente nas praias do Tejo; ha na memoria de todos, as ultimas palavras de despedida de seu pai por ocasião de deitar-lhe a sua ultima benção antes da partida ( e quase sempre a ultima da vida) "meu filho, não me venhas envergonhar, ou volta rico, ou... não voltes."*<sup>21</sup>

O Inquérito parlamentar sobre a emigração portuguesa, realizado em 1873, tentou abordar a questão do retorno, vagamente no conjunto de enunciados do quesito X, subordinado ao tema "emigração, imigração", mas a minúcia das questões para a qual não havia registos administrativos compatíveis tornou impossível atingir os objectivos, ao nível do relatório final<sup>22</sup>. Mais tarde (em 1874, e de novo no ano seguinte), foram enviados às administrações concelhias dois modelos de mapa, que a serem preenchidos correcta e sistematicamente dariam uma resposta bastante concreta à questão do retorno:

- *Mappa nominal dos emigrantes portuguezes repatriados com declaração do que se sabe, ou conjectura dos recursos pecuniarios e fortunas liquidadas, ou em liquidação, com que regressaram ao seu paiz nos 10 annos decorridos desde 31 de Dezembro de 1863 até 31 de Dezembro de 1873, e da applicação que n'elle lhes têm dado em proveito da riqueza publica.*

- *Mappa numerico dos emigrantes repatriados, que regressaram ao seu paiz sem fortuna alguma, no período de 10 annos, desde 1863 a 1873.*

Pela correspondência travada entre o governo civil e o Ministério do Reino, verifica-se que, no caso do Porto, nunca foi possível cobrir a totalidade do distrito no preenchimento dos mapas referidos. No caso dos concelhos do Porto e Vila Nova de Gaia e Valongo, com toda a certeza aqueles aonde se verificaria uma grande concentração de retornados, nunca surgiram tais mapas e o governador civil justifica o não envio de todo o processo com a impossibilidade prática de realizar tal tarefa, tanto mais que envolvia questões financeiras para as quais não havia respostas, como os valores dos subsídios enviados pelos emigrantes à família, das propriedades adquiridas e das benfeitorias nelas realizadas, bem como dos estabelecimentos comerciais ou industriais que fundaram e até a dificuldade em presumir a riqueza. Felizmente sobraram as respostas dos restantes catorze concelhos, cujas colunas de preenchimento sistemático podem ser observadas no Anexo 6: ao todo, são referências nominais para 777 emigrantes que retornaram, segundo

---

<sup>21</sup>AZEVEDO, João Pereira, "Emigração portuguesa para o Brazil", *C.P.*, de 13 de setembro de 1872.

<sup>22</sup> Para o questionário inicial da Comissão de Inquérito Parlamentar, cf. "A questão da Emigração", *O Commercio do Porto*, de 29 de Maio de 1872.

o primeiro dos questionários referidos. Existem igualmente as respostas ao segundo questionário, mas dada a sua informação muito breve, apenas de natureza quantitativa, limitar-nos-emos a apresentar os respectivos dados num dos quadros-resumo. Naturalmente que há critérios divergentes no preenchimento dos inquéritos. Alguns administradores incluíram repatriados sem fortuna no primeiro mapa, outros reservaram-nos para o segundo. Uns incluem indivíduos que reemigraram ou que estão em Portugal mas ausentes do respectivo concelho (geralmente no Porto). Alguns citam pequenas "fortunas", inferiores a 100\$000 réis, outros, como o de Gondomar, incluem os de riqueza até 1000\$000 nos pobres e reservam o primeiro mapa para os de grande fortuna, necessariamente poucos<sup>23</sup>. Por outro lado, sublinhe-se que os valores apontados são valores presumidos, isto é, dão-nos uma ideia da fortuna que a opinião pública atribuía, sem qualquer garantia da confirmação do visado, funcionando como uma avaliação externa dos sinais de riqueza.

Aceitando os riscos desta informação muito volúvel, julgamos, mesmo assim, que ela pode ajudar-nos a construir uma ideia do brasileiro oitocentista, a partir de um pequeno conjunto de variáveis, esboçando uma distribuição geográfica e atribuindo-lhe um perfil muito genérico, ainda que baseados em dados grosseiros.

### 6.2.1 - Dispersão

Segundo a conglomeração dos dados dos diversos mapas (Quadro 6.4), pode obter-se uma primeira imagem do retorno, para cerca de milhar e meio de indivíduos. Nesse universo, a distribuição entre os afortunados e os "sem fortuna" é a de, praticamente, 50% para cada lado, pois se os dados de Gondomar indicam indivíduos com alguma riqueza no segundo grupo, há compensação porque outros concelhos referem indivíduos pobres no primeiro grupo. Uma observação por concelhos, mostra um grande desequilíbrio nesta apreciação, facto que atribuímos em parte à posição do informador (o administrador do concelho) sobre o fenómeno emigratório, mas também à realidade das situações.

Concelhos como Bouças, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Paredes, Penafiel, aonde a emigração tradicional tinha tradicionalmente mais peso, sendo uma prática bastante mais antiga, e por isso podendo tirar mais proveito das redes familiares e de amizade, surgem com uma imagem mais favorável, predominando os afortunados sobre

---

<sup>23</sup> O caso de Gondomar é claramente um problema burocrático: o primeiro mapa exige uma referência nominal, o segundo pede apenas o número anual dos regressados, pelo que a meia folha fornecida tornar-se-ia numa listagem de cerca de 400 nomes, com diversas questões.

os "sem fortuna". Numa situação oposta encontramos os concelhos mais interiores, tais como Felgueiras, Lousada, Marco de Canavezes, Baião, que nos anos 50 e 60 tinham fornecido importantes contingentes de engajados, e aonde predominavam os trabalhadores rurais, logo, com menos possibilidade de sucesso, dada a menor preparação anterior para o percurso migratório.

**Quadro 6.4 - Estimativa de retorno entre 1863-1873,  
segundo mapas do Inquérito Parlamentar**

Concelhos	Com alguma fortuna	Sem fortuna	Total	Valetudinários	Valet./total (%)	*Riqueza presumida
Amarante	38	27	65	10	15,4	500,0
Baião	17	6	23	4	17,4	48,5
Bouças	92	6	98	7	7,1	217,8
Felgueiras	9	15	24			34,7
Gondomar**	11	396	407	48	11,8	1554,0
Lousada	7	19	26	7	26,9	56,3
Maia	79	56	135	3	2,2	79,8
Marco	3	95	98	14	14,3	125,0
P. de Ferreira	54	9	63	5	7,9	422,2
Paredes	92		92	13	14,1	765,5
Penafiel	174	37	211	11	5,2	1473,7
P. de Varzim	87		87	17	19,5	1151,6
S. Tirso	48	12	60	20	33,3	560,2
Vila do Conde	66	16	82	3	3,7	1014,5
Total	777	694	1471	162	11,0	8003,8

\*Total por concelho, em contos de réis

\*\*Para Gondomar, sobre os "sem fortuna", refere-se que

"a maior parte dos repatriados regressou com capitais de 200\$000 a 1000\$000 rs."

Fonte: A.G.C.P., Maços de correspondência recebida, M675-681

Embora a presunção de riqueza pareça muito aleatória, pois em concelhos como a Maia e Bouças o valor total é muito baixo face aos restantes e o que se conhece a nível de biografias induz o oposto, de um modo geral, podemos dizer que os maiores níveis de riqueza estão também concentrados naquele primeiro grupo de concelhos. Note-se, no entanto, como os 11 retornados de Gondomar sugeriam o total mais elevado, justificando que os restantes desse concelho fossem considerados pobres dado apresentarem valores entre 200\$000 a 1 conto de réis.

Repare-se, por outro lado, que a percentagem de "valetudinários" ou inválidos não era a que muitos textos oficiais ou officiosos sugeriam, ficando-se, na média geral, pelos 11%, sendo de sublinhar que muitas destas situações correspondiam a indivíduos com alguma fortuna, mas que voltavam em idade avançada por não precisarem de se submeter

às exigências do clima tropical e ao esforço quotidiano que lhes era exigido. Por outro lado, o que parece estar por detrás da vinda de muitos "pobres" são problemas de inadaptação, que se vislumbram no pouco tempo de emigração que viveram, sendo referidos muitos casos de 1 ano, no geral não ultrapassando os 4, produto talvez das situações de excesso de voluntarismo e aventureirismo que muitos cônsules no Brasil referiam. E para muitos destes o retorno não resolvia o problema, provavelmente criaria mesmo incompatibilidade ou incompreensão, sendo os retornados obrigados a retomar a situação de andarilho, ante o vexame de reconhecimento da sua incapacidade para o sucesso. É isso que transparece em muitas observações casuísticas nos mapas referidos, de que a expressão mais explícita é a do administrador de Marco de Canavezes: "*Uma grande parte dos individuos que fazem parte deste mappa voltaram outra vez para o Imperio do Brazil*".

Se nos ativermos apenas aos mais afortunados, na perspectiva da sua localização e distribuição teremos de reconhecer que alguns textos não exageravam quando produziam afirmações como esta, datada de 1842: "*Não se caminha uma legoa nesta Provincia sem contemplar uma Quinta - uma habitação - uma herdade que não se diga, pertence ao Brasileiro F. que tendo em tenra idade hido para o Brazil e ali adquirido fortuna, voltando veio empregalla no saudoso torrão de seu natal, ou mandou a seus Parentes certas quantia que estes ali empregaram.*"<sup>24</sup>

É verdade que, nas décadas de 30 e 40, se verificou um importante retorno de "brasileiros endinheirados", na sequência das comoções políticas que então abalaram o Brasil, muitas das quais geraram tumultos anti-portugueses. A posição conservadora de muitos deles, a defesa aberta ou desconfiança sobre a sua acção em eventuais planos para novas ligações a Portugal e, sobretudo, a posição de credores de muitos fazendeiros e pessoas importantes da Corte, tudo isso contribuía para que a animosidade anti-portugueses ganhasse um campo fértil nas agitações políticas, direccionando os movimentos para o ataque a bodes expiatórios, responsabilizado-os genericamente por falta de géneros e subidas de preços: "*Consumada a independência, resta o ato popular de desforra, o mata-maroto, que na Baía se repete, pitoresca e tragicamente, todo o ano, e em Recife tem o aspecto de uma ameaça permanente, social da patulêa contra o comércio retalhista*"<sup>25</sup>. Muitos negociantes e comerciantes de nacionalidade portuguesa retornam, então, a Portugal, uns definitivamente, outros em compasso de espera pela

---

<sup>24</sup> A. A. C. P., *Copiador de correspondência de 1842*, ofício nº 95. Representação de 18 de Novembro de 1842 da Associação Comercial do Porto, transcrita integralmente in ALVES, Jorge Fernandes, "Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX", *Revista de História*, vol. IX, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1989, pp. 267-289.

<sup>25</sup> Cf. CALMON, Pedro, *História Social do Brasil*, 2º tomo, S. Paulo, s/d, p.20.

acalmia política. Muitos "brasileiros" dos meados do século passado são um resultado directo deste contexto de insegurança, fruto ainda das sequelas da independência, sem ligação com o eventual projecto migratório.

Esmorecendo esta turbulência na segunda metade do século, apesar de surgirem ainda novos episódios, o retorno passa a então a ter um significado mais ligado a projectos pessoais de emigração e aos contextos e conjunturas em que se inserem. Por isso, salvo casos muito raros, não produzirá a vinda de brasileiros tão ricos como os daquele período, confirmando-se a norma, já verificada em diversos estudos, de que o retorno não é assumido pelos emigrantes que experimentaram um grande insucesso, nem tão-pouco pelos que tiveram um grande sucesso e adaptação à nova sociedade, mas, principalmente, pelos de situação intermédia. Embora de riqueza mais modesta, nos anos setenta, os "brasileiros" ou simples "abrasileirados" distribuía-se por todo o espaço distrital, raro sendo a freguesia que não tivesse pelos menos um "brasileiro", a apontar o exemplo do Brasil como destino a seguir, de que muitas vozes oficiais os acusavam.

Naturalmente que surgiam espaços de maior atracção para os "brasileiros" de retorno, pois nem sempre se dirigiam à sua terra natal. Se os menos endinheirados o faziam, na sequência de curtos ciclos emigratórios e aí retomavam a sua faina anterior, com alguma reformulação, fruto da injeção do capital que consigo traziam, os que possuíam mais dinheiro dirigiam-se de preferência para o Porto (para já não falarmos em Lisboa, cujos "brasileiros" do século passado eram, em grande parte, de origem nortenha) ou para as vilas dos respectivos concelhos, lugares de maior visibilidade social, mas também mais conformes ao horizonte comercial a que se tinham habituado no Brasil, pois grande parte retomava directa ou indirectamente o comércio.

Assim, a cidade do Porto era de longe o maior local de concentração de "brasileiros", não admirando que Júlio Dinis, numa descrição já clássica, lhes atribuisse um dos três bairros administrativos em que a urbe se dividia: *"O bairro oriental é principalmente brasileiro, por mais procurado pelos capitalistas, que recolhem da América."*<sup>26</sup> Se muitos tinham aí o seu palacete, muitos outros se disseminavam pela cidade, em casas indistintas da maioria, e outros viviam mesmo em pensões e hotéis, alguns dos quais eram mesmo de "brasileiros", como, por exemplo, o Grande Hotel do Porto<sup>27</sup>. Impossível, porém, avaliar com um mínimo de rigor o volume demográfico dos

---

<sup>26</sup> DINIS, Júlio, *Uma Família Inglesa - cenas da vida do Porto*, Porto, Livraria Civilização, s/d, pp. 41-42. (Publicado inicialmente em folhetins, no *Jornal do Porto*, em 1866).

<sup>27</sup> Criado por Daniel Martins de Moura Guimarães, o qual, *"grangeando no Brasil uma boa fortuna depois de largos annos dedicados ao commercio, voltou á Pátria. Mas como a sua vida de laborioso trabalho lhe não permitisse ficar inactivo, fundou aqui o Grande Hotel do Porto."* (C.P. de 13.10.1894). Natural de Gondomar (Fanzeres) aparece nos registos de passaportes, em 1844, a embarcar para o Rio de Janeiro, com

"brasileiros" da cidade do Porto, pois o inquérito acima referido não contempla a cidade e, por outro lado, a aquela designação tinha apenas o valor de uma alcunha, excepto para os que passaram a adoptar a nacionalidade respectiva, pelo que só ocasionalmente emerge noutros registos de tipo administrativo. Nesta última acepção, apontemos duas pistas, ainda que muito redutoras na sua significação - os almanaques da cidade e os censos.

Os almanaques, nas suas listagens de negociantes e proprietários nacionais costumavam trazer a indicação dos brasileiros, com a referência "(brz.)" a seguir ao nome, revelando a ambiguidade inerente à sua identidade, pois distinguiam-se de algum modo dos nacionais, mas não eram considerados explicitamente estrangeiros, existindo para estes listas próprias. A ambiguidade desta dupla nacionalidade era utilizada proveitosamente pelos "brasileiros", pois permitia-lhes a si ou à família escapar de certas obrigações, por exemplo, o serviço militar ou as obrigações electivas para cargos administrativos que na altura eram considerados, ao nível do poder local, como um fardo pesado, podendo, por outro lado, requerer a nacionalidade portuguesa sempre que o desejassem. Não faltaram casos de indivíduos que ocultavam a sua anterior opção pela nacionalidade brasileira e se apresentavam cá como portugueses.<sup>28</sup> Tendo em conta que os almanaques eram meios de publicidade e que, em última análise só se listavam os nomes dos que o solicitassem, logo com a probabilidade de muitos escaparem, avancemos, então, alguns números que representam apenas o conjunto de negociantes com porta aberta na praça, de nacionalidade brasileira, mas, na prática, emigrantes de retorno<sup>29</sup>:

<u>Ano - N° de negociantes</u>	
1838 -	163 <sup>30</sup>
1854 -	187 <sup>31</sup>
1862 -	75 <sup>32</sup>

---

17 anos. A lista de retornos dá-o como regressado em 1867, presumindo-lhe 70 contos de réis como riqueza. Faleceu no Rio de Janeiro, numa última viagem, das muitas que realizou quer na América, Europa e até ao Oriente.

<sup>28</sup> Não podemos esquecer que a política brasileira procedia a "nacionalizações forçadas" como política de fixação e integração, pois, em diversos momentos legislativos, o imigrante desde que não declarasse a sua oposição perante as autoridades, passava a ser tacitamente brasileiro.

<sup>29</sup> Embora da lista constassem como portugueses alguns que também o eram, como pudemos confrontar com diversos nomes.

<sup>30</sup> Segundo *Directorio da Antiga, Mui Nobre, Sempre Leal, e Invicta Cidade do Porto e Vila Nova de Gaia para o anno de 1838*, Porto, Typographia Commercial Portuense, 1838, pp. 98-103.

<sup>31</sup> Segundo o *Almanak Commercial, Judicial e Administrativo do Porto e seu Districto para o anno de 1854-1855*, Porto, Typ. J.L. de Sousa, 1854, pp. 445-503.

<sup>32</sup> Segundo OLIVEIRA, Antonio Augusto de, *Almanak Portuense para o anno de 1862*, Porto,

1872 - 57<sup>33</sup>

É certo que as variações nos números de negociantes brasileiros da cidade podem dever-se à variações na qualidade dos almanaques, e há casos de variações de nacionalidade entre os próprios negociantes, em que alguns "brasileiros" passam depois a portugueses, para o que bastava apresentar um requerimento à Câmara Municipal, ao sabor das conveniências de momento. Mas a verdade é que a evolução observada está em sintonia com outro tipo de informações que nos falam de retornos importantes nos finais da década de 40 e inícios de 50, quer devido a tumultos anti-portugueses<sup>34</sup>, quer por receio dos frequentes surtos de febre-amarela no Brasil, factos que teriam levado muitos portugueses a venderem os seus bens e retornarem com elevados capitais<sup>35</sup>, e uma vez cá não ficaram parados, tentando reiniciar a actividade comercial. Depois, o volume de negociantes decaiu, mostrando que não havia a renovação necessária à colónia, acompanhando a queda que se verifica no comércio entre o Porto e o Brasil já assinalada.

Naturalmente que os "brasileiros" não eram todos negociantes, entre eles havia mulheres e crianças, e dos homens muitos viviam apenas dos rendimentos, não exercendo qualquer actividade, bem como outros que desenvolviam actividades diversas. Infelizmente, as publicações sobre os censos só a partir de 1890 indicam a repartição da população por nacionalidades, não obstante esta variável ter sido recolhida já no censo realizado em 1864, números que obviamente só podem ser tomados como uma realidade correlativa, dada a sua estreita conexão com os "brasileiros" de retorno, ex-emigrantes. Representam, essencialmente, os emigrantes retornados nacionalizados, as suas mulheres no caso de serem brasileiras e, sobretudo, os seus descendentes, filhos nascidos no Brasil que acompanharam os pais no seu regresso, fornecendo-nos uma pequena ideia de que deveria ser bastante mais volumoso o número total de residentes retornados do Brasil. Para 1864, eis algumas informações relativamente a duas freguesias do Porto, na altura publicadas na imprensa:

Freguesia da Sé - 68 brasileiros (48 homens, 20 mulheres)<sup>36</sup>;

Freguesia do Bonfim - 90 brasileiros (49 h., 41 m. )<sup>37</sup>.

---

Typographia Constitucional, 1862, pp. 120-156.

<sup>33</sup> Idem, *Almanach Portuense para 1872*, Porto, Typographia Lusitana, 1871, pp. 295-342

<sup>34</sup> Particularmente os de Pernambuco em 1848.

<sup>35</sup> Cf. VOGEL, Charles, *Le Portugal et Ses Colonies*, Paris, Guillaumin et C<sup>a</sup>, 1860, p. 116.

<sup>36</sup> Segundo relatórios apresentados ao administrador do Bairro e publicados n' *O Commercio do Porto* de 15. 2.1864. Na Sé contaram-se 644 estrangeiros, sendo, além dos brasileiros, 535 espanhóis, 23 italianos, 17 franceses e 1 dinamarquês.

<sup>37</sup> *Ibidem*, de 27 de Janeiro de 1864. Num total de 263 estrangeiros, havia ainda 153 espanhóis, 8 franceses, 2 suíços, 3 italianos, 4 ingleses, 3 mexicanos).

A partir de 1890, a contagem dos estrangeiros passa a ter a frequência regular dos censos. Para a cidade do Porto, os números de brasileiros de nacionalidade são relativamente elevados, só comparáveis aos de Lisboa<sup>38</sup>:

Anos	Porto	Lisboa
1890 -	1285 -	1669
1900 -	1257 -	1823
1911 -	1717 -	2160
1920 -	967 -	1307
1930 -	1354 -	2133
1940 -	530 -	983

Números que se avançam como curiosidade, dado o significado essencialmente simbólico.

No quadro nacional, para 1890, os brasileiros de nacionalidade concentram-se claramente no Porto e Lisboa. E no distrito do Porto, o seu grau de concentração é elevadíssimo na cidade (67%), seguida Gaia e Bouças, mas a uma distância enorme (Quadro 6.5).

**Quadro 6.5 - Distribuição geográfica dos brasileiros de nacionalidade -1890**

Portugal continental			Distrito do Porto		
Distritos	Nºs	%	Concelhos	Nºs	%
Aveiro	215	4,05	Amarante	47	2,45
Beja	13	0,24	Baião	12	0,63
Braga	450	8,48	Bouças	103	5,38
Bragança	43	0,81	Felgueiras	51	2,66
Castelo B.	18	0,34	Gondomar	28	1,46
Coimbra	181	3,41	Lousada	29	1,51
Évora	20	0,38	Maia	14	0,73
Faro	6	0,11	Marco C.	12	0,63
Guarda	104	1,96	Paços F.	18	0,94
Leiria	43	0,81	Paredes	10	0,52
Lisboa	1750	32,98	Penafiel	26	1,36
Portalegre	11	0,21	Porto	1285	67,07
Porto	1916	36,10	Póvoa V.	52	2,71
Santarem	31	0,58	S. Tirso	33	1,72
Viana C.	238	4,48	Valongo	18	0,94
Vila Real	128	2,41	V. do Conde	39	2,04
Viseu	140	2,64	V.N. Gaia	139	7,25
Total	5307	100,00	Total	1916	100,00

<sup>38</sup> Dados compilados por LOPES, Maria Fernão Couceiro da Costa Couto Lopes, "Estrangeiros no Porto", *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, nº6, pp.13-25 (Quadros III e IV).

Fonte: Censo da População -1890

Voltemos aos números do Inquérito de 1873, agora que por processos indirectos relativizámos esta fonte, apreendendo a grandeza das suas lacunas, dada as faltas de dados para a Cidade, Gaia e Valongo. Verifica-se que, ao nível local e para além destes centros, há, no distrito, outros pólos de relativa atracção. Segundo os disponíveis, o que se segue em importância é a vila da Póvoa de Varzim, com 44 brasileiros residentes, facto que se deve, sem dúvida, à sua natureza de estância balnear, pois alguns são mesmo de fora do concelho (há-os de Braga, Guimarães, Penafiel), e provavelmente aí estariam para tentar recuperar das maleitas que a emigração lhes provocara ou apenas para aproveitar o seu maior dinamismo recreativo<sup>39</sup>. A partir daí as concentrações perdem significado estatístico, embora não seja indiferente existirem freguesias rurais com cerca de uma dúzia de "brasileiros" a exibirem desaforo económico confrontado com o conhecimento das suas origens humildes. Em Penafiel, por exemplo, há várias situações ainda bastante expressivas: Galegos (com 11 casos), Paço de Sousa (19), a pequena cidade de Penafiel (18), Rio de Moinhos (13), Sebolido (9). O mesmo se passa em Bouças, em que S. Mamede de Infesta (25), Leça do Balio (16), Matosinhos (17), Perafita (11) e Ramalde (12) são exemplos elucidativos. Não se pode ignorar o efeito emulativo destes números, se tivermos em conta que estas freguesias tem uma população média de 1 a 2 milhares de habitantes, o que a uma taxa bruta de emigração da ordem dos 4‰ corresponderia uma saída anual da ordem dos 4 a 8 emigrantes, longe portanto de qualquer ideia de debandada geral! Até a toponímia lhe sofre a influência: a designação de "brasileiro" para determinados lugares é uma realidade, tal como acontece em Águas Santas (Maia) e Rio Tinto (Gondomar). A situação repete-se aqui e ali, havendo muitas freguesias que tem a sua meia dúzia de "brasileiros" a demonstrar o culto local da emigração como recurso social bem sucedido (Anexo 6).

### 6.2.2 - Perfil

Do perfil do brasileiro conhecemos, sobretudo, as descrições pouco abonatórias de Camilo Castelo Branco, o inveterado criador de tipos sociais, que, na biografia própria, nunca conseguiu libertar-se da perseguição fantasmática de um "brasileiro" real -

---

<sup>39</sup> Cf. MARTINS, Luís Paulo Saldanha, "Banhistas de Mar no Século XIX - um olhar sobre uma época", *Revista da Faculdade de Letras - Geografia*, I série, vol. V, Porto, 1989, pp. 45-59.

Manuel Pinheiro Alves, estabelecido no Porto e marido de Ana Plácido, sua paixão fatal. Dir-se-á que Camilo ousou afrontar o hábito portuense de o "brasileiro" quarentão se tornar num valioso partido nupcial para as donzelas da cidade, em casamentos etariamente muito desnivelados, mas aonde a força do dote surgia como determinante, afastando os pretendentes locais<sup>40</sup>. Assumir esse papel custou-lhe a cadeia, dada a perseguição que o "brasileiro" lhe moveu. E será no interior da casa amarela desse mesmo "brasileiro", em S. Miguel de Seide, que Camilo, mais tarde, há-de pôr fim às suas permanentes inquietações, accionando o gatilho de forma decisiva. O fantasma que o perseguiu ao longo da sua vida de adulto, esse procurava exorcismá-lo, caricaturando-o até à exaustão nos "brasileiros" dos seus romances, personagens quase sempre cavilosas<sup>41</sup>.

Mas, na linha de Paul Veyne, o nosso romance pretende ser "verdadeiro", descer às personagens reais, ainda que para isso não possamos enriquecê-lo com os jogos psicológicos e burlescos com que Camilo se comprazia, e nos limitemos a apresentar indicadores médios de carácter sócio-demográfico e sua dispersão, no cinzentismo dos números.

Circunscrevendo-nos à amostra que o primeiro mapa do Inquérito (Quadro 6.6) acima referido nos permite, podemos avançar um pouco no conhecimento dos níveis etários dos emigrantes retornados, desses "brasileiros" que para Camilo eram sempre quarentões, isto é, já idosos mais ainda capazes de fazer estragos.

---

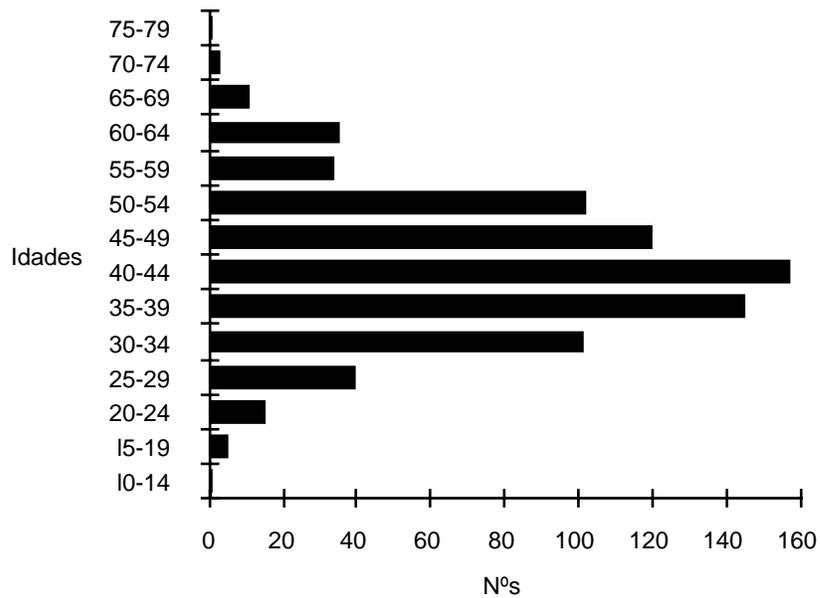
<sup>40</sup> Suprema ironia, a do casamento da sua própria filha, Bernarda Amélia, de 16 anos, com o "brasileiro" António Francisco de Carvalho, de 40 anos. Cf. REGO, Diogo Pinho dos Santos, *Os "Brasileiros" de Camilo*, V.N. de Famalicão, Centro Gráfico, 1961, p. 22.

<sup>41</sup> Cf. CESAR, Guilhermino, *O "Brasileiro" na Ficção Portuguesa*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1969, pp. 53-88. Diz o autor: "*Debaixo das telhas do "brasileiro", roendo o seu amargo pão de escriba, o novelista parece enxergar Pinheiro Alves em todos os tipos de emigrantes de torna-viagem criados por sua pena. Assistimos, assim, a um autêntico processo de transferência, para usarmos a linguagem de Freud.*" (p.58)

**Quadro 6.6 - Estrutura etária dos emigrantes de retorno**

Idades	N <sup>os</sup>	%
10-14	1	0,13
15-19	5	0,64
20-24	15	1,93
25-29	40	5,15
30-34	101	13,00
35-39	145	18,66
40-44	157	20,21
45-49	120	15,44
50-54	102	13,13
55-59	34	4,38
60-64	35	4,50
65-69	11	1,42
70-74	3	0,39
75-79	1	0,13
Ind.	7	0,90
Total	777	100,00

**Gráf. 6.1 - Estrutura etária dos emigrantes de retorno, 1863-1873**



A estatística confirma, de algum modo essa imagem, pois a idade média desses retornados entre 1863-1873 é de 42 anos, com uma moda um pouco mais elevada, os 50 anos, embora haja aqui um efeito de arredondamento. Naturalmente, com uma dispersão acentuada, pois em todo o tempo se regressa do Brasil, embora a concentração desse acto seja claramente, entre os 30-54 anos.

Uma emigração de curta duração significava, de certeza, insucesso, pelo que, a componente que optava por regressar esperaria o tempo suficiente para amealhar o dinheiro que consideravam suficiente ao seu projecto: se uns conseguiam cumprir esses objectivos, outros não esperavam e regressavam logo que podiam, outros ainda nunca mais os alcançavam e por lá se ficavam, na esperança de o conseguir ou, muito simplesmente, reconvertendo os objectivos iniciais de alcançar fortuna. Veja-se, sobre este último caso, a apresentação da personagem romanceada por Gomes de Amorim, que se deixou seduzir por comportamentos existencialistas e, nas margens do Amazonas, caçava, pescava e passeava, enquanto a índia que tinha como mulher trabalhava na roça, fazia a farinha, os vinhos e a comida:

*"Chamo-me António Ferrugem; nasci no Porto e vim para o Brasil muitos anos antes da independência deste país. Por mais de vinte vezes arranjei alguns tostões, que os ladrões me comeram, e outras tantas voltei ao trabalho, como um burro de carga! Meti-me pelos sertões, aprendi os dialectos dos povos selvagens com quem convivi; tentei enriquecer por todos os modos possíveis!... A fortuna havia-me declarado guerra e judiava comigo sem cessar! Aborrecido, cansado, e convencido por fim de que neste mundo a felicidade é como cada um a encara, deixei-me de asneiras e aceitei a situação que me oferecia a sorte."*<sup>42</sup>

O ciclo migratório, ou seja, o espaço entre a partida e o retorno, era, assim, muito disperso. Se maioria dos que retornavam se demoravam escassos anos no Brasil, outros havia que, tendo partido jovens, só voltavam na velhice, mas, no entanto, cerca de 50% dos que voltavam faziam-no antes dos 10 anos de ausência (Quadro 6.7). Porventura, essa proporção seria ainda mais dilatada, se dispuséssemos deste intervalo para os indivíduos considerados sem fortuna (segundo mapa do inquérito).

---

<sup>42</sup> In "Viagens pelo interior do Brasil", cit, por PEIXOTO, Jorge, "Novos elementos bibliográficos da obra de Francisco Gomes de Amorim", *Póvoa de Varzim - Boletim Cultural*, vol.. XII, nº 1, 1973, p.96. Já atrás nos referimos ao autor, antigo emigrante que partiu aos 10 anos da Póvoa de Varzim, regressando mais tarde com o apoio de Garrett, para se tornar um escritor de reconhecidos méritos, em cujas obras perpassa a sua vivência do Brasil.

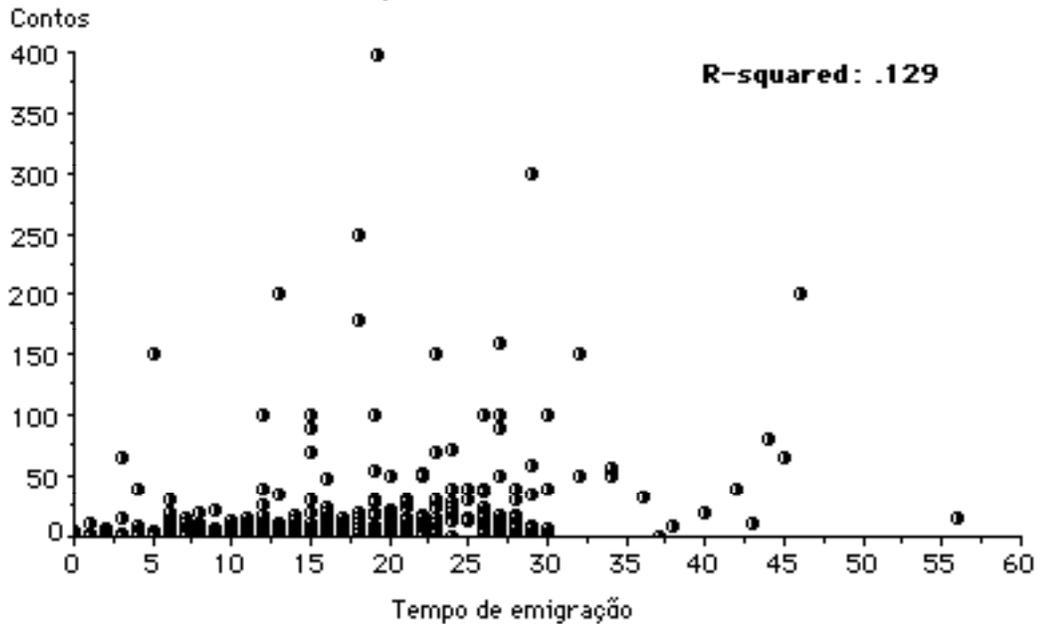
**Quadro 6.7 - Ciclo migratório e riqueza  
no retorno, 1863-1873**

Anos de emigração	Nº de casos	% do total	Riqueza (mil réis)	Riqueza média
0 - 4	203	26,1	240801	1186,2
5 - 9	197	25,4	552224	2803,2
10-14	126	16,2	778541	6178,9
15-19	105	13,5	1920545	18290,9
20-24	64	8,2	1144010	17875,2
25-29	49	6,3	1663050	33939,8
30-34	10	1,3	456150	45615,0
35-39	3	0,4	40000	13333,3
40-44	5	0,6	950000	190000,0
45>	3	0,4	280000	93333,3
Ind.	12	1,5	74500	6208,3
Totais	777	100,0	8099821	10424,5

Os que passavam a vida no Brasil para voltarem velhos e ricos eram, como se vê, muito poucos, e, provavelmente, o retorno era para estes mais fruto de situações não previstas (viuvez, doença, problemas ou receio com tumultos) do que um projecto inicial. Abundam, por outro lado, os que desenvolvem um ciclo migratório relativamente curto, confirmando as palavras atrás citadas de Tabner de Moraes no Inquérito Parlamentar sobre o movimento dos que iam "fazer" alguns anos ao Brasil e traziam pequenos capitais para melhorarem as suas "indústrias" ou comprarem algum terreno. Estes aumentam com a crescente proporção de casados na corrente emigratória.

O nível de capitalização na emigração está, portanto, dependente do ciclo migratório, como se pode observar no quadro acima, pois, sem uma estadia mínima de 5 anos é difícil atingir os 2 contos de réis, numa escalada gradual, em que as dezenas de contos só já são acessíveis aos que se demorarem mais de 15 anos. Os valores elevados padecem já de uma grande dose de aleatoriedade, pois se a longa duração do ciclo migratório é condição necessária para as grandes fortunas, ela não é condição suficiente. Como se pode verificar, a correlação entre riqueza e ciclo emigratório apresenta uma grande dispersão e o seu sentido, embora positivo, é muito fraco (Gráf. 6.2).

**Gráf. 6.2 - Correlação entre riqueza e ciclo migratório, 1863-1873**



É um aspecto que não surpreende, pois a profissão é um elemento bem mais determinante neste campo. Para se obterem aquelas grandes fortunas no Brasil que se transformaram aqui em lenda, é necessário um tempo longo (20 a 30 anos, no mínimo) e, pode dizer-se, percorrer todas as etapas de um verdadeiro "cursus honorum": ser introduzido no comércio, começar de tenra idade como marçano, passar a caixeiro, aguentar ao longo de uma vida os destemperos do patrão e esperar com paciência que este, no momento do testamento ou no acto de retirada, o escolha para seu sucessor, legando-lhe a casa ou contratando a sua transferência, esta normalmente através de uma renda mensal ou anual, já que o caixeiro raramente tem dinheiro para a sua aquisição. Só, então, se poderá dar largas à iniciativa própria e correr os riscos do negócio. Tentativas de romper com este percurso consensual na comunidade comercial dos portugueses no Brasil e essencial ao bom nome e crédito na praça tornavam-se perigosas e não faltavam exemplos a apontar desastres, embora também se possam apresentar excepções. Mas à medida que os adultos integram cada vez a corrente migratória o percurso apontado não pode transformar-se em regra geral, nem está ao alcance de todos. Resta procurar o melhor ordenado possível nas mais diversas profissões que uma sociedade em crescimento proporciona: o ritmo de desenvolvimento avassalador que as grandes obras públicas e os processos de urbanização desencadeiam no Brasil dos anos cinquenta, mercê da economia cafeeira e do investimento inglês através dos empréstimos ao Estado, cria inúmeras oportunidades de trabalho aproveitáveis pelos estrangeiros, os quais não

comungam dos preconceitos sobre o trabalho manual que a sociedade brasileira, ainda escravista, alimenta. É nesse contexto que se deve inserir a grande corrente migratória do artesanato português, especialmente nas ocupações afectas à construção civil, desenvolvendo curtos ciclos migratórios, de acordo com a conjuntura do mercado de trabalho e as fases de desenvolvimento, retirando com pequenos capitais logo que a situação lhes é individualmente desfavorável ou quando o capital atingido satisfaz os objectivos de partida. Os trabalhadores braçais, embora com menos possibilidades, não perseguem objectivos diferentes. Daqui resulta que as grandes fortunas tem uma incidência mínima e as pequenas, entre 1 a 10 contos de réis constituem mais de um terço do espectro das riquezas presumidas, segundo os dados do Inquérito<sup>43</sup> (Quadro 6.8).

**Quadro 6.8 - Distribuição das "fortunas",  
segundo o Inquérito**

Mil réis	N <sup>os</sup>	%
< 100	159	20,5
100 - 999	201	25,9
1000-9999	264	34,0
10000- 49999	117	15,1
50000-99999	18	2,3
100000	18	2,3
Totais	777	100,0

Mas não podemos esquecer que 1 conto de réis é já um valor considerável, pois se tivermos em conta que um "artista" ganharia de salário no distrito do Porto à volta dos 400 réis diários (146\$000 para 365 dias), corresponderia a cerca de 2500 dias de trabalho (mais de 6 anos), importância que cá dificilmente se atingiria em capitalização. Nesta perspectiva até as quantias superiores a 100\$000 tem um significado importante para a população, pois corresponderia à capitalização integral de quase dois anos de trabalho para um jornaleiro (200 réis de salário diário), pelo que os pequenos valores da emigração desempenham a nível individual e familiar um papel inestimável, permitindo o acesso a bens de raiz ou de consumo que de outro modo se tornaria impossível.

No entanto, a grande riqueza está concentrada, segundo os resultados do Inquérito que vimos utilizando, nos indivíduos com indicação de duas ocupações : negociante e comerciante. Sendo apenas 37% do total, estes indivíduos chamam a si 86 % do total dos

<sup>43</sup> Se é certo que nos faltam aqui os "brasileiros" ricos da cidade do Porto, também nos faltam os pobres de que o respectivo mapa só fornece os volumes agregados, pelo que as percentagens apresentadas não deverão andar longe da realidade.

valores indicados como fortuna, ou seja, em números redondos, 6992 contos dos réis dos 8099 somados pelo conjunto de retornados. Com fortuna acima dos 100 contos, apenas um punhado de "brasileiros", mais concretamente 18 (2,3%), na amostra deste Inquérito. Eis os seus nomes, recordando que são apenas os regressados entre 1863-1873:

De Gondomar (3):

Casimiro Ferreira Coelho, 100 contos, de Jovim;  
 Joaquim Moreira de Oliveira, 300 c., de Jovim;  
 António José de Moura, 800 c., residente no Porto;

De Paços de Ferreira (2):

Francisco da Cunha Brandão, 100 c., Paços;  
 José Pacheco Ribeiro Peixoto, 100c., Codeços;

De Amarante (1):

Francisco José Machado, 100 c., Amarante;

De Penafiel (2):

Francisco José Ferraz, 160 c., Paço de Sousa;  
 Manuel Moreira da Fonseca, 250 c., Rio de Moinhos;

De Vila do Conde (2):

António Gonçalves Belchior, 150 c., de novo no Maranhão;  
 Joaquim Narciso da Silva, 180 c., Fajozes;

De Santo Tirso (2):

Joaquim Bernardino Guimarães, 100 c., Santo Tirso;  
 José Ribeiro Saia<sup>44</sup>, 200 c., Santo Tirso;

De Paredes (2):

José Coelho Moreira, 150 c, Gandra;  
 António Joaquim Coelho, 150c., de novo no Brasil;

Da Póvoa de Varzim (4):

José Gomes Moreira, 100, Póvoa;  
 José da Silva Azevedo, 100 c., Póvoa;  
 Antonio Ribeiro de Castro, 100 c., Póvoa;  
 Barão da Póvoa de Varzim, 400 c., Póvoa.

---

<sup>44</sup> Designando Manuel José Ribeiro, futuro Conde de S. Bento. "Saia" era alcunha popular de conotação evidente. Foi uma das vítimas de Camilo, que o deixou bastante maltratado nos seus *Serões de S. Miguel de Seide*, embora haja notícias de anterior negação de empréstimo em dinheiro ao escritor, facto que terá despertado a sua ira.

A distribuição ocupacional no Brasil destes emigrantes que retornam mostra a sua grande variedade e evidencia a importância da preparação profissional e literária nos percursos da emigração.

**Quadro 6.9 - Ocupações no Brasil dos emigrantes retornados entre 1866-1873**

Sect./ Activid./Ocupação	Nºs	%	Sect./ Activid./Ocupação	Nºs	%
1 - Sector Primário	184	23,7	2.9 - Construção naval	2	
1.1 - Agro-pecuária	51		Calafate	2	
Feitor	2		2.12- Diversas	1	
Hortelão	6		Saboeiro	1	
Jardineiro	1		2.13 - Não especificadas	25	
Jornaleiro	32		Fabricante	4	
Lavrador	10		Servente	2	
1.2 - Pesca	16		Diversas	1	
Marítimo	16		Artista	18	
1.4 . Não especificadas	117		3 - Sector Terciário	337	43,4
Trabalhador	116		3.1 - Comércio	321	
Criado	1		Galinheiro	1	
2 - Sector Secundário	246	31,7	Gerente	1	
2.1 - Construção Civil	102		Boteq./secos e molhados	4	
Caiador	1		Caixeiros	21	
Canteiro	9		Comerciante	147	
Empreiteiro	1		Estalajadeiro	1	
Pedreiro	84		Guarda-Livros	1	
Pintor	1		Marchante	1	
Trolha	6		Negociante	142	
2.2 -Vestuário, têxtil e calçado	19		Vendeiros	1	
Alfaiate	7		pombeiro	1	
Sapateiro	4		3.2. Transportes	11	
Tamanqueiro	4		Aguadeiro	4	
Costureira	4		Alquilador	1	
2.3 - Metalurgia	12		Arrais	1	
Ferrador	2		Barqueiro	2	
Ferreiro	4		Carroceiro	1	
Latoeiro	2		Cocheiro	1	
Pregoeiro	1		Condutor	1	
Serralheiro	3		3.3 - Saúde e Higiene	4	
2.4 - Ourivesaria	2		Barbeiro	1	
Ourives	2		Boticário	2	
2.5 - Madeira e mobiliário	75		Farmacêutico	1	
Carpinteiro	67		3.3 - Serviços	1	
Enxablador	4		Eclesiástico	1	
Madeireiro	1		4-Indeterminados	10	1,3
Marceneiro	2				
Serrador	1				
2.6 - Alimentar/panificação	8				
Cozinheiro	1				
Padeiro	6				
Refinador	1				
			Total	777	100

A multiplicidade de profissões encontrada nos dados do Inquérito (Quadro 6.9) corresponde, em grande parte, às proporções das ocupações de partida, se aceitarmos situações de afinidade ocupacional, embora haja uma maior concentração na actividade

comercial, sobretudo por parte dos que partiram jovens sem indicação de ocupação anterior, ajudando a criar a imagem de que vão quase todos para o comércio. No entanto, os números indicam que, mesmo assim, cerca de 60% dos que voltaram nada tinham a ver com o comércio ou actividades afins, vindo antes do campo industrial ou agrícola.

Se pensarmos agora em termos de investimentos, que informações temos sobre a aplicação dos capitais destes emigrantes de retorno?

Compulsando os dados do Inquérito ficamos a saber que 40% (313) tinham enviado, enquanto emigrados, subsídios à sua família num valor total de 176 contos de réis (uma média de 562 mil réis por cada um), embora haja uma dispersão enquadrada entre os 100 mil réis e os 2 contos de réis. Cerca de 34% da população aqui analisada, o que corresponde a 264 retornados, tinham adquirido propriedades em Portugal num total de 679 contos de réis (média de 2573\$800). Por outro lado, 24% (184) tinham realizado benfeitorias nas propriedades patrimoniais ou adquiridas no valor total de 254 contos de réis (média de 1381\$290).

Ainda no domínio do investimento, o inquérito procurava saber as aplicações realizadas em estabelecimentos comerciais e fabris. É uma questão que se encontra claramente prejudicada pela ausência de dados sobre a cidade do Porto, já que era aí que mais se verificava tal facto. Assim, as informações aduzidas neste campo para os 14 catorze concelhos que têm vindo a ser analisados, não tem qualquer significado quantitativo, mas comporta algum interesse qualitativo.

Em Amarante (Jazente), Mamede Nunes, com 37 anos, e que se ausentou apenas 5 anos para o Brasil, onde trabalhou como hortelão, além de ter enviado 100 mil réis à família, regressara com dois contos de réis, o que lhe permitiu estabelecer uma mercearia cujo valor material rondava os 200\$000 e tinha de movimento 120\$000 anuais, alcançando a independência profissional e a autonomia tão desejadas pelo emigrante de retorno em todas as épocas.

No concelho da Póvoa de Varzim, em Amorim, dois "brasileiros", depois de comprarem cada qual uma propriedade no valor de 300\$000, montaram "loja de pesos e medidas", cada uma com o valor de 200\$000 e movimento anual de 15\$000, com as pequenas quantias que trouxeram da actividade comercial que tinham exercido. Trata-se de Manuel António da Silva, 39 anos de idade, 10 de emigração e capital de 500\$000 e Francisco Gomes Morim, 43 de idade, 8 de emigração e capital de 1500\$000. Já José Martins de Oliveira (51 de idade), residente na vila, apresentava uma imagem mais bem sucedida, pois dos seus 22 anos do Brasil, onde trabalhara como alfaiate, trouxe 25 contos de réis, o que lhe permitiu comprar uma propriedade por 6 contos, gastar em

benfeitorias outro tanto, e ainda montar um café e um hotel, no valor de 2400\$000, com movimento anual de 1 conto e que ocupava 9 empregados.

Este tipo de pequenos investimentos no comércio e afins também foi reconhecido para Paredes. Quatro anos como caixeiro na Baía bastaram a António Rodrigues de Magalhães, de Castelões, para trazer uma pequena fortuna de 200\$000 que empregou, na sua totalidade, numa mercearia na terra natal, a qual tinha um movimento anual de 40\$000. Maior sucesso foi o de António Ferreira de Abreu, de Rebordosa, pois, cinco anos no Brasil como estalajadeiro renderam-lhe 5 contos de réis, tendo enviado à família 3350\$000, e montado uma mercearia (valor de 400\$ e movimento anual de 100\$) e uma estalagem por 1 conto, com movimento de 300\$, ocupando nove empregados.

Um pequeno número de casos, pois os administradores do concelho, na sua grande maioria, ignoraram estes quesitos! Se os mapas fossem devidamente preenchidos, estamos convencidos que muitos mais seriam, pois fundar uma pequena unidade comercial ou estalagem, normalmente anexa à casa foi sempre uma das formas preferidas pelos emigrantes de retorno para rentabilizarem os seus pequenos capitais. Muitos o fizeram, mais ainda propiciaram o seu estabelecimento aos membros da segunda geração. Conhecemos um caso mais tardio (dos finais do século passado) em que o emigrante de retorno estabelece a sua loja de comércio a retalho na aldeia natal e, à medida que os filhos vão atingindo a idade adulta, propicia-lhes a autonomia e o casamento, fornecendo-lhes o capital para a sua própria loja: no final do processo são ao todo oito lojas, três na freguesia inicial e as restantes nas circunvizinhas, numa igualdade de estabelecimento para os 8 filhos (um deles ficará com a do pai). Claro está que tal incremento de comércio a retalho não resistiu em mercados tão apertados como o de 4 freguesias rurais, aonde de resto já existiam outras lojas de proprietários diversos (também ligados à emigração), pelo que alguns dos filhos acabaram por encerrar o estabelecimento ou deixá-lo à mulher e... emigraram para o Brasil. A rede nacional de comércio a retalho da segunda metade do século passado e inícios deste deve-se, em grande, parte às pequenas quantias que os emigrantes traziam do Brasil (mais tarde também dos E.U e da Argentina), permitindo-lhes a compra da propriedade, quintal e casa com 1º andar, e a criação do estabelecimento no rés-do-chão, assegurando de alguma forma a reprodução do capital, permitindo a realização de pequenos lucros para a sobrevivência do quotidiano de uma forma menos melindrosa (não obrigando a voltar a sujar as mãos na agricultura) e, por isso, com alguma projecção social nos pequenos meios rurais.

Pontualmente, o mapa do Inquérito fornece-nos ainda mais alguns detalhes, no campo das observações. O manuscrito referente ao concelho de Amarante procura indicar a localização da "fortuna" dos seus 22 "brasileiros": assim, quatro tinham a sua

riqueza total ou parcialmente no Brasil; um tinha os 6 contos de réis em "acções d'uma Companhia de Tabacos em Lisboa"; Francisco Alexandre Peixoto da Gama tinha parte dos seus 20 contos em "acções do caminho de ferro americano no Porto, de que é director"; com 30 contos de depósito nos bancos de Lisboa havia um, enquanto outro preferia depositar o seu dinheiro nos bancos do Porto; finalmente, os 14 restantes utilizavam as "inscrições" para capitalizar, isto é, compravam títulos de dívida pública, uma das formas de aforro de maior confiança no século passado e, sem dúvida, o instrumento de capitalização preferido.

Numa outra vertente, o mapa referente a Vila do Conde, indica-nos um grupo de cinco "brasileiros" de Fajozes que contribuíram com verbas de 150\$ e 250\$ para o cemitério local e obras na igreja, comportamento muito frequente. Com efeito, não se pode esquecer o papel dos "brasileiros" na construção dos cemitérios e sua dignificação numa época histórica em que havia repulsa popular pelo seu uso e se impunha superiormente a sua construção, em nome da sanidade do ambiente, proibindo-se os enterros nas Igrejas. A vedação e o arranjo urbanístico dos espaços cemiteriais para cujas obras muitos brasileiros contribuíram veio cortar o argumento dos que não queriam lá enterrar os seus familiares, dada a situação de campo aberto, permitindo o ingresso frequente de animais domésticos (galinhas, porcos) que revolviam o solo e punham em causa as jazidas. Mas importante ainda será o hábito de construir capelas de jazigo, numa emulação com os antigos mausolés que os nobres construía no interior das igrejas, pois esses edifícios vão conferir dignidade e solenidade a espaços antes rejeitados, contribuindo para a aceitação social dos cemitérios que, como se sabe, foram um foco de polémica e de agitação popular. Quando não podem construir os jazigos em vida, deixam recomendações, por vezes minuciosas, nas obrigações testamentárias.

Constituindo uma amostragem pouco qualificada da população de retorno entre 1863-1873, os mapas sobre retornados<sup>45</sup> do Inquérito Parlamentar de 1873, permitiram-nos uma incursão, a um universo pouco estudado, mormente no campo económico, facilitando a construção de alguns indicadores pertinentes e/ou indiciar alguns problemas.

### **6.3 - Papel Social**

---

<sup>45</sup> Retornados quase todos do Brasil, embora haja 11 casos da Argentina (9 em Penafiel, 1 em Bouças, 1 em Santo Tirso) e 4 casos vindos de África (3 em Vila do Conde e 1 em S. Tirso). Para uma leitura de pormenor, vd. Anexo 6.

Ricardo Jorge deixou-nos um testemunho, vivido mas lúcido, sobre o papel social do "brasileiro" do século passado, enquadrando a *"personagem viva que assomava e ascendia sobre o decair rápido das classes predominantes do velho regime"* nos seus traços mais identificadores, tal como o mostra a epígrafe com que se inicia este capítulo. Para os inícios do nosso século, já o autor reconhece o declínio do seu tipo "diferenciador", a sua fusão e confusão na massa comum, embora o quadro económico e social permanecesse idêntico, isto é, ainda muito dependente da emigração. Trata-se, porém, de uma interpretação maximalista, já que se há situações que se podem enquadrar na visão de Ricardo Jorge, há muitas outras que, não só não encaixam no paradigma assim definido, como podem mesmo, em sentido oposto, responsabilizar-se como elemento de sustentação desse "velho regime", por processos directos ou indirectos.

Ora para identificarmos alguns dos múltiplos e peculiares contornos do "brasileiro" impõe-se o recurso à variada pesquisa heurística que forneceu a base documental deste trabalho e que permitiu uma colecção de biografias. Biografias que, na sua maior parte, são muito incompletas, colagem de notícias, permanecendo grandes "buracos" nas teias de reconstituição dos percursos individuais. Se é difícil reconstituir as biografias de indivíduos a um nível paroquial, assumindo a conceptualização de modelos fechados, mais penosa é a tarefa de traçar os dados identificadores de indivíduos que se movem num espaço aberto, muito alargado e fluído, com origem geográfica e social muito diversa, congraçando informações das mais variadas origens em torno de referências nominativas, quase sempre muito precárias. Assim, se podemos dispor de mais de uma centena de milhar de referências nominais de partida, já só estão disponíveis alguns milhares no campo do retorno, e teremos de nos cingir a algumas centenas para situações em que seja possível saber algo mais do que o conhecimento daqueles momentos, sem garantia de uma amostra qualificada. O tratamento a seguir terá de ser agora de natureza qualitativa, procurando situar os comportamentos individuais nos seus contextos, aprofundando os aspectos que parecem sobressair como mais relevantes, na intersecção da informação bibliográfica e documental com a biográfica.

### 6.3.1 - Remessas monetárias

O papel tradicional do refluxo monetário da emigração está mais do que sublinhado na literatura existente, já que se tornou no principal sustentáculo do equilíbrio económico nacional, nomeadamente da balança de pagamentos. Infelizmente nunca foi possível, nem o será, avaliar os quantitativos das transferências privadas do Brasil para Portugal ao longo do século passado, a não ser através das estimativas impressionistas

dos autores coevos<sup>46</sup>. Naturalmente que as remessas de dinheiro do Brasil estão sujeitas a flutuações diversas, pois tanto crescem em momentos de alto de câmbio ou de retorno mais acentuado, como descem em momentos de baixa de câmbio, em compasso de espera para a eventual recuperação.

Charles Vogel fala-nos da importância dos retornos, principalmente nos anos de 1852 e 1853, que teriam feito entrar no País cerca de 300 milhões de francos, qualquer coisa como 54000 contos de réis<sup>47</sup> (ao câmbio de 910 réis por cada 5 francos-ouro) número que naturalmente levanta dúvidas, mas que não julgamos surpreendente. Recordemos que um brasileiro como o Conde de Ferreira, à sua morte, tinha uma fortuna avaliada entre 1200 a 1500 contos de réis, já depois de muito exaurida a sua fortuna. Não era caso único e bastaria meia centena de "brasileiros" destes para perfazer aquele quantitativo<sup>48</sup>.

Que a importância das remessas brasileiras era já decisiva na economia nacional, ficou demonstrado já nos anos 60, com a crise que então se desenrolou entre 1864-68. Em 1863, surgem os primeiros indícios de crise no Brasil, em conjugação com os efeitos depressivos da guerra civil norte-americana e de fracas colheitas de café<sup>49</sup>. No Rio de Janeiro, sinais expressivos foram os da casa bancária de António Alves Souto & C<sup>50</sup>, uma das casas de maior crédito, que vai ver-se em dificuldades, acabando por falir no ano seguinte: "*A casa de Souto & C<sup>a</sup> era depositaria de, além de 9:000 contos em contas correntes, mais 14:000 contos de economias de individuos de todas as classes, mas principalmente dos trabalhadores portugueses, que la tinham a maior parte do seu pequeno peculio*". Para além da crise agrícola, devido à "*molestia do cafezeiro*" que provocara safras baixas, não permitindo a solvência de dívidas por diversos fazendeiros, o Banco sofria pressão por "*muitos empregos em Portugal de capitaes que aqui se achavam, e para lá iam sendo atraidos a pouco e pouco*"<sup>51</sup>.

Neste sentido, sublinhemos que nos anos de 1863-65, em consonância com um período de dinamismo económico, há um surto de criação de bancos em Portugal,

---

<sup>46</sup> Cf., MATA, Maria Eugénia, *Câmbios e Política Cambial na Economia Portuguesa, 1891-1931*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora (Cadernos da R.H.E.S., nº 8), 1987. A autora refere as estimativas apontadas pelos diversos autores e cita abundante bibliografia a este respeito, mas só para o período posterior à década de 80 do século passado.

<sup>47</sup> Ob. cit., p. 116.

<sup>48</sup> Veja-se a este propósito a leitura de ALEXANDRE, Valentim, *Origens do Colonialismo Moderno*, Lisboa, Sá da Costa, 1979, p. 49.

<sup>49</sup> Cf. "Situação Económica do Brazil", *C.P.*, de 20 de Junho de 1863, e "A crise no Rio de Janeiro", *ibidem*, de 16.10.1864.

<sup>50</sup> António Alves Souto (Visconde do Souto) era cidadão português. Nasceu no Porto a 28.11.1813 e faleceu no Rio de Janeiro a 14.02.1880.

<sup>51</sup> Cf. "Brazil", *C.P.*, nº 236, de 15 de Outubro de 1864.

surgindo no Porto o Banco União (1862), o Banco Aliança (1863), a Nova Companhia Utilidade Pública (1864), multiplicando-se por dois e três o valor das diversas operações dos bancos com sede no Porto, para decrescerem a partir de 1865.<sup>52</sup> Esta abundância de capitais em Portugal, *"uma das causas do entusiasmo, que se tem manifestado pela formação de instituições bancarias, em especial e quasi exclusivamente pelas que se destinam a emissão e desconto"* está directamente ligada ao retorno de "brasileiros"<sup>53</sup>, alguns dos quais, para além de subscritores, vão assumir cargos directivos, como é, por exemplo, o caso do Visconde de Pereira Machado ou de Pinto Leite, no "União". Mesmo que os "brasileiros" não liderem as instituições são avidamente procurados e invocados para fazerem funcionar as suas redes de conhecimentos e conseguirem canalizar através dos bancos respectivos as remessas do Brasil.

Mas, no Brasil, a corrida aos balcões da casa Souto provocou um movimento idêntico a outros bancos, arrastando alguns deles à falência. Medidas de emergência foram, então adoptadas, entre elas a do curso forçado das notas do Banco do Brasil, numa prática de circulação de papel-moeda que se prolongará posteriormente, sendo uma das razões da instabilidade cambial que o Brasil veio a conhecer. A tendência depressiva acentua-se com a guerra contra o Paraguai que estala logo a seguir (1864) e vai durar até 1870, absorvendo homens e capitais, debilitando a actividade económica. Um indicador claro é a baixa do câmbio sobre Londres, que decai quase para metade entre 1864-1868<sup>54</sup>.

Assim, já em 1865 se reconhecia no Porto:

*"A crise do Brasil collocou Portugal em má posição para saldar as suas contas internacionaes. A Inglaterra era um paiz a que enviavamos letras que recebiamos d'além mar. Faziamos como nas "clearing-houses", e tinhamos a vantagem de recebermos muitas letras, já para mezadas que o amor de familia enviava, ja para transferencias de fundos de pessoas que voltavam ao berço patrio. Extinctos esses meios e alterado o systema de commercio, vimos e estamos vendo o cambio desvantajoso, e o dinheiro indo barra fora para o norte"* <sup>55</sup>.

A persistência da recessão e o reconhecimento da *"dependencia em que se acha o commercio do Porto e do reino do estado prospero ou desfavoravel das praças do Brazil"* levam um articulista, em 1868, a criticar a falta de acção para sair *"d'este marasmo em que ha tanto vivemos, esperando sempre que do Brazil volte o que o Brazil costumava dar-nos"*, ao mesmo tempo que comentava o facto de os jornais continuarem a

---

<sup>52</sup> Cf. *Annaes de Estatistica, Estatistica Bancaria (1858-1892)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, pp.3 e 8.

<sup>53</sup> Cf. SÁ, Ribeiro de, "Lanifícios -II", *C.P.*, 6 de Junho de 1864.

<sup>54</sup> Em 1864 a cotação mais baixa tinha sido de 253/4 pences (por mil réis); em 1868 será de 14.

<sup>55</sup> In "Elevação da taxa de juro", *C.P.*, de 22 de Agosto de 1865.

"trazer annuncios e annuncios de leilões de mobílias pertencentes a familias que se retiram para o Rio de Janeiro e outros portos da America"<sup>56</sup>. O ambiente depressivo de 1867-70 não é estranho às turbulências políticas do período.

Eis um quadro que se vai repetir. Em 1873, verifica-se a "*renascença do entusiasmo pelas instituições bancárias*"<sup>57</sup>, a nível nacional, as quais de 17 passam para 51 em 1875, em consonância com a subida do câmbio do Brasil e o surto de desenvolvimento brasileiro verificado com a expansão da cultura do algodão, no contexto da guerra civil americana.<sup>58</sup> Em Portugal, a febre de criar bancos alastra à de criação de empresas por acções de todo o tipo, sendo de salientar a subscrição de acções para os caminhos de ferro e empresas de serviços. Os jornais começam a lembrar os anos sessenta, e noticiam a insolvência do Banco Mauá, em Montevideu, estreitamente ligado ao do Rio de Janeiro<sup>59</sup>. Mais uma vez o anúncio da crise vai chegar da América do Sul, indiciada desde 1874, por dificuldades crescentes e quebra no câmbio brasileiro<sup>60</sup>. A especulação com os fundos espanhóis (no 1º trimestre, no Porto e Lisboa, transaccionaram-se cerca de 70 mil contos) e a sua quebra de cotação, responsável por uma hemorragia de numerário, que tornou insolventes algumas casas bancárias (Banco do Porto, Carmo & Sobrinho, a 11 de Agosto, e Banco Comercial de Viana, a 14, seguindo-se a corrida geral aos depósitos), foi apenas o pormenor que fez vir à superfície a debilidade das bases financeiras da estrutura bancária de então:

*"Uma parte das sommas perdidas perdidas pela baixa dos fundos espanhoes tinha saído dos bancos. Alguns estabelecimentos tinham as suas carteiras recheadas de acções dos outros bancos, ou das suas proprias, sobre cujo penhor imprudentemente tinham feito empréstimos, acceitando pelo nominal aquelles titulos, alguns dos quaes nunca tinham tido séria cotação nas bolsas. Alguns dos novos bancos por consequencia quasi não teriam capital proprio, porque muitos subscriptores para pagarem as suas prestações tinham ali empenhado os proprios titulos"*<sup>61</sup>.

Percorrendo as listas de accionistas e dos corpos sociais dos vários bancos e companhias, aí encontramos frequentemente os "brasileiros" do Porto, num voluntarismo

<sup>56</sup> In "A praça do Porto", C.P., de 28 de Agosto de 1868.

<sup>57</sup> Cf. "Revista commercial e economica", C.P., de 12 de Junho de 1873.

<sup>58</sup> A geografia de implantação destes bancos, em estreita conexão com as zonas da emigração, foi traçado por PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre Câmbio e Desenvolvimento Económico*, 2ª edição, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, p. 260.

<sup>59</sup> Cf. "Revista commercial e economica", C.P., de 12 de Abril de 1875.

<sup>60</sup> Idem, *ibidem*, de 11 de Setembro de 1876.

<sup>61</sup> PIMENTEL, Antonio de Serpa, *Relatorio - Proposta de Lei e Documentos apresentados na Cmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa em sessão de 9 de Janeiro de 1877, pelo Conselheiro d' Estado, Ministro e Secretario d' Estado dos Negocios da Fazenda*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877, p.8.

não isento de críticas, pois vários autores se interrogavam pela forma como se descobriram, de repente, tantos gerentes para tão variadas empresas. De permeio com membros da clássica comunidade comercial do Porto, entre eles os tradicionais nomes de origem estrangeira, aí está, de facto, o jovem de origem humilde que partira há anos para o Brasil e agora se apresentava como negociante ou capitalista, alguns até acobertados já com título de nobreza, numa transmutação que para alguns era rápida, passando dos negócios de balcão, do lado de lá do Atlântico, para a área financeira que poucos dominavam. O jogo bolsista em períodos de euforia, a inclinação para as obrigações de dívida pública em períodos de maior circunspecção, são os seus focos de atracção. Embora investisse em bens de raiz, o emigrante de retorno, em idade madura ou avançada, preferia o investimento em bens mobiliários, que, em caso de necessidade, fossem de fácil realização e sujeitos a um juro que dava mais garantias de lucro do que o investimento na área produtiva. Por isso se dizia, na altura:

*"Comecei esta chronica registrando os prennuncios de uma crise bancaria, e das questões monetarias passei naturalmente ao Brazil, porque entre os bancos, a emigração e o Brazil, as linhas de passagem são insensíveis. Entre o rapaz que sae d'aqui phantasiando riquezas, o emigrado que moireja lá na America para realizar a sua ambição, e o capitalista que volta á patria fundar um banco, não ha pontos de intersecção. Os tres momentos são uma biographia"* <sup>62</sup>.

Se as cíclicas crises bancárias e económicas nacionais se inscrevem no quadro mais vasto de globalização da economia a nível mundial, a estreita interligação da praça do Porto com o Brasil não suscita dúvidas. Por isso, a crise de 1876 não poderia deixar de se correlacionar com a baixa de câmbio que se verifica desde 1875, a qual terá implicado uma retracção de remessas à espera de melhor altura, criando dificuldades de caixa às casas bancárias do Porto e Norte de Portugal<sup>63</sup>.

É difícil avançar no conhecimento deste processo de transferência de moeda do Brasil para Portugal, dada a fragilidade da rede bancária de então, com muitas casas comerciais, desde as de secos e molhadas às de ferragens, a desenvolverem uma acção de agentes informais, relacionadas com vários bancos. Algumas informações, contudo, podem recolher-se dum inquérito<sup>64</sup> mandado realizar no Rio de Janeiro, em 1876, pelo ministro da Fazenda, barão de Cotegipe, às casas anunciadas nos jornais como agências de bancos portugueses e não formalizadas conforme as exigências da lei do Império de

<sup>62</sup> OLIVEIRA, P. de, "Portugal e Brazil", *Revista Occidental*, Lisboa, 1875, p.743.

<sup>63</sup> Cf. JUSTINO, David, ob. cit., 2º volume, pp. 87-90.

<sup>64</sup> Publicado por *O Commercio do Porto*, em diversos números: 18, 20, 22, 23, 24, 25 de Março e 4, 5, 6, 14, 16 e 17 de Abril de 1877.

22 de Agosto de 1860, que obrigava à solicitação de autorização para funcionamento e publicação dos balancetes.

Do resultado do inquérito concluía o barão de Cotegipe, que *"não são agências propriamente ditas de nenhum banco as que como tais se annunciam n'esta côrte; mas sim casas commerciaes que, incluindo em suas transacções a de passarem dinheiro para Portugal por meio de commissão, se dizem agencias de bancos, a fim de inspirarem maior confiança ao publico, quando taes bancos limitam-se a pagar as letras e cartas de ordem que os sacadores do Rio de Janeiro dão sobre elles, uma vez que sejam acompanhadas de cambiaes em valor suficiente para cobrirem taes saques."*

Limitavam-se as relações entre os bancos e os ditos agentes a "cartas de convenção" ou, em alguns casos, a procurações, pelo que não havia qualquer transferência de capital da matriz do banco para a "agência" do Brasil, limitando-se esta a emitir saques contra o banco, dar cartas de crédito e estabelecer mesadas, pagar saques do mesmo banco, fazer operações de câmbio nos momentos favoráveis, cobrando, em geral, uma comissão de 1%. Por isso, as contas respectivas surgiam misturadas nos livros oficiais da casa com as restantes operações comerciais, embora algumas tivessem paralelamente livros próprios para as operações bancárias, de forma a facilitar o seu controlo. Dos relatos das vistorias a cada casa, podem tirar-se algumas ilações, referindo-nos agora àquelas cuja informação é mais significativa:

*Banco Aliança do Porto* - representado, desde 1874, pela firma alemã Backheuser & Meyer, na rua General Câmara, nº 65, uma casa de importações, exportações e comissões. Limitavam-se a receber juros de apólices e acções de companhias por conta do banco ou de seus comitentes, para o que recebiam as respectivas procurações.

*Banco Comercial de Viana* - casa Fonseca & Cunha, na rua do Rosário, nº 112, escritório e armazém de molhados. Emitiu saques entre 22 de Novembro de 1873 e 21 de Agosto de 1876, por ordem da matriz, dada a suspensão e pedido de moratória em face da crise vivida em Portugal. Tinham procuração para emitir saques sobre o banco e suas agências em Espanha, França e outros países. Nesses quase três anos, a "agência" sacou um total de 11526 contos, em moeda brasileira, assim distribuídos: Portugal e Ilhas - 9545 contos; França e Itália - 1710 c.; Espanha - 269 c., o que nos mostra a diversidade de caminhos do dinheiro da emigração. O gosto pela aplicação em fundos de dívida pública estrangeira levava algumas remessas directamente para os países em causa, podendo esse capital e sua reprodução chegar mais tarde a Portugal, total ou parcialmente. Dada a baixa de câmbio, a agência tinha em seu poder, na altura do inquérito, cerca de 263 contos, à espera de altura mais favorável.

*Banco Mercantil de Viana* - Coelho & Irmão, armazém de molhados. Instalada em finais de 1875, sacara sobre o Banco cerca de 344 contos no decurso dos 12 meses.

*Banco União do Porto* - Um sobrado na rua de S. Pedro nº 51, sob a direcção de José Joaquim Ferreira Margarido, desde 24 de Março de 1876, embora a agência existisse no Rio desde 1864, entregue a outras casas. Na altura, orçava em 110 contos anuais o seu movimento.

*Banco do Minho* - Ferreira de Sousa & C<sup>a</sup>., casa de comércio. Desde o estabelecimento, em Julho de 1871 até Outubro de 1875 sacaram sobre o banco 5532 contos, sendo o ano de 1875 o que atingiu o montante mais elevado - 1660 c.

*Banco da Póvoa de Varzim* - Braga Lopes & C<sup>a</sup>, rua General Câmara, nº 4. Iniciada em Julho de 1875, encerrou em Setembro de 1876. Num ano apenas enviou cerca de 40 contos.

*Banco Industrial do Porto* - Rangel da Costa & Guimarães, fabrica e vende utensílios de cobre, agente desde 1875. Desta data até Novembro de 1876 sacou 925 contos sobre o Porto (recorde-se que o B.I. foi uma dos poucos bancos do Porto que não recorreu a moratória na crise de Agosto de 1876).

*Banco de Barcelos* - Araújo, Lopes & Oliveira, loja de fazendas e modas, rua da Quitanda, nº 57. Iniciada em 10 de Junho de 1876 tinha desenvolvido um pequeno número de operações, no valor de cerca de 8 contos, por medo e por recomendação do Banco, em face da crise bancária.

*Banco Mercantil Portuense* - Klingelhoefer & c<sup>a</sup>, casa comercial, agente há cerca de "30 anos", um exagero de declaração, pois, no máximo, só o poderia ser desde 1855, data da fundação do Banco. A evidenciar os efeitos da quebra de câmbios sobre as remessas, vejam-se os saques dos últimos anos : 1874 - 951 contos; 1875 - 824 c.; 1876 - 340 c.

*Banco de Guimarães* - Mendes de Oliveira & C<sup>a</sup>, na rua da Alfândega, nº 24. Embora com agência há 3 anos no Brasil, estes apenas se iniciaram em 30 de Agosto de 1875, remetendo, até Julho de 1876, cerca de 300 contos.

*Banco da Covilhã* - Braga & Fonsecas, casa comercial. De Março de 1875 a Novembro de 1876 sacara sobre o Banco cerca de 120 contos.

Mais propriamente correspondentes e procuradores do que agentes dos bancos respectivos, este pequeno número de estabelecimentos apenas do Rio de Janeiro dá-nos uma ideia da grandeza do fluxo monetário drenado para Portugal, apesar das estruturas arcaicas de captação de capitais, embora a figura do "correspondente" bancário nas pequenas vilas da província ainda durasse praticamente até aos nossos dias. Longe de corresponder à rede de correspondentes dos bancos portugueses de então, bem como à

sua dispersão pelas diversas províncias do Brasil aonde era significativa a presença portuguesa, esta pequena amostra de bancos transfere, num cálculo grosseiro, para o último ano mais de 8000 contos brasileiros, um pouco menos de 4000 contos portugueses. Se repararmos que estamos num ano de crise e baixa de câmbio, portanto de retracção nos envios, que não estão ali representados vários bancos importantes, nem os correspondentes de outras cidades onde o elemento português era significativo<sup>65</sup>, não podemos aceitar a estimativa de Alexandre Herculano que calculava em 3000 contos de réis o valor médio anual dos ingressos monetários provenientes da emigração<sup>66</sup>. Parece-nos mais consistente a avaliação de Oliveira Martins, quando defendia, em 1891, o montante das remessas do Brasil em 12 a 15 mil contos anuais e estruturava os ingressos do seguinte modo:

Economia de trabalhadores repatriados (5 a 6000) ..... 7 a 8 mil contos;  
 Rendas de repatriados capitalistas, vindas em papel cambial... 3 a 4 mil contos;  
 Mesadas, pensões, esmolas, presentes,  
 tanto em papel cambial como em géneros ... 2 a 3 mil contos<sup>67</sup>.

Cálculo este que, provavelmente, se pode antecipar no tempo, pois tudo indica que os valores dos melhores anos das décadas de 60 e 70 não tenham andado longe destas estimativas. Em termos de balança de pagamentos, sublinhe-se, estas remessas da emigração não se podem considerar um valor líquido, devendo ter-se em consideração o pequeno pecúlio que a grande maioria dos emigrantes leva consigo, mas que no total atinge valor elevado<sup>68</sup>, bem como os gastos de transporte, quando este se faz em navios estrangeiros, o que obriga a transferências em cambiais, facto que tomou grande incremento com a generalização das passagens em vapor, praticamente todos estrangeiros<sup>69</sup>. Para além disso há transferências de dinheiro português para rentabilizar no Brasil, através de emigrantes, facto que encontramos através da análise de testamentos. António Joaquim Ferreira da Silva, de Vila do Conde, mas estabelecido no Pará, onde tinha um sociedade mercantil com navios, negros e fazendas, com uma cota pessoal de cerca de 65 contos de réis, tinha duas verbas de 400\$000 réis portugueses de

<sup>65</sup> Basta percorrer um almanaque do Porto da época para confirmar que os diversos bancos tinham uma rede de correspondentes alargada e estavam presentes nas principais cidades do Brasil, aonde tinha algum significado a presença portuguesa.

<sup>66</sup> HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos - II*, Lisboa, Presença, 1983, p. 68 (Organização, introdução e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia). O texto original aqui considerado é de 1873.

<sup>67</sup> Cf. MARTINS, Oliveira, *Dispensos*, Tomo II, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924, p. 256 (org. de António Sérgio).

<sup>68</sup> Há quem com uma base de 50\$000 por emigrante, lhe atribua um montante de 900 contos anuais, o que parece exagerado. Cf. *Relatório do Consul de Portugal no Rio de Janeiro, - n.º 9, 1895* Lisboa, Imprensa Nacional, 1898, pp.80-83

<sup>69</sup> Cf., a este respeito, VARETA, Bernardino, *A Marinha Mercante e a Economia Nacional*, Porto, 1903.

duas irmãs em Portugal, a correr sob o juro de 5%, no ano de 1855<sup>70</sup>. Joaquim Francisco de Azevedo, de Fornelo, emigrado no Pernambuco tinha em seu poder 800\$000 que um padre da terra lhe entregara<sup>71</sup>. E a ajuda monetária também funcionava no sentido contrário do habitual. Manuel de Azevedo Troça enviou para o Brasil 8500\$000 francos, a juro de 10%, para os dois filhos que tinha no Brasil, determinando agora, que por sua morte, fossem também descontados nas legítimas da herança<sup>72</sup>.

Mas remessas globais em montantes tão elevados constituem um problema sempre que há oscilações negativas do câmbio, dado seu efeito erosivo. Por isso, ninguém duvidada da *"dependencia entre numerosissimas familias residentes em Portugal e o curso das transacções internacionaes do commercio brasileiro"* <sup>73</sup>.

Em inúmeros artigos ao longo da sua carreira de jornalista-economista, Rodrigues de Freitas, tal como Oliveira Martins, não se cansou de chamar a atenção e documentar esta natureza dependente da economia portuguesa em relação às remessas e ao câmbio do Brasil sobre Londres, já que aquelas eram, na sua maioria, enviadas em cambiais a descontar na praça londrina. A mínima descida de câmbio fazia estremecer os negócios, especialmente na praça do Porto, assim como ligeiras subidas criavam entusiasmo que logo se repercutiam numa actividade económica mais intensa, numa subordinação demasiado exposta à evolução de factores exógenos.

**Gráf. 6.3 - Evolução do câmbio do Brasil sobre Londres,  
1856-1898**

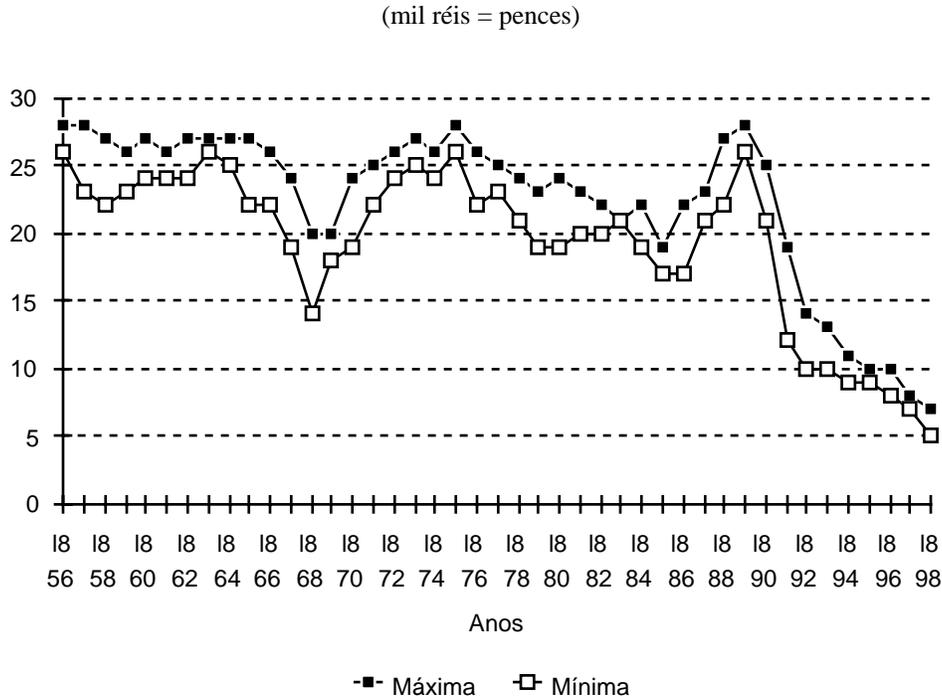
---

<sup>70</sup>A.M.V.C., *Livro de Registo de Testamentos*, nº 3188, pp. 185-191

<sup>71</sup> Idem, *ibidem*, nº 3192, pp. 37-41.

<sup>72</sup> Idem, *ibidem*, nº 3193, pp. 43-47.

<sup>73</sup> FREITAS, Rodrigues de "Revista Commercial e Economica", *C.P.*, de 11 de Junho de 1884.



Fontes:

FREITAS, Rodrigues, e MOUTINHO, J.F., *O Cambio do Brazil*,

Porto, Typ. do Commercio do Porto, 1886, pp.9-10;

FREITAS, R. "A principal origem da crise", C.P., de 9.7.1891.

PEREIRA, Miriam, H., *Livre-câmbio...* pp. 261- 4

Um quadro explicativo do género se aplicou ao entusiasmo vivido a partir de 1886, embora o despertar para as dificuldades surgisse logo em 1890. Desta vez, porém, a quebra do câmbio brasileiro apresenta sinais de longa duração e uma inflexão irreversível (Gráfico 6.3), num quadro político-económico mais complexo: a extinção da escravatura, a implantação da República e instabilidade política, o grande incentivo à imigração familiar, a lei da "grande nacionalização", as dificuldades à transferência de fundos e o irreversível declínio do preço do café. O efeito proveniente do aumento quantitativo da emigração nos finais do século cruza-se, deste modo, com o da baixa de câmbio, que decaí em cerca de 80% face aos valores médios das décadas anteriores (de 25 para cerca de 5), fazendo diminuir relativamente o valor das remessas<sup>74</sup> e

<sup>74</sup> Uma das consequências da queda do câmbio brasileiro, mais rápido do que o da moeda portuguesa (1 conto português valia cerca de 2 contos nos meados do século brasileiros, mas na década final a relação passou de 1 para 3), foi a compra crescente de títulos da dívida pública brasileira por portugueses, descrentes com a evolução política portuguesa e com a aplicação do "imposto de rendimento". Quando quase meio século mais tarde, em 1933, o governo brasileiro, assoberbado com os custos da dívida externa,

evidenciando que o retorno de "brasileiros", na conotação de afortunado, era agora quase impossível.

A quebra do câmbio brasileiro na década de 90, com grande impacto a nível nacional e que se vai tornar arrasadora para os bancos do Porto, mais uma vez empenhados em empreendimentos que exigiam grandes somas de capital e com rentabilização (discutível) a longo prazo, ajuda a explicar o eclipse portuense no campo da iniciativa política e económica durante largos anos, perdendo o seu papel tradicional de réplica à iniciativa lisboeta<sup>75</sup>. Mas facilitou, de algum modo, a intensificação da sua vocação industrial, até aqui subalternizada pela aplicação de capitais ao jogo especulativo da bolsa e da banca, pois, a partir de 1892, a indústria começa a apresentar resultados mais palpáveis, na conquista do mercado interno e colonial, por força das circunstâncias.

Naturalmente, que não se pode responsabilizar a quebra do câmbio do Brasil pelas dificuldades nacionais, embora tenha de se lhe reconhecer um papel importante, como dizia Rodrigues de Freitas, ao apontar uma série de situações de má gestão favorecedoras da crise<sup>76</sup>. No essencial, tudo se resumia ao seu aviso já antigo, perante a política imoderada e de desorganização económica implementada pela via fontista: *"O paiz esquece que o dinheiro não basta, e que é tambem preciso saber empregar-o. O paiz não reflecte que é necessario desenvolver os elementos de vida propria que temos cá, em vez de esperarmos vergonhosamente pelas riquezas que venham de longe"* <sup>77</sup>.

Em suma, o caudal de remessas da emigração para o Brasil, que na segunda metade do século passado inundou o País<sup>78</sup>, contribuiu para a formação de uma economia de subsídio, aonde os investimentos não foram implementados de forma a terem um seguro crescimento auto-sustentado, desperdiçando-se muitos capitais e energias em empresas de rentabilidade duvidosa e na dívida pública<sup>79</sup>. Basílio Teles é, a este respeito, um dos autores mais radicais, defendendo que as remessas da emigração estimulam

impõe um plano de consolidação, reduzindo drasticamente os juros, descobre-se que os portugueses detinham cerca de 15 milhões de libras em títulos, valor nominal, ou seja, cerca de 1/5 do total, o que nos dá uma ideia da retracção nas remessas.

<sup>75</sup> Cf. SOUSA, Fernando de, "A salamancada e a crise bancária do Porto", *NVMMUS*, 2ª série, vol.I, Porto, 1978. Idem, *A Cor do Dinheiro*, Porto, Casa Tait, 1989.

<sup>76</sup> Entre os diversos artigos do autor sobre este período, cf., nomeadamente, "O Brazil", *C.P.*, de 12 e 15 de Março de 1890; "A principal origem da crise", *ibidem*, de 9 de Julho de 1891; "A crise", *ibidem*, de 23 de Julho de 1891.

<sup>77</sup> FREITAS, J.J. Rodrigues de, *Crise Monetaria e Política de 1876 - Causas e Remedios*, Porto, Livraria Moré, 1878, p. 115.

<sup>78</sup> Para uma síntese breve sobre a discussão dos quantitativos das remessas do Brasil e os valores estatísticos do Brasil no movimento de cambiais do Rio de Janeiro para Portugal, cf. MURALHA, Pedro, *Portugal no Brasil*, Lisboa, Tipografia Luso-Gráfica, pp. 72-73. Ver também SIMÕES, Nuno, *O Brasil e a Emigração portuguesa (notas para um estudo)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, pp. 46-50.

<sup>79</sup> Para uma leitura actual, cf. PEREIRA, Miriam Halpern, ob. cit., pp. 32-37 e 253-264.

principalmente o consumo<sup>80</sup>, não favorecendo a economia regional e nacional, a não ser o comércio importador, pois raramente significavam investimento produtivo e reformador de processos, responsabilizando-as por alimentar o "*parasitismo desvergonhado e terrivelmente desmoralizador das clientelas da politica*", numa cumplicidade de que o "brasileiro" sai explorado<sup>81</sup>. Teles interroga-se mesmo "*se ha qualquer deficit chronico na nossa economia interior, e, no caso affirmativo, se é esse suplemento monetario, transferido aannualmente do Brazil, que o vem cobrir; ou, ao contrario, se não será elle, que, embora indirectamente e com perfeita boa fé, o entretém, e porventura o determina*"<sup>82</sup>.

O papel do emigrante é, de facto, ingrato: de vítima a agente, de efeito a causa vai um passo nas apreciações que à sua volta se vão tecendo, consoante o ângulo de visão do observador, dada a conflitualidade inerente ao processo de exclusão que o produz e ao carácter subversivo ou conservador do seu retorno.

Esta prática de subsídio que a emigração, através das suas remessas, produz sobre a sociedade de partida não tem apenas um carácter social. O papel de ajuda familiar é também importante, no sentido de amparo para a velhice, antes escudada no processo patrimonial da doação, com as garantias das reservas e ajuda na doença e invalidez, facto que, com a pulverização da terra, a hipoteca e a baixa de rendimentos, perde cada vez mais o sentido.

Nesse campo, alguns exemplos mostram-nos, ao lado da ligação familiar como motivação para as remessas, que a via bancária está longe de esgotar os mecanismos da transferência monetária. José Francisco Pinto Ramos é um jovem de 13 anos, natural de Modivas (Vila do Conde) quando em Setembro de 1871 parte para Pernambuco, para trabalhar na casa de comércio de um conterrâneo, António Fernandes dos Santos, o qual passava em Modivas grandes temporadas, alternando com o irmão Joaquim, ambos referenciados no inquérito de 1873 sobre retornos como negociantes com fortuna de 2,5 e 3 contos de réis, respectivamente. A mãe de José é viúva, doente do reumatismo e envelhecida e ele torna-se no seu amparo, apesar de um outro irmão mais velho, o António, estar também em Pernambuco, aonde casou e deixou de dar notícias à família, não obstante as cartas que a mãe lhe enviava através do José, para ter a certeza de que ele as receberia. Em 1878, a mãe solicita a isenção do recrutamento do filho e para isso

---

<sup>80</sup> Já, em 1873, Herculano chamara a atenção para o efeito da "*sempre crescente abundância da moeda, devida principalmente, ao regresso à pátria de avultado numero dos nossos brasileiros*" sobre os preços dos géneros. Ob. cit., p. 82.

<sup>81</sup> TELLES, Bazilio, *Carestia da Vida nos Campos - Cartas a um Lavrador*, Porto, Livraria Chardron, 1904, pp. 207-224 e 298-312.

<sup>82</sup> Idem, *ibidem*, p. 224.

anexa um conjunto de cartas que provam a sua dependência económica do José<sup>83</sup>. Através delas, podemos apercebermo-nos das modalidades de envio e dos sentimentos de entreajuda que estão na sua base. José escreve num português eskorreito e fluente, com óptima caligrafia. A primeira carta de que dispomos data de 20 de Março de 1874, e é enviada através do conterrâneo patrão que vem visitar a família:

*"Pella mão do mesmo Snr. Santos lhe remeto a quantia de dezoito mil reis fortes para aquillo que melhor lhe convier não é muito mas mais para diante lhe mandarei mais algum para vm. passar melhor vida do que tem passado pois eu não quero que vm. trabalhe mais em Lavoura porque enquanto eu for vivo e tiver saude vm. não travaIha porque não precisa pois já está com bastante idade. Athé agora trabalhou para me criar com mimo e fartura e é bastante isso para eu saber que outra pessoa não me quer outro bem igual e por esse motivo nunca me esquecerei do Amor que me tinha. Sinto muito vm. estar só naquela Baixa infernal porem vá vivendo com paciencia por mais algum tempo athe que eu ganhe mais alguns vintens para vm. se mudar para outro lugar mais bonito ainda que seja arrendada pois vejo que esta num lugar muito feio."*

As pequenas quantias que José envia à mãe chegam por mão própria de algum conhecido ou por carta de ordem de um dos patrões (ao outro que eventualmente esteja em Modivas ou a um conhecido, normalmente o Snr. David Azevedo de S. Cristina de Malta, que se encarrega cá dos bens daqueles) os quais se responsabilizam pela entrega da "remessa", com as contas a acertar do outro lado, entre patrão e empregado, escapando assim à filtragem bancária. São pequenas quantias enviadas a partir do terceiro ano de estadia no Brasil (ignoramos se houve anteriores) que, todavia, aliviam a mãe do trabalho, com elas resolvendo as "suas necessidades", e lhe permitem o tratamento médico de que carece, nomeadamente a ida às Caldas. Apesar de não sabermos se, de facto, a mãe conseguiu mudar de residência, como era desejo inicial do filho, sublinhe-se o quantitativo crescente das remessas e o seu carácter bi-anual, sendo uma das remessas conotada explicitamente com o "folar" da Páscoa (Quadro 6.10).

**Quadro 6.10 - Remessas do José de Modivas**

(15-19 anos) à mãe

(Valor em réis fortes)

---

<sup>83</sup> A.G.C.P., Documentação Avulsa, Correspondência recebida, M687.

Data da carta	Valor da remessa
1874.03.20	18\$000
1874.09.10	30\$000
1875.05.28	30\$000
1876.02.30	30\$000
1876.06.29	22\$500
1877.03.10	22\$500
1877.11.14	22\$500
1878.02.20	50\$000
1878.08.14	50\$000

Uma outra modalidade é a sugerida pelo caso de Bernardino Vicente de Araujo, de Tougues (Vila do Conde) que, tendo embarcado em Agosto de 1873, com 11 anos de idade, para a Baía, escreve em Janeiro de 1882 ao pai para lhe comunicar a atribuição de uma "mesada":

*"Vou dar-lhe hoje uma noticia que deve ser-lhe summamente agradavel. Attendendo a mesquinhez dos meios que Vm. dispõe para sustento de minha familia, marquei-lhe hoje, a contar do corrente mês em diante, uma mensalidade de Rs. 6\$000, moeda desse paiz, para ajuda do sustento de nossa familia, que recebera do nosso amigo Antonio de Azevedo Fernandes a quem escrevi a esse respeito por esta mala".*

A carta ao comum amigo, deixando entrever o papel do parentesco na rede migratória, sugere, ao pedir ao pagamento da mensalidade: *"Para seu pagamento enviar-lhe-ei uma letra de saque quando o cambio for mais favoravel ou então transigirei com seu digno mano (meu bom tio) o Snr. Jose de Azevedo Fernandes, entregando-lhe aqui a quantia que produzir em moeda fraca para lhe ordenar ahi o pagamento, conforme lhe convier"*<sup>84</sup>.

As mesadas e esmolas a familiares tornam-se o elemento de maior carga simbólica nesta economia de subsídio que a emigração propiciou. Pessoas desprotegidas esperavam a "mesada" como um favor divino, conforme evidenciam algumas cartas de devoção ao Bom Jesus de Matosinhos, tal como a da devota que pede intercessão para *"que meu irmão João no Rio de Janeiro se lembre de mim com huma esmola que me deia (sic) uma mezada"*<sup>85</sup>.

### 6.3.2 - Reintegração

<sup>84</sup> Documentação particular, a que tivemos acesso por gentileza do sr. Monteiro dos Santos (Vila do Conde).

<sup>85</sup> Cf. GOMES, Fátima Maria Oliveira e OSÓRIO, Maria Conceição Azeredo Pinto, "A Irmandade do Bom Jesus de Bouças e Seus Reflexos na Vila de Matosinhos", *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, II Vol., Porto, 1985, pp. 111-186.

- a dinâmica económico-social

O quadro do retorno dos emigrantes do Brasil no século passado não se ajusta com muita facilidade à tipologia desenvolvida neste campo por F. P. Cerase para classificar a diversidade de situações existentes. Tipologia a que já fizemos referência no capítulo inicial deste trabalho e que, atendendo a factores como a idade, o nível económico, os projectos iniciais, a interiorização do nível de sucesso ou insucesso, a capacidade de reintegração, assim estipula o retorno de fracasso, de conservantismo, de jubilação ou de inovação.

O painel biográfico de que nos servimos dá-nos exemplos para todas as situações, embora seja mais loquaz sobre os retornos de jubilação, aqueles em que há uma maior quantidade de registos informativos, já que os seus protagonistas desenvolvem então uma acção mais virada para o exterior, traduzida em benemerências ou nobilitações ou mesmo cargos políticos, favorecendo as impressões laudatórias ou suscitando críticas em jornais e revistas, às vezes claramente sugeridas ou pagas. Se nestes casos a informação nos é "oferecida", nos restantes temos de a procurar, porque o "brasileiro" fracassado procura ocultar-se e os que encararam a emigração como uma mera etapa de projecto individual tendem a esquecê-la, não lhe conferindo relevo, ultrapassando-a e reduzindo-lhe o significado por virtude do desenvolvimento de acções consensualmente mais importantes, seja no campo da realização agrícola, industrial, comercial ou mesmo nos serviços. Por isso, frequentemente, deparamos com emigrantes de retorno que não dão sinal de "brasileiros", embora a etapa da emigração tenha sido importante, não sob o ponto de vista financeiro, mas sim na possibilidade individual de alargar horizontes, de tomar contactos com outras realidades, de ter exercido outras tarefas, despegando-se dos trabalhos rurais em que a rotina era a marca decisiva e limitadora. O retorno de indivíduos em plena fase activa, não realizados economicamente mas que não aceitam a interiorização do fracasso e lutam pela afirmação pessoal, recuperando o sentido de aventura ainda não esgotado pela experiência migratória, produziu situações de sucesso para alguns, que vieram encontrar, aqui, actuando a partir da cidade (normalmente Porto ou Lisboa), o seu "Brasil".

Naturalmente que a situação de bastantes retornados era desesperada, nomeadamente as dos que, doentes, decidiam voltar, numa última esperança de cura com os ares temperados da terra natal. Se a febre-amarela e a cólera não davam tempo para o retorno, dado o seu carácter fulminante, já a tísica, tão frequente em situações de insalubridade, sobre-esforço e fraca alimentação a que muitos emigrantes se sujeitavam, desenvolvia um processo mais prolongado, permitindo o retorno, sobretudo depois do

encurtamento das viagens com os vapores. Não raro estas viagens agravavam o mal e então o retorno assumia os contornos dramáticos do desterrado que vem, literalmente, exalar o último suspiro na terra natal, às vezes nem tendo tempo de chegar à sua aldeia, à casa da família, morrendo pelo caminho. Em termos epidemiológicos e já no século XX, chegou mesmo a ser questionada a ligação das regiões de emigração e retorno à propagação da tuberculose. Neste campo, as associações de portugueses no Brasil<sup>86</sup> tiveram um papel importante no repatriamento, subsidiando o regresso de emigrantes inválidos, embora, aqui e ali, surjam situações que nos permitem desconfiar dos números oficiais, não no seu quantitativo apresentado, mas na adequação do subsídio, pois alguns casos de repatriamento nesta situação são seguidos de nova emigração para o Brasil pelos respectivos protagonistas. Neste movimento de inválidos e subsidiados ocorreriam sempre alguns processos menos transparentes, permitindo a alguns fazerem a viagem à terra gratuitamente.

Dos que retornam com saúde mas sem sucesso económico há ainda os que se vêem obrigados a partir de novo, seja por inadaptação social, seja por rejeição familiar, por não quererem carregar o fardo do "insucesso" e acharem que, apesar de tudo, o Brasil ainda representa alguma oportunidade. Nos testamentos surgem alguns casos de chamada das despesa das duas viagens à conta final de partilhas, lendo-se alguma desilusão nestas situações, o que terá criado o ambiente propício à reemigração. Naturalmente que outros, com mais autonomia, preferem partir para a cidade e procurar os empregos de tipo urbano. Veja-se o caso de José Francisco da Silva, de Vilar do Pinheiro. Criança travessa e alentada, passava a vida a jogar o soco com os outros rapazes, pelo que constantemente havia queixas à família. Então, *"sua mãe, viúva, receando mais tarde não poder com elle o mandou para o Brazil para um seu primo que ali estava onde se demorou uns anos, sem fortuna alguma fazer, mas muito mais civilizado do que tinha ido. Voltando tomou conta da sua casa, deu bom viver a sua mãe e olhou pelas suas duas irmãs"*. Trouxe o gosto de se instruir, ora lendo, ora falando com pessoas cultas, mostrando *"habilidade rara para composição e paz entre os desavindos"*, a tal ponto que esquecia os interesses próprios, tendo de arrendar as suas terras, apesar de nelas proceder a algumas reformas. Era um dos mais activos nas festividades locais ao S. Bartolomeu, principalmente na dinamização das iluminações em cascata que se tornaram célebres e foram imitadas no Palácio de Cristal do Porto. Mas, face à ingratidão sentida, abandonou a sua casa e foi

---

<sup>86</sup> Como exemplo, veja-se a acção da Caixa de Socorros D. Pedro V, no Rio de Janeiro, com uma diversificada acção filantrópica que já ultrapassou os 125 anos. Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Filantropia e Imigração - A Caixa de Socorros D. Pedro V*, Rio de Janeiro, 1990. Uma relação das principais associações portuguesas no Brasil nos princípios deste século pode ser lida em SILVA, Fernando Emygdio da, ob., cit., pp.277-285.

empregar-se como revisor na linha férrea Porto-Póvoa, passando pouco depois para chefe de uma das estações do "americano" do Porto, "*mostrando sempre o que valle o Rato de Vilar do Pinheiro*"<sup>87</sup>.

Mesmo em situações de sucesso e em estratos sociais relativamente elevados a rejeição pode ser um facto. Que o diga Joaquim da Costa Ramalho Ortigão (irmão do escritor de *As Farpas*), natural de Cedofeita e filho do proprietário do célebre Colégio da Lapa, que emigra aos 13 anos (1856) para o Rio de Janeiro, ocupando-se como caixeiro numa firma de comissões<sup>88</sup>. Uns anos depois já aparecia como guarda-livros e sócio da firma "Sousa Breves & C<sup>a</sup>", para mais tarde formar a sua própria firma "Ortigão & C<sup>a</sup>". A sua preparação intelectual<sup>89</sup> e disponibilidade pessoal levam-no a ser um dos membros mais dinâmicos da comunidade portuguesa do Rio. Muito versado em economia, produzindo frequentes conferências e artigos, era muito escutado, a nível oficial, no Brasil, tendo integrado a direcção e presidido ao Gabinete Português de Leitura e do influente Centro de Comércio e Lavoura. Em 1875, vem a Portugal, por onde se demora 2 anos. Pois, a propósito do seu regresso, o biógrafo sugere que, na segunda partida da terra, não levou "*as saudades da primeira despedida nem as gratas impressões de um acolhimento e convívio amistoso e fraternal, a que tinha direito entre os seus compatriotas*"<sup>90</sup>.

### **Retoma profissional e casas de lavoura**

Para outros a emigração e o retorno não eram dramas, pois constituíam a possibilidade de amealhar algum capital, partindo-se com objectivos de curta duração, de forma a possibilitar o estabelecimento familiar e profissional, retomando-se depois a actividade anterior, de forma mais independente ou mais dinâmica. Estamos perante o retorno de conservantismo, já que não há qualquer ideia de ruptura com a ordem social vigente, nem tão-pouco a de introduzir alterações significativas no processo produtivo. Casados ou solteiros estes emigrantes partiam com a intenção declarada de resolver

---

<sup>87</sup> Seguimos e transcrevemos o testemunho do Pe. Joaquim Antunes de Azevedo, num manuscrito de memórias locais, em quatro cadernos, inédito, mas precioso para o reconhecimento individual e familiar das Terras da Maia, na segunda metade do século passado : 2º caderno, p. 95.

<sup>88</sup> Desta família emigra, 5 anos mais tarde, ainda outro irmão, Antonio Manuel, de 13 anos (passaporte em 1860/08/10).

<sup>89</sup> Preparação intelectual que, dada a baixa idade de partida, não poderia ter um grande fundamento escolar, mas sim a do autodidacta, desenvolvendo um esforço pessoal que outros emigrantes também confessam, e que, não raro, está na base do seu sucesso, sobretudo à medida que se caminha para formas mais desenvolvidas da economia brasileira.

<sup>90</sup> In "Joaquim da Costa Ramalho Ortigão", *Commercio e Industria*, vol.3, nº 90.

problemas pontuais de investimento através de uma retirada por alguns anos, quer fosse para ganhar o dinheiro necessário à entrada das "legítimas" aos irmãos e assumir a propriedade da família, ganhar para o dote que lhes permitisse casar socialmente bem colocados, resolver problemas de dívidas, encetar obras de reforma ou aquisição de bens na casa, estabelecer-se no comércio. Tratava-se, fundamentalmente, de reforçar a posição individual e/ou familiar no tecido social de origem. Era este, com certeza, um quadro maioritário, sobretudo para os que partiam já adultos, com casamento já delineado ou já casados, deixando a família deste lado, embora no decorrer do percurso pudesse surgir a reconversão do projecto, dependendo de factores como o grau de inserção conseguido na sociedade de acolhimento ou o fracasso relativo, o nível cambial, etc.

É uma situação que, ao nível modesto, podemos ilustrar deste modo: Domingos Gomes, do lugar do Teso, em Vilar do Pinheiro, teve dois filhos gémeos - António e Ana. Enquanto esta casou em casa, o António foi para o Brasil. Arranjando alguma fortuna, voltou para junto dos pais e casou, passando a residir numa casa que construiu junto à estrada, no lugar da Igreja, onde se ocupava "*com negocio, lavoura e no officio de carpinteiro, que em tudo vae bem porque a mulher muito o ajuda no negocio pois que sabe ler e escrever*". Duma outra família do mesmo lugar nasceram dois irmãos, um ficou a sapateiro, "*outro tendo ido ao Brazil, veio casar, comprando depois uma bouça que foi deveza junto da estrada no lugar de Sangemil, ali mandou construir uma casa onde reside com sua mulher e filhos occupando-se no officio de carpinteiro como o seu pai*"<sup>91</sup>. O sentido da autonomia pessoal e da independência surgem aqui de forma vincada, mas na continuidade da tradição familiar.

Em muitos casos, esta situação de retorno de conservantismo tinha significados mais complexos, pois traduzia-se em verdadeira ascensão social, assumindo, portanto, foros de alguma consagração. A prática de casamentos entre as famílias de casas de lavoura passa agora a contar com estes candidatos, alguns de famílias muito humildes mas com dinheiro suficiente para o dote necessário, sendo de sublinhar que, neste campo, se verificou uma autêntica inflação. Dotes que nos inícios do século XIX eram inferiores ao conto de réis (500 ou 600 mil réis) para determinadas casas de lavoura, estavam no finais do século em 5 a 6 contos de réis, correspondendo tanto a uma maior oferta no mercado de casamento como à elevação dos preços das propriedades agrícolas, em grande parte fruto da maior abundância de dinheiro e do tradicional investimento em terras por parte dos "brasileiros" e suas famílias. Muitas casas de lavoura do Douro Litoral, propriedades relativamente extensas na sua dispersão parcelar, de modo a

---

<sup>91</sup> AZEVEDO, Pe. Joaquim Antunes, ob.cit., 2º caderno, p. 70 vº.

congregarem a habitação, os terrenos de cereal, o lameiro para o gado e o espaço florestal para mato e lenha, devem a sua sobrevivência a alianças nupciais com brasileiros ou seus familiares, a única possibilidade de arranjar o dinheiro suficiente para compensar os outros herdeiros e evitarem a fragmentação da propriedade.

Este papel das alianças nupciais assume contornos importantes na região. Veja-se o caso do "brasileiro" Antonio da Silva Moreira, apoiando a família da irmã, viúva e cheia de filhos, exemplar na cadeia de solidariedade familiar: *"deu bons dotes a suas sobrinhas para ellas casar, casando a Maria para a casa do Basílio ou do Barranha em Vila Nova da Telha; a Anna para casa do Pedro da mesma aldeia de Vila Nova; a Joaquina para casa do Vulgo em Real de Moreira; a Margarida para casa do Alves do Couço da mesma freguesia; a Teresa para casa do Oliveira de Esposade, em Custóias. Os rapazes levou-os para si para o Brasil aonde os fez homens, casando o Joaquim com sua filha mais velha, destinando a mais nova, que faleceu em Pedras Rubras, para o seu sobrinho Manuel. Estes parece-me que também já ajudaram aos dotes d'algumas de suas irmãs e já estão patrocinando no Brasil os filhos d'estas"* <sup>92</sup>. Registe-se que o comendador Moreira teve os princípios de vida que se poderiam generalizar a muitos emigrantes: *"seu pae era um pobre capinteiro da lavoura, e elle seguiu seu pae no mesmo officio d'andar com jigo as costas, hoje aqui, amanhã acolá, sempre em obra grossa, como é a da lavoura, e ainda muito criança até que se resolveu a pedir a seu pae para ir para o Brasil onde o esperava a fortuna e os perigos e trabalhos"*. Regressado, foi um dos maiores beneméritos da igreja de Moreira, aonde gastou mais de dois contos de réis no madeiramento e telhados e construiu um jazigo com estátua a encimar no cemitério da freguesia. Tinha prédios no Porto (rua das Malmerendas) e na Foz, sendo um dos quarenta maiores contribuintes da cidade, tal como o seu genro e sobrinho, o brasileiro Joaquim Soares, de Pedras Rubras. Educou as filhas num colégio de Lisboa, casando-as logo que de lá saíram.

Outras vezes, essas casas de lavoura eram simplesmente compradas pelos "brasileiros", em pessoa ou pelos seus familiares, iniciando-se logo melhoramentos, embora nem sempre com sentido produtivo. Mas, principalmente, foram as casas da própria família que os "brasileiros" renovaram e ampliaram, através de remessas monetárias e depois no seu retorno. Em situação de decadência ou apatia, muitas casas experimentaram uma lufada de ar fresco, com a injeção de capitais vindas do Brasil, que, em alguns casos, significou o arranque para uma nova dinâmica de produção<sup>93</sup>.

---

<sup>92</sup> AZEVEDO, Pe. Joaquim Antunes de, 3º caderno, pp. 85vº-86.

<sup>93</sup> Um exemplo é o do Barão de Rio Ave, Bento Rodrigues de Sousa, de Vila do Conde (nasceu em Vairão, viveu depois em Macieira), que tendo emigrado muito cedo para o Brasil, regressou endinheirado por volta

Das diversas descrições que possuímos destas casas rurais e suas reformas, podemos dizer que estas obedeciam a um padrão geral. Murava-se a habitação e terrenos circundantes, frequentemente depois de processos de arredondamento por compra (ou troca) de parcelas anexas. Alteava-se aquela com a construção de um primeiro andar, libertando-se o rés-do-chão das cortes de gado, pela construção de edifícios próprios e separados. Nas mais ricas, construía-se ainda a casa do caseiro, já que normalmente o brasileiro supervisionava o trabalho agrícola, mas raramente a ele se entregava. A habitação do proprietário passava a destacar-se pela sua altura e janelas, muitas vezes com vidros coloridos, com o exterior pintado de cor garrida, a destoar da cal branca aqui muito utilizada pela maioria das casas comuns. Elemento fundamental da casa era a água: os brasileiros foram autênticos "mineiros", procurando a água na nascente longínqua ou abrindo poços no local, murando as condutas, mais tarde utilizando os típicos moinhos de vento que ainda hoje são visíveis para levar a água ao interior da habitação. Contribuíram decisivamente para ultrapassar a fonte de chafurdo, normalmente de utilização colectiva nos diversos lugares da aldeia e impuseram deste modo modelos arquitectónicos e funcionais. É certo que bastantes casas, nas suas reformas, adquiriram elementos extravagantes e exóticos, que as faziam sobressair inesteticamente na paisagem, criando a polémica figura da "casa do brasileiro", mas não podemos esquecer a componente da sua nova funcionalidade e salubridade, quer nos aspectos da água e separação dos animais, quer no seu arejamento e luz interior, com a utilização de janelas e vidros, materiais então pouco utilizados e que agora sofrem uma autêntica democratização. Para além disto, muitas casas de "brasileiros" mantiveram uma grande sobriedade, constituindo antes de tudo formas de renovação da casa agrícola, que, a pouco e pouco, se foram disseminando e naturalizando na paisagem.

Para apreendermos melhor o contraste, não podemos esquecer que as casas tradicionais da época eram térreas, baixas e acanhadas, com o eido dos animais anexo, pois os *"bois entravam e saíam quasi em todas as casas de lavoura pela mesma porta da cozinha e d'alli para o eido por uma tosca cancella que com alguns paos ao comprido formavam a unica vedação do eido dos bois para a cozinha, parece que os bois engordavam mais com esta convivência e se tornavam mais mansos, por isso ainda em muitas casas se conserva este costume [...] No eido se faziam os despejos da cozinha e outras necessidades"* <sup>94</sup>. Normalmente a casa não tinha janelas, a luz vinha da trapeira

---

dos 30 anos, dedicando-se às terras paternas, que desenvolveu e ampliou, tornado-se num dos mais importantes proprietários rurais do Norte. Influente local, militou no Partido Progressista, aderindo depois à República.

<sup>94</sup> Idem, 1º caderno, p. 103.

do telhado, por onde saía o fumo da lareira. Na cozinha ficava frequentemente a capoeira das galinhas e a cama da criada quando esta existia. Fora da porta e encostado à cozinha ficava o alpendre, aonde se guardava a comida do gado e servia de casa da eira. O celeiro (ou casa da tulha) era outro compartimento frequente, junto à cozinha, onde se guardavam os pães em caixas ou arcas, e, quando de dimensão suficiente, nele dormia pessoa de confiança dos patrões ou até os próprios, pois aí ficava muitas vezes a salgadeira, pelo que tinha chave na porta. Conforme a dimensão económica da "casa" assim cresciam, na horizontal, novos compartimentos.

Façamos, no entanto, uma incursão no terreno para observarmos alguns exemplos do mundo tradicional que, aos poucos, se desmorona para dar lugar a um outro, de influências importadas, baseado na transposição para o meio rural de uma composição arquitectónica em que se nota a influência da casa urbana mesclada com concepções tropicais. Um caso interessante, que nos revela a substituição da "aristocracia agrícola tradicional" pela família do "brasileiro", é o que se passa com a "Quinta de Quires", em Vila Nova da Telha, a única casa de lavoura no lugar do mesmo nome nos finais do século passado. Considerada ao tempo como uma das maiores casas de lavoura da Maia, superior em muitos aspectos à celebre quinta do Mosteiro de Moreira da Maia, a quinta de Quires surgia como o resultado da junção de três ou quatro casas, sucessivamente unidas através do dote de casamento de três gerações, acabando reunida nas mãos do capitão de Quires, José Dias Aroso (1785-1849). Foi este que construiu a principal casa de habitação e, embora não trabalhasse no campo, administrava a sua casa, mas *"naquelle tempo não se podia fazer fortuna, as castanhas davam pouco, as lenhas iam todas para Mattosinhos a troco d'estrume, engorda do gado quasi que não havia, restava o trigo e algum milho e feijão para fazer dinheiro e alguns touros que criados em casa deixavam quando se vendiam algum lucro"*. Esta casa passou a seu filho Joaquim de Sousa Aroso, formado em direito pela Universidade de Coimbra, o qual, casando em Matosinhos, a administrava por sua conta, colocando lá um feitor. Desenvolveu algumas obras com elevadas despesas, nomeadamente na mina da casa, numa cortinha, no arrasar de valas e paredes que dividiam as antigas parcelas, e depois numa grande plantação de hortaliças e legumes que tencionava comercializar na cidade do Porto, tal como o leite de numerosas vacas que comprou para o mesmo fim, para o que mandou construir um carro apropriado. Negociou ainda as muitas carvalheiras que a casa possuía para fazer carvão a vender na cidade, com o que tirou algum lucro. Mas as hortaliças não produziam por falta de adubo, as minas de água caíram, a fortuna ia-se desfalcando, pois a *"mulher criava muito a miúdo, tratando-se sempre certa grandeza"*. Ainda tencionara murar a quinta, mas ficara-se pelo portão, pensando então em vendê-la. Entretanto, vai dedicar-se à carreira

burocrática, tentando ainda antes uma eleição falhada a deputado, mas conseguindo ser durante algum tempo administrador da Maia e assumindo depois o cargo de tabelião em Matosinhos. É nesta circunstância que a quinta vai ser comprada do Brasil (1870) por Manuel Francisco de Oliveira, natural de Perafita, por informação de seu irmão e cunhados, por 24 contos de réis, o qual pouco antes tinha comprado outra do mesmo modo, em Vilar do Senhor, por 4200\$000. Do Brasil, logo o Manuel mandou fazer obras, reformando as minas de água da casa, empedrando agora as que tinham caído, construindo eidos de gado cobertos, novos palheiros, a casa da eira e uma eira de pedra em substituição das três de barro que existiam. Nas portas das casas e nas ramadas mandou aplicar madeira do Brasil por ele enviada. Acabou por morrer no Brasil, sem filhos, deixando à família estas quintas e mais fortuna, pelo que o irmão e cunhados acabaram as obras (o muro, portão de ferro e novas ramadas)<sup>95</sup>.

Mas o caso do "brasileiro Mathildes", dono da "casa da Ponte", no lugar da Travessa, em Vilar do Pinheiro, é ainda mais explícito sobre os comportamentos algo excêntricos destas personagens. José Francisco Pires era filho de pai incógnito e de Matilde, solteira (daí a alcunha). Emigrou para o Brasil, donde trouxe uma fortuna avaliada em dezoito contos de réis, o que lhe permitiu casar com Maria Dias Senra, numa importante casa de lavoura. Transformou a sua pequena casa que comprara no lugar do Teso numa grande casa de lavoura que denominou "Bem-fica". Começou por murar a habitação e seu domínio, o que teve de fazer por três vezes, dada a fragilidade da terra e pelo facto de passar por baixo uma mina de água. Comprou depois a casa que lhe ficava em frente do caminho, trocando-a por outra, ligando as duas casas por uma ponte, por cima do caminho público, mandando fazer para cada casa portões de ferro iguais e com pirâmides de pedra a enquadrá-los (em 1839). Tratou de se fornecer em água, mandando abrir a mina respectiva. Fazia obras contínuas, acompanhando de perto os operários. Plantava muitas flores e teria sido dos primeiros na região a ter japoneiras no jardim. Tinha uma verdadeira colecção de aves exóticas - papagaios, araras, galinhas do mato, pavões. Todas as terças e sábados se deslocava ao Porto, montado na sua mula, tornado-se num dos influentes da terra. À mulher, que o acompanhava sempre às romarias, ofereceu-lhe muitos adornos em ouro, um faqueiro de prata, uma caixa de música, um santuário muito rico representando a descida da Cruz. Não tendo filhos, tudo legou à mulher e esta, por sua morte, a uma sobrinha, tendo a casa estado longo tempo abandonada após a sua morte<sup>96</sup>.

---

<sup>95</sup> Idem, 3º caderno, pp. 115-127.

<sup>96</sup> Idem, 2º caderno, pp. 69-70 e 96vº-98.

Este abandono era uma facta que ocorria com alguma frequência, pois alguns "brasileiros" faziam casamentos tardios, não surgindo filhos. Acontecia isto normalmente com os mais endirenhados, dado o longo tempo de permanência no Brasil, pelo que as quintas mais caras e nas quais se gastavam avultadas quantias caíam novamente em decadência, após a morte destes proprietários. Na verdade, tais quintas passavam geralmente aos sobrinhos, sucedendo-se processos de partilha morosos, ora conjugados com a falta de ligação afectiva à propriedade, ora com a falta de capitais para gerir estes empreendimentos pesados, raramente auto-sustentáveis na sua exploração. Para além disso, estas quintas quase nunca eram exploradas directamente pelos proprietários, sendo geralmente arrendadas. Tornavam-se, portanto, mais eficientes, sob o ponto de vista da dinâmica produtiva, as pequenas propriedades ou quintas, geridas pelos próprios donos, ainda em idade activa no seu retorno, com continuidade na sua descendência. Por exemplo, o acima citado comendador Moreira, em vez de esvaziar os seus capitais numa quinta, procurou antes dinamizar as casas de filhos e sobrinhos, para além do dote inicial, contribuindo para obras diversas.

Corremos as aldeias rurais, procuramos os vestígios da acção dos brasileiros e o quadro repete-se, com poucas variantes, nesta área do Douro Litoral. Olhamos à esquerda e à direita, em frente ou para trás, e, ao perto ou ao longe, lá está a casa do século passado, com três grandes janelas (quase sempre góticas) no primeiro andar (uma com sacada ou varanda), com duas janelas e porta central no rés-do-chão, rodeada de vinhas e cercada de muros altos, com o seu portal de ferro encimado por uma inscrição, com a data de construção, às vezes também as abreviaturas do proprietário. De tão frequentes banalizaram-se à nossa vista, deixando-nos apenas prender pela mais exótica e recente, a que apresenta vistosos azulejos e o seu jardim fronteiro, com pombal e a inevitável palmeira a perdurar ainda. Secundarizamos as casas mais sóbrias, as que apresentam soluções de continuidade da casa rural, com inovações que foram rapidamente assimiladas, para privilegiarmos as que surgem como sinais de ruptura, ferindo a paisagem, numa transplantação discutível mas de maior visibilidade social. Evidentemente que muitas destas casas apresentam sinais de grandes alterações posteriores, inevitáveis na adaptação de espaços à funcionalidade das gerações sucessivas, outras estão hoje em declínio quase irreversível, profundamente arruinadas, algumas têm sido mesmo demolidas na actual vaga de urbanizações<sup>97</sup>.

---

<sup>97</sup> Sobre o significado da "casa do brasileiro" no campo do património cultural e sua preservação, cf. LOUREIRO, José Carlos, "A casa do Brasileiro", *Os Portugueses e o Mundo - Conferência Internacional (1985)*, vol. VI, Fundação Engº António de Almeida, 1989, pp.33-36

Se à procura da cultura material associarmos a procura do testemunho escrito, também o quadro não sofre alterações sensíveis em relação ao acima esboçado. Munidos das notas documentais, vamos à freguesia de Lavra e na eminência topográfica de Paiço, lá está a casa, de António Costa, o "Sério", que, do Brasil, mandou construir junto da casa do pai a sua vivenda (por 1858), aonde se destacava a janela de sacada com vidros de cores e virada para o Poente. António comprou depois as terras anexas até constituir uma casa de lavoura importante, vindo para casar com uma filha dos Hora Mota, de Aveleda, e alguns dos seus filhos tiveram como destino de novo o Brasil. Perto desta ficava a casa do Paulino, construída sobre a que existia anteriormente, mas agora com clarabóia e as paredes pintadas de roxo, por um filho que residiu no Brasil até 1883. Ainda no mesmo lugar, a casa do brasileiro Valegas, que se distinguia pelo seu imponente portão, residência de campo, pois o dono era proprietário no Porto. Um pouco mais à frente, no Freixieiro (Perafita) surgia a casa do comendador Manuel António da Silva, capitalista de grande fortuna obtida no Brasil, que durante mais de trinta anos trouxe sempre operários empregados, principalmente pedreiros. Foi ele quem comprou os sinos para a Igreja local e o primeiro a construir uma capela de jazigo no cemitério de Perafita, tendo sido ainda presidente da Câmara Municipal de Bouças. Com maior ou menor informação individual, seria um nunca mais acabar de referências, com locais de grande concentração de casas de brasileiros na faixa litoral (Gião, S. Mamede de Infesta, Leça da Palmeira, Leça do Balio, por exemplo) e nas sedes de concelho, mais dispersas, mas ainda numerosas, à medida que caminhamos para o interior rural.

Torna-se, assim difícil discernir entre conservantismo, jubilação ou inovação a propósito destes retornos de emigrantes do Brasil para as zonas rurais. Mas os traços mais salientes das suas vivências apontam-nos aqueles aspectos como processos indissociáveis: a formação ou refundação das casas de lavoura, através da organização de quintas, é um mecanismo profundamente tradicional e, para muitos, representa apenas o regresso às origens, agora numa posição mais favorável. O casamento, a habitação vistosa são formas de jubilação, isto é, correspondem a uma retirada do trabalho intenso que a emigração implicava, mas como o viver dos rendimentos acontece ainda em idade activa (pelos 40 anos) procura-se também a afirmação pessoal, explicita-se o percurso exterior com o objectivo do reconhecimento público do meio de partida, procura-se a reinserção a um nível mais elevado. Neste sentido, a emulação é mais importante do que a inovação, embora se possa discernir algum efeito inovador, por exemplo, na utilização e divulgação dos novos materiais e modelos arquitectónicos, sobretudo no campo da salubridade das habitações. Será eterna, por outro lado, a discussão sobre o papel social da figura do emigrante enriquecido, enquanto indutor da realização individual como

processo de mudança social, logo enfraquecendo as vias de transformação colectiva<sup>98</sup> - trata-se aqui do efeito de "válvula de escape" desempenhado pela emigração em relação aos fenómenos de tensão social.

### **Festas e romarias**

Mas a reintegração tem também os seus aspectos simbólicos e a participação nas festas e romarias assume contornos jubilatórios, nomeadamente pelo incremento de grandiosidade que os brasileiros patrocinam (pagando andores, fogo de artifício), assegurando a sua participação, em lugares de destaque, nas procissões, o que levava Fialho de Almeida, perante um desses desfiles, a interrogar-se sobre se existiria *"recanto minhoto onde os santos dêem publicamente tais testemunhos de preferência aos comendadores brasileiros de sua panelinha"* <sup>99</sup>. Participação que vão conquistando através das grandes esmolas que dão para igrejas e confrarias, assegurando grande parte de custos de edificação ou renovação de templos ou seus interiores, madeiramentos, altares, a instalação de relógios ou sinos novos, aspectos que normalmente asseguram também uma comenda. Mas também porque são pressionados a ocuparem os lugares de "juiz" das confrarias, mesmo quando estão ausentes, como forma destas assegurarem as suas contribuições<sup>100</sup>.

Por vezes as festas têm carácter profano, quando qualquer rito de passagem as justifica, nomeadamente as festas familiares de baptizados e casamentos, ou muito simplesmente, a chegada de um familiar, festas normalmente espantosas. Veja-se, em resumo, a surpresa criada pelo conhecido "brasileiro" Gaspar Ferreira Baltar (com ligações aos fundadores do jornal "O Primeiro de Janeiro", em 1868) na recepção ao irmão Caetano, seu sócio no Brasil, que, deixando lá a mulher e os dois filhos, veio visitar a família, na casa da Curveira, em Penafiel. Tendo ido ao Porto buscar o irmão de barco, através do Douro, combinou com cerca de 40 amigos, que estes o fossem esperar na volta. Para isso fretou dois barcos em Entre-os-Rios, um para o conjunto de convidados para o efeito, o outro para a filarmónica de Paiva. Parte-se rio abaixo ao som da música e, na maior alegria, *"os que não eram jovens brincavam como se o fossem"*,

<sup>98</sup> Cf. BIRNBAUM, Pierre e LECA, Jean (eds.), *Sur l'individualisme*, Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986.

<sup>99</sup> ALMEIDA, Fialho de, *Os Gatos*, 4º vol., Lisboa, Clássica Editora, 1949, p. 141.

<sup>100</sup> Veja-se o caso de João José dos Reis, barão e depois Conde de S. Salvador de Matosinhos, quase sempre ausente de Portugal, mas consecutivamente eleito para juiz da Irmandade do Bom Jesus de Bouças. Cf. GOMES, Fátima Maria Oliveira e OSÓRIO, Maria da Conceição Azeredo Pinto, ob. cit.

descem até Midões, aonde se dá o encontro. Sobem no ar imensos foguetes, trocam-se abraços, e navega-se rio acima, com "*animante musica, entremeada de espaço a espaço de estridente fogo do ar*". Já noite, os barcos aportaram à povoação. Todos seguiram, então, numa longa fila de cavalos, alumiada por numerosos archotes, até à casa iluminada com arcos e festões, com inúmeras bandeiras içadas em postes pintados, sendo as duas primeiras a de Portugal e do Brasil. Seguiu-se o beberete ao som da música e a meio da noite um chá com "*toda a profusão de finos e variados doces*", tendo lugar os inevitáveis brindes e não faltando a posterior divulgação à imprensa<sup>101</sup>.

E se a jubilação maior, a homenagem da terra em agradecimento às benemerências locais é normalmente póstuma, há sempre aquele que a consegue em vida. Foi o caso de José da Silva Figueira, o futuro Visconde de Barreiros, da Maia, que por após o regresso definitivo à terra natal, além de diversas ofertas à Igreja, mandou construir duas escolas e casas para professor, próximo da moradia que ali ergueu. Terminada esta simbolicamente a 9 de Julho de 1881, no dia seguinte, a 10 de Julho, vai ser alvo de homenagem, integrada nas festas locais da Sr<sup>a</sup> do Bom Despacho. Missa solene de manhã, com o Senhor Exposto, sermão pelo célebre cónego Alves Mendes e procissão (pela primeira vez da Igreja ao Picoto, na estrada aberta pelo comendador até ao local da sua residência) com andor e imagem da Senhora oferecidos, no ano anterior, pelo homenageado e agora enriquecido com novos adornos. Às cinco da tarde, as bandas de música (excepcionalmente 3 nesse ano) juntam-se e tocam no Picoto, junto à casa e escolas, houve discursos com a presença do comendador e de seu pai, sendo então descoberta a respectiva estátua (colocada no alto da escola), erguida a expensas da junta de paróquia. Lançaram-se vivas e foguetes ao ar, num dia de grande regozijo <sup>102</sup>.

### **Negócios urbanos**

#### **Banca. Comércio. Indústria.**

Se passarmos à cidade os comportamentos não são divergentes, embora o contexto seja mais propício ao comércio e negócios financeiros, actividade económica em que o brasileiro se sente como peixe na água. No entanto, o "brasileiro" urbano e o "brasileiro" rural são, muitas vezes, a mesma pessoa, recuperando aqui o estatuto da

---

<sup>101</sup> Cf. "Comunicado", *C.P.*, de 24.10.1861, p.3.

<sup>102</sup> As benemerências e a homenagem constituíram as etapas prévias à nobilitação. No ano seguinte (9.3.1882) era-lhe concedido o título de Visconde. Seguimos de perto a descrição do Pe. Joaquim Antunes de Azevedo, 1º caderno, pp. 80-80vº. Sobre este tema, ver ainda OLIVEIRA, Álvaro Aurélio do Céu, *Visconde de Barreiros - estudo biográfico*, Maia, Cª Municipal, col. Temas Maiatos - 8, 1984.

dupla residência, uma no campo, outra na cidade, tal como o negociante de grosso trato tinha no Rio de Janeiro o sobrado e nos arredores a sua chácara.

Mas é na cidade que surgem as oportunidades de negócio, que se tornam operativos os mecanismos de atracção de capitais a solicitar o empenhamento dos brasileiros, quer levando-os a participar nas arrematações criadas pelos negócios públicos ou nas sociedades anónimas, dando-lhes em troca lugares de prestígio nos corpos sociais. A legislação favorável às sociedades anónimas (lei de 22 de Junho de 1867) conseguiu atrair o capital de muitos "brasileiros", pois, como toda a gente, estes eram avessos a grandes aventuras negociais em que eventuais falências pudessem pôr em risco os seus cabedais amealhados ao longo de uma vida de sacrifícios e privações. Por isso, no retorno, os que continuavam a dedicar-se ao negócio preferiam retomar pessoalmente o esquema de remessas dos produtos tradicionais entre o Porto e o Brasil com correspondentes conhecidos, utilizando as suas antiga embarcações à vela, quando muito compravam um novo veleiro em sociedade e mantinham a rotina comercial, nomeadamente através das consignações, que lhes dava algum lucro e lhes assegurava o prestígio na praça. Com a livre criação das sociedades anónimas, dentro das normas legais mas independentes do poder administrativo, e a inerente limitação da responsabilidade civil ao capital empregue em acções, há um campo maior para a aplicação de capitais e, neste contexto, muitos "brasileiros" disponibilizam quantias consideráveis que antes apenas se empregavam em depósitos bancários, títulos de dívida pública e bens de raiz. O surto bancário da década de 70, por exemplo, inscreve-se neste quadro. Tudo se passa agora de forma mais difusa, dada a transmissibilidade dos títulos, mas a acção dos brasileiros pode ver-se quer nas listas de accionistas, quer nos corpos sociais das companhias, quer nos percursos biográficos. É certo que a evolução conjuntural, com a baixa de câmbio, crises decisivas e múltiplas falências no último quartel do século passado, não será favorável à multiplicação deste tipo de investimentos, contribuindo para a retracção finissecular das remessas e a crescente apetência pelo investimento no Brasil, nomeadamente na sua dívida pública, mas também no campo comercial e no industrial. Mas o juro e o dividendo foram sempre os elementos económicos de maior atracção do "brasileiro" e, por isso, integram normalmente as caricaturas literárias de que este foi alvo. Não obstante, muitos dos brasileiros do Porto tinham iniciativa própria e, por vezes, lideravam mesmo a dinâmica dos interesses económicos. Bastará lembrar que a Associação Comercial do Porto tinha nos seus corpos gerentes, invariavelmente, vários brasileiros e um deles, o Conde de Silva Monteiro, foi presidente da Direcção no difícil período de 1875-1877, tendo a sua influência sido decisiva para impulsionar obras como a do porto de Leixões, o caminho-de-ferro da

Póvoa de Varzim ou a fábrica de papel de Ruães, entre outras, para além do seu empenhamento pessoal na tanoaria a vapor, na Companhia Aurifícia (empresa do ramo metalúrgico), nas minas do Braçal, e da participação autárquica (vice-presidente da Câmara)<sup>103</sup>. De igual modo, na Associação Industrial do Porto<sup>104</sup>, dinamizada pelo Visconde de Castro Silva, que solicitou a aprovação régia dos Estatutos em 1852, vamos encontrar como elementos da direcção os "brasileiros" Isidoro Marques Rodrigues e Francisco Gonçalves de Aguiar<sup>105</sup>. E mesmo na Associação Industrial Portuense vamos encontrar um "brasileiro", João Francisco Aranha, gravador e lavrante, vice-presidente da primeira direcção e um dos membros mais dinâmicos e instruídos, com colaboração frequente e judiciosa no Jornal da Associação<sup>106</sup>. Brasileiros houve, de origem portuense, que foram desempenhar esse papel para a capital: Carlos Ferreira dos Santos Silva foi presidente da Associação Comercial de Lisboa, sócio da casa bancária "Fonseca, Santos & Viana", talvez a mais importante ao seu tempo, mas nascera no Porto, em 1828, e depois de fazer com os irmãos os seus estudos em França (Colégio da Sacra Família, em Fontenay-aux-Roses, escola preferida pela alta burguesia portuguesa e brasileira), foi "caixeirar" para o Pará, para casa do tio Henrique de La Rocque, mostrando que o Brasil era também uma etapa recomendável para quem queria uma carreira comercial. Depressa subiu a sócio e casou com a filha de um abastado capitalista local, tendo regressado a Portugal ao fim de 14 anos de emigração e fundado a casa bancária já referida<sup>107</sup>.

<sup>103</sup> Cf. PEREIRA, Firmino, "Conde de Silva Monteiro", *Commercio e Industria*, vol.3, nº 64, Porto, 1886.

<sup>104</sup> Não confundir a Associação Industrial do Porto com a Associação Industrial Portuense. A primeira era afecta à Associação Comercial, tinha a sua sede no Edifício da Praça do Comércio. Naturalmente disputavam o mesmo espaço e a primeira parece ter surgido para fazer face à movimentação de um grupo de industriais e artistas que desde 1848 procurava organizar a segunda, sob a liderança de José Vitorino Damásio. Concepções diferentes no modo como se encarava a defesa da industria, pois como Damásio dizia "*uma confia todo o aperfeiçoamento da industria e seu desenvolvimento á instrução e educação da classe industrial, em tanto que a outra, á semelhança da Associação Commercial, cujos estatutos são imitação, parece organizada com o fim de levar á presença de S.M. representações que indicariam as necessidades da classe industrial*" (A.I.P, Livro de Actas, 1852-1855 transcrição de carta dirigida ao M. do Reino de 24.07.1852, s/p.).

<sup>105</sup> O primeiro, residente na rua Formosa, nº 273, estava ligado à Companhia de Mineração Harmonia, à Companhia de Mineração Perseverança e à C<sup>a</sup> Portuense de iluminação a Gás. Sublinhe-se que em algumas destas também participava na sua direcção o Visconde de Castro Silva, comungando, portanto, dos mesmos interesses. Não conseguimos detectar os interesses industriais de Francisco Gonçalves de Aguiar, negociante brasileiro de Cedofeita.

<sup>106</sup> É apresentado como brasileiro na lista de "negociantes nacionais e brasileiros" do *Almanak Commercial Judicial e Administrativo do Porto e seu Districto para o anno de 1854-1855*, Porto, Typ. de J. L. de Sousa, 1854.

<sup>107</sup> Era filho do negociante João Ferreira dos Santos Silva (depois barão de Santos), que foi presidente da Associação Comercial do Porto e do Banco Comercial. Era, por isso, irmão do cardeal D. Américo, bispo do Porto, e de dois diplomatas que representaram Portugal na Rússia. Cf. RIBEIRO, Augusto, "Conselheiro Carlos Ferreira dos Santos Silva", *Commercio e Industria*, vol. 3, Porto, 1885. Cf. ainda, MÓNICA, Maria Filomena, "Capitalistas e Industriais (1870-1914)", *Análise Social*, vol. XXIII(99), 1987-5º, pp. 819-863.

Já atrás nos referimos às centenas de negociantes brasileiros na praça do Porto, sendo eles os principais responsáveis por um comércio com o Brasil que, no século XIX, era apenas uma sombra do que fora antes, mas ocupando, não obstante, um lugar preponderante no quadro das exportações portuenses, só ultrapassado pelo do vinho do Porto. Neste contexto podemos dizer que a grande maioria dos proprietários de veleiros do Porto nos meados do século passado eram, necessariamente, pessoas intimamente ligadas ao Brasil, mas um número considerável era mesmo constituído por "brasileiros", isto é, por indivíduos que tendo iniciado a sua vida comercial no Brasil se instalaram depois no Porto e se dedicavam a animar esse tráfico veleiro. O conde de Ferreira, por exemplo, que antes do cabralismo e do seu enobrecimento se assumia como negociante, fazia navegar o seu brigue "Activo" e participava em sociedade no "Orestes". Sociedades informais eram uma fórmula usual na congregação de pequenos interesses que tornavam viáveis as viagens de algumas embarcações: José de Azevedo Carneiro era "*senhor de um quarto da barca Flor da Maia, de cujo quarto não tenho título algum, porem confio em meus socios que são Manuel de Azevedo Maia, da freguesia de Fajozes, João da Silva Moreira, da cidade de Pernambuco, Manuel Pereira Pena da cidade do Porto*"<sup>108</sup>. Francisco Gomes de Carvalho, da Praça Carlos Alberto, mas natural de S. Simão da Junqueira (Vila do Conde), dono da conhecida barca "Flor de S. Simão", declarava, à hora da morte, que a dita embarcação pertencia à firma Carvalho & Irmão, de Pernambuco, um estabelecimento de açúcar que ele tinha com o irmão, fazendo, assim, navegar a barca como se fosse portuguesa<sup>109</sup>. Se procurarmos, por exemplo, no almanaque de 1844 os donos das embarcações da praça portuense que navegavam para o Brasil, pelo menos 14 das 38 listadas eram de negociantes "brasileiros", segundo identificação que peca por defeito. Deve dizer-se que deste tráfico veleiro descendem alguns desenvolvimentos industriais: A.J. Andrade Villares, já referenciado em capítulo anterior como agente da Comissão Central de Colonização do Rio de Janeiro, responsável pelo engajamento de colonos, ele próprio antigo emigrante, será o dono de uma fábrica de pão de trigo e bolacha (não esqueçamos a ligação ao fornecimento dos navios) e que, no Inquérito de 1881, aparecia já como uma moagem a vapor, cujas ramificações vieram até aos nossos dias.

Já em 1835, quando da fundação do Banco Comercial do Porto, a participação dos "brasileiros" da praça do Porto vai ter alguma importância. Apesar de só detectarmos 21 subscritores declaradamente "brasileiros" com um total de 543 acções (o banco tinha de capital 2000 contos, dividido em 10 mil acções, mas inicialmente só foram admitidos

---

<sup>108</sup> A.H.V.C., *Livro de Registo de Testamentos*, nº 3190, pp. 149-151 (ano de 1857).

<sup>109</sup> Idem, *ibidem*, nº 3190, pp. 129-131.

accionistas para 5000, ficando as restantes em reserva), a eleição para a direcção foi disputadíssima, tendo ganho o negociante do Porto João Ferreira dos Santos Silva (barão de Santos) a Joaquim Ferreira dos Santos (brasileiro<sup>110</sup> e futuro Conde de Ferreira) por escassos votos, o que nos mostra desde já o peso dos brasileiros na praça do Porto<sup>111</sup>, numa altura decisiva para o seu futuro, o da criação do primeiro (e durante vinte anos o único) banco comercial, a que será depois conferido o direito de emitir moeda.

Já no segundo banco a ser criado no Porto - o Mercantil Portuense (1855), os brasileiros tem um forte ascendente quer na Assembleia Geral (com José Joaquim Leite Guimarães), quer na direcção (António de Sousa Barbosa, depois Francisco Pinto de Miranda). Do mesmo modo estarão "em peso" no terceiro - o Banco União (1862), com o Visconde de Pereira Machado, Delfim da Cunha Lima, Manuel J. Monteiro Braga, A.J. Monteiro Guimarães, Francisco José Cardoso, Joaquim Pinto Leite. E não podemos esquecer que o estabelecimento do "Brazilian and Portuguese Bank", no seu efémero estabelecimento em Portugal (1864-65), tinha nos seus fundadores e administradores do Rio de Janeiro, dois portuenses, o Conde de S. Salvador de Matosinhos, João José dos Reis, já atrás referenciado como uma das figuras de maior crédito na banca brasileira do seu tempo, e ainda o Conde de S. Mamede, Rodrigo Pereira Felício, natural de S. Mamede de Infesta, aonde nascera em 22 de Janeiro de 1820. Ambos contribuíram para a transformação do banco em "English Bank of Rio de Janeiro", em 1866, na sequência das turbulências bancárias que então por lá se viveram, que se tornou num dos bancos mais utilizados para saques de cambiais a favor de Portugal.

Pelos anos 60, encontramos ainda "brasileiros" em diversas companhias da cidade: C<sup>a</sup>. de Seguros Garantia, C<sup>a</sup>. de Mineração Perseverança, C<sup>a</sup>. de Nova Utilidade Pública, C<sup>a</sup>. Portuense de Iluminação a Gaz, bem como nas sucessivas direcções da C<sup>a</sup> do Palácio de Cristal. Outros apostam na "Carris de Ferro do Porto", na c<sup>a</sup> de seguros "Indeminisadora", ou directamente na indústria, como a "Fiação Portuense", sendo este o caso de Francisco António de Lima<sup>112</sup>, entre outros.

Relativamente à fundação do Palácio de Cristal, embora o grande dinamizador da ideia tenha sido João Allen, sublinhe-se que os "brasileiros" do Porto estiveram presentes na sua origem: a primeira reunião dos fundadores foi presidida pelo Visconde de Pereira

---

<sup>110</sup> Sublinhe-se que nesta altura Joaquim Ferreira dos Santos assumia a condição de cidadão brasileiro, o que deve ter pesado na sua não eleição, para evitar o domínio de um estrangeiro. A declaração na Câmara Municipal para recuperar a cidadania portuguesa data de 1842.

<sup>111</sup> E não esqueçamos que Santos Silva, um negociante tradicional do Porto, tinha na família, por parte da mulher, importantes negociantes no Brasil, para os quais enviará até um dos filhos, o que revela a complexidade de uma análise neste domínio.

<sup>112</sup> Cf. CASTRO, Abílio de, "Commendador Francisco António de Lima", *Commercio e Industria*, vol.2, n<sup>o</sup>72.

Machado e daí saiu a primeira direcção eleita, aonde se podem encontrar os nomes de alguns - Pinto Bessa, Visconde da Trindade e J.J. Pereira Lima. E nas sucessivas direcções outros passarão por lá, desde o Barão de Nova Cintra (José Joaquim Leite Guimarães) ao Visconde de Barreiros. É certo que se esperara colocar rapidamente o capital através da subscrição de acções no Brasil, pois, como dizia o Conde de Samodães, "*por aquelle tempo e ainda muito posteriormente todos os grandes tentamens nacionaes eram promptamente secundados pelos nossos conterrâneos, que se havia expatriado para o Brazil em procura de posição mais vantajosa*"<sup>113</sup>. Mas desta vez a colónia portuguesa do Rio de Janeiro estava em conflito aberto com o governo central, por causa do conflito com o cônsul Barão de Moreira, e aquele não se aprestava a satisfazer as reclamações para a demissão do diplomata, pelo que a suspensão do envio de capitais para Portugal funcionava como elemento de pressão não se verificou desta vez, pelo menos de início, havendo respostas positivas numa segunda tentativa, logo após a demissão do cônsul em 1862. Mas os "brasileiros" do Porto, especialmente os que constituíram o núcleo fundador, contribuíram fortemente com o seu capital para a formação do capital inicial<sup>114</sup> desse edifício que, durante quase um século, foi um *ex-libris* da cidade e um dos seus principais lugares de animação e de divulgação<sup>115</sup>.

Não poderá deixar de se referenciar aqui a experiência de "paternalismo" assistencial e industrial do Barão de Nova Cintra (José Joaquim Leite Guimarães). Exemplo típico do filho de lavrador (de Guimarães), em que toda a componente masculina saiu de casa, o mais velho para Lisboa, o segundo para o Brasil, e ele, o terceiro, para o Porto, aos 11 anos, ficando duas irmãs em casa. A sua partida para o Brasil acontece aos 17 anos, por chamada do irmão (1825). Trabalha inicialmente numa firma de fazendas brancas, passando mais tarde ao Rio Grande do Sul onde estabeleceu sociedade e se vê envolvido (e ferido) na "guerra dos farrapos", o que leva a regressar ao Rio. Aí entra na sociedade do irmão<sup>116</sup>, do qual se torna independente pouco depois, formando outra. Casa, mas os dois filhos morrem crianças e a mulher segue-os pouco depois. Em 1846 deixa o Rio de Janeiro, vai de novo para o Rio Grande do Sul (provavelmente por razões de herança, já que a sua falecida mulher era de Porto Alegre e dela terá herdado valores importantes). Casa novamente no Rio, ainda com pouca sorte,

---

<sup>113</sup> SAMODÃES, Conde de, *Breve esboço Historico do Palacio de Crystal Portuense*, Porto, Typographia Central, p. 26

<sup>114</sup> Idem, *ibidem*, pp.38-39.

<sup>115</sup> Cf. SANTOS, José Coelho dos, *O Palácio de Cristal e a Architectura do Ferro no Porto em meados do século XIX*, Porto, Fundação Engº António de Almeida, 1988

<sup>116</sup> António José Leite Guimarães, futuro Barão da Glória, que no retorno optou por Lisboa, aonde habitava no seu palacete de Benfica "Beau-Séjour".

pois a filha que daí surge morre num incêndio. Em 1851, parte para a Europa, compra a quinta de Nova Sintra, em Lisboa (no Lumiar), mas segue para uma viagem a diversos países, fixando-se em França durante algum tempo. Volta a Lisboa, aonde tem familiares, mas acaba por se fixar no Porto (1859). Sobre a actividade que aqui desenvolve já acima referimos alguns aspectos, nomeadamente a sua participação nos diversos bancos, seguros e Palácio de Cristal. Sublinhe-se ainda o seu papel na construção imobiliária, mandando edificar casa própria e mais sete para alugar na zona da Batalha e na rua do Heroísmo, tendo acalentado ainda projectos de urbanização para operários que não chegou a desenvolver, tal como nunca chegou a ocupar o palacete típico que mandou erguer em Campanhã, por lhe ter sobrevivido a morte. Mas vai ser como provedor do Asilo de Mendicidade (às Fontainhas), enquanto membro do Conselho Filial de Beneficência, que se vai tornar notado, conseguindo acabar e pondo a funcionar uma obra que se arrastava indefinidamente (o que lhe valeu o título de barão). Mas o seu plano implicava resolver ainda outros problemas humanos ao nível da patologia social: assim, aquele Asilo iria emparceirar com um novo Asilo para a Infância Desvalida e um Estabelecimento de Artes e Ofícios, de modo a recolher crianças e raparigas abandonadas e rapazes vadios, ensinado-lhes um ofício e pondo-os a trabalhar. Problemas com a Câmara Municipal na cedência do terreno junto ao Asilo de Mendicidade levaram a que agisse por sua única iniciativa, comprasse o terreno na rua da China, e erguesse o "Estabelecimento Humanitário Barão de Nova Cintra", custeado por sua conta. E será junto a este Estabelecimento que vai erguer a sua fábrica de seda, desenvolvendo todo um conjunto de acções para renovar esta decadente indústria que já tinha conhecido dias prósperos, nomeadamente em Trás-os-Montes. Já no Asilo de Mendicidade introduzira a criação do bicho-da-seda, levando à produção de casulos, trabalho que as asiladas desenvolviam. Na exposição do Palácio de Cristal de 1866, o Barão entra em negociações com um francês, Frédéric Germond, radicado há anos em Trás-os-Montes (Moncorvo) e que ali apresentou uma máquina que permitia superar as técnicas artesanais, a qual teve o melhor prémio. E com ele, enquanto director técnico, vai contratar a implantação da fábrica de seda, adoptando o ensino sericícola para os asilados do seu Estabelecimento, pelo que começou logo com um conjunto de rodas artesanais, enquanto preparava as novas instalações. Para isso, Germond vai a França buscar uma máquina a vapor e milhares de amoreiras, tanto para produção do Estabelecimento, como para distribuir por várias câmaras municipais que depois lhes vendessem a respectiva produção de folhas necessárias à criação dos casulos. Aí trabalhou um número variável de asilados e pessoas do exterior que chegaram a atingir o número de 140. Como curiosidade, refira-se que, em 1868, se fiou casulo num valor superior a 20 contos de réis e se exportaram cerca de 40

contos em semente e casulo, quando a despesa total desse ano no Estabelecimento foi inferior a 5 contos. Ou seja, mesmo deduzindo os custos de produção, deveria estar assegurada a auto-suficiência do Estabelecimento. Nas exposições de sericicultura do Palácio de Cristal em 1867 e 1869, a representação do Estabelecimento ganhará o primeiro prémio, surgindo como o melhor produtor nacional, embora entre em decadência a partir de 70 com a morte do patrono<sup>117</sup>. De qualquer modo, o Barão foi responsável por uma experiência singular, associando duas obsessões muito em voga no século passado: o controlo do "pathos" social (mendicidade, orfandade, vadiagem) através do asilo e do trabalho, seguindo o modelo inglês das "workhouses", no sentido explícito de fazer progredir a indústria nacional.

A presença de "brasileiros" será ainda mais acentuada nos anos 70, já no quadro das sociedades anónimas, e principalmente nos anos de euforia que se seguiram ao fim da guerra do Brasil com o Paraguai. Ela é frequente nos múltiplos bancos que se criam não só no Porto mas um pouco por todo o Norte, nas diversas companhias para os mais variados efeitos, nomeadamente nas de implantação e exploração ferroviária, não esquecendo o seu papel decisivo na já referida Companhia de Progresso Marítimo, abortada por falta de capitais na sequência do pavor gerado pela crise de 1876. Não será por acaso que ascende à presidência da Associação Comercial do Porto, em plena fase de recuperação do câmbio brasileiro, um ex-emigrante nascido no Porto, o já referido Conde de Silva Monteiro, que, mesmo regressado, mantinha a sua casa (Monteiro & C<sup>a</sup>) no Rio de Janeiro, à semelhança de tantos outros, regendo à distância os seus interesses, assegurando o futuro através da aposta em diferentes tabuleiros. Por falta de estudos monográficos sobre as empresas e os empresários, não nos é possível avaliar o grau de influência destes brasileiros nas companhias em que participavam, embora as biografias oficiais lhes atribuam obviamente um papel determinante. Limitamo-nos, por agora, a identificar a sua presença no tecido económico, reconhecendo-os nos corpos sociais das empresas, em lugar de direcção ou de influência. Certamente que a sua presença asseguraria a participação de muitos outros ao nível da subscrição de capitais, ao mesmo tempo que lhes conferia alguma capacidade de decisão e explicitava o tipo de interesses predominantes.

Nos anos 80, esta comunidade portuense de "brasileiros" ainda se renova, o câmbio volta a ser favorável e, trazendo o resultado do seu labor ou as rendas das firmas

---

<sup>117</sup> Sobre o Barão de Nova Cintra e a sua obra há uma grande diversidade de informações impressas e de arquivo. No essencial, seguimos de perto, a excelente monografia que colige quase tudo: MENDES, António Lopes, *Colégio do Barão de Nova Cintra*, Porto, Santa Casa da Misericórdia, policopiado, 1988. Agradecemos penhoradamente ao autor o facto de ter colocado a obra, ainda à espera de publicação, à nossa disposição, com autorização de consulta e utilização.

que deixavam no Brasil, entregue o negócio a pessoas de confiança, há ainda muitos que regressam e participam activamente na vida económica. José da Silva Figueira (Visconde de Barreiros, atrás referido) é um desses casos: filho de camponeses (da Maia), parte jovem para o Rio de Janeiro (1852), alcançando fortuna na construção, como arrematante de obras públicas, sobretudo desde que conseguiu a construção do túnel de Marmelos, no caminho de ferro de D. Pedro II, a que se seguiu parte da construção da linha Leolpoldina. Nos anos 70 vem a Portugal, retornando definitivamente em 1880, e, a par das benemerências, da nobilitação e da actividade política, desenvolve uma importante actividade económica: integra o conselho fiscal do Banco Comércio e Indústria, dinamiza por sua conta as minas carboníferas de Valdeão, é um dos mais importantes accionistas e membro do conselho fiscal das minas do Pejão, fundador da Sociedade Mutuaria, da Parceria Pesquisadora Portuense, integra e é um dos directores do "sindicato dos caminhos de ferro à fronteira de Portugal", integra a sociedade empreiteira dos caminhos de ferro de Santa Comba a Viseu e da foz do Tua a Mirandela, e, sobretudo, fazendo justiça aos seus conhecimentos técnicos, encarrega-se do difícil túnel do Pinheiro à Alfândega do Porto (obra esta de que os seus capitais se vão ressentir). É claro que este tipo de actividade não estava aberto a todos os retornados, pois passava pela disponibilidade de grande capital, pela integração nas redes de influência económica e política e pela interligação entre os vários agentes económicos: além da sua militância regeneradora, a participação no Banco Comércio e Indústria indica-lhe a entrada nos negócios ferroviários<sup>118</sup>. Para as grandes fortunas destes "brasileiros" o importante eram as empresas que aparentemente poderiam dar lucro rápido e elevado, quase sempre congeminadas nas salas e corredores do Edifício da Bolsa e dependentes dos poderes públicos. Tais empreendimentos, forjados na viscosidade existente entre políticos e negociantes, concorriam para uma ascensão simbólica que o ex-emigrante perseguia, pagando com os seus capitais o patrocínio das redes de influência, entrando na aristocracia de negócios prevalecente, a qual não dispensava o verniz nobiliárquico. Na verdade, muitas das concessões para os lugares dos corpos sociais das diversas companhias que se formaram durante o século passado correspondiam a estratégias utilizadas por diversos líderes de negócios da praça do Porto, tendo em vista assegurar o capital desses ex-emigrantes e a sua influência para o recrutamento de novos subscritores. Nomes como o de Isidoro Guedes, Kendall, Moser e outros estão quase

---

<sup>118</sup> Cf. "Visconde de Barreiros", C.P. , de 13 de Janeiro de 1887. Sobre esta personagem, cf. ainda *Revista dos Acontecimentos da Maia*, revista de que era co-proprietário e que lhe traça a apologia. Cf., ainda, OLIVEIRA, Álvaro, ob.cit.

sempre por detrás das iniciativas referidas, seja na formação de bancos, seja na de companhias para fins diversos.

Não faltam, desde cedo, os testemunhos sobre o papel do capital brasileiro na dinamização da indústria portuense. Como dizia Vilhena Barbosa, em 1862, a indústria "*favorecida por leis protectoras e auxiliada por capitais vindos do Brasil, em retorno da nossa exportação de trabalho levou a todo o reino o seu benéfico influxo. O Porto, que foi a terra mais industrial do país tornou-se, por assim dizer, numa fábrica imensa. O bairro oriental transformou-se por completo*" <sup>119</sup>. Dois anos depois, porém, Ribeiro de Sá, reconhecendo a importância dos capitais da emigração, visível nas casas, nos bancos, na dívida do tesouro, lamentava que na origem do entusiasmo pelas formações bancárias se não vislumbrasse nenhuma ideia de aplicação a melhoramentos agrícolas e industriais, embora previsse que, numa terceira fase, este capitalista não poderia deixar de contribuir para aumentar e desenvolver tais domínios<sup>120</sup>. Julgamos, assim, que o primeiro autor se referiria, fundamentalmente, ao papel indutor das remessas monetárias sobre a indústria, espicaçando o consumo e, portanto, estimulando a produção, de forma difusa. É que a indústria não era, em si, um foco de atracção do capital, este dirigia-se de preferência para formas mais estáveis e previsíveis de rendimento certo, pois, tal como dizia um industrial do Porto em 1886, "*sem uniformidade no systema aduaneiro, sem um princípio nem fim que o determine, não ha capital que concorra á industria, para se não ver em lucta com aquellas eventualidades [fecho de fábricas], jamais tendo elle, como tem, 6 por cento de juro no paiz, e sem risco; pelo meno enquanto for pago, como tem sido regular até hoje, e ainda sem incómodos, sem decimas nem cuidados*" <sup>121</sup>.

No entanto, verificara-se nos anos 70 algum direccionamento de capitais de brasileiros para a indústria, através de algumas das companhias já assinaladas acima, quer directamente (C<sup>a</sup> Aurifícia, Fiação Portuense, por exemplo), quer indirectamente, já que o investimento nas infra-estruturas de transporte implica sempre, a montante e a jusante, algum estímulo industrial.

Mas havia também, por parte dos "brasileiros", o investimento industrial directo, para investidores com capitais de menor vulto, logo preferindo controlá-lo pessoalmente e não disseminá-lo através dos mecanismos bancários ou accionistas. Alguns "brasileiros" não estavam inseridos (ou interessados) nas vias políticas e nobilitantes, e apostavam ainda no seu saber-fazer para reproduzir as poupanças amealhadas na emigração, principalmente quando se voltava cedo e era preciso direccionar ainda o

---

<sup>119</sup> Cit. por Mendes, António Lopes, ob. cit., p. 76.

<sup>120</sup> Cf. SÁ, Ribeiro de, "Lanifícios -II", C.P., de 6 de Junho de 1864.

<sup>121</sup> CRUZ, Ferreira da, "Industriais", *Commercio e Industria*, vol.1,1884, s/p.

futuro dos filhos. Outros, porém, davam continuidade aos conhecimentos profissionais que tinham adquirido no Brasil e retomavam a iniciativa, dado não aceitarem ainda a retirada da vida activa, procurando com a sua dinâmica o proveito económico e o prestígio social a ela inerente.

Em tais circunstâncias alguns desenvolvem mesmo uma acção claramente inovadora no campo das fábricas, apostando nas vias do maquinismo para otimizar a produção e a rentabilidade. Por exemplo, na Exposição Industrial de 1861, no Porto, surge, entre as várias fábricas de curtumes representadas, uma que já aplicava o vapor - a "Fonseca & Ferreira", resultante da recuperação da antiga e conhecida fábrica do Esteiro de Campanhã. Em estado de quase ruína foi comprada, por 1859, por Caetano José Ferreira, brasileiro de Cedofeita, e Inácio Pinto da Fonseca. Passado cerca de um ano, ainda em fase de obras e de instalação de maquinismos, já se apresentava com um importante sortido de couros na Exposição e capacidade para curtir 12 mil couros por ano. Com um mestre francês, utilizava uma bomba portátil para extrair a água dos tanques, e uma máquina a vapor de 12 cavalos, que permitia várias operações automáticas (moer a casca, lavagem e batimento das solas), triplicando, por exemplo, a superfície de sola em relação aos batimentos manuais<sup>122</sup>.

Também a fábrica de sabão do Freixo se apresentou com características inovadoras na Exposição de 1861 e com o simbolismo de representar um caso exemplar da liberdade de produção, pois para funcionar teve que esperar pela abolição do monopólio do sabão<sup>123</sup>. António Afonso Vellado (futuro Visconde do Freixo)<sup>124</sup> tinha apenas como capital humano a sua experiência de 14 anos de fabrico de sabão no Brasil, não tinha qualquer outro mestre nem operário especializado, só mais tarde admitiu um mestre espanhol. Investindo em capital fixo perto de 30 contos de réis, construiu a sua fábrica de raiz, especificamente para saboaria, com dois pisos, duas caldeiras de vapor de 10 cavalos cada e uma máquina que punha em acção uma serraria e uma bomba que intervinha directamente em seis caldeiras de ferro aonde se processava a cozedura. Começou a funcionar exactamente no dia em que foi decretada a extinção do monopólio (1 de Julho de 1858) e quatro dias depois já vendia sabão a 40 e a 90 réis o arrátel e que

---

<sup>122</sup> SÁ, Ribeiro de, "Exposição Industrial de 1861", *C.P.*, nº 207, 11 de Setembro de 1861.

<sup>123</sup> Recorde-se que no contrato de 1844 que levou à criação da Companhia do Tabaco, Sabão e Pólvora, teve um papel importante, entrando com capital e como administrador, um outro brasileiro do Porto, o Conde de Ferreira.

<sup>124</sup> A.A. Vellado era um caso especial de "brasileiro" endinheirado, tendo comprado o Palácio do Freixo, junto ao rio Douro, construção do século XVIII, da autoria de Nazonni, que tinha pertencido à família dos Távoras e estava na altura nas mãos do Visconde de Azurara. A saboaria seria uma instalação anexa, muito provavelmente, no local aonde hoje se situa o gigantesco edifício da moagem, obra de um "brasileiro" mais recente, que comprou por sua vez o mesmo palácio.

antes da liberalização se vendia a 200 réis, indistintamente. Na altura da exposição, ocupava 40 operários, tinha 21 depósitos espalhados pelo Reino e produzia desde sabonetes finos até ao vulgar sabão amarelo<sup>125</sup>. Sublinhe-se que tanto esta fábrica como a anterior não estão em actividade duas décadas depois, não surgindo qualquer referência no Inquérito Industrial de 1881.

Outro exemplo do capital financeiro e humano da emigração aplicado directamente à indústria é o da chapelaria a vapor Costa Braga & Filhos. Francisco António da Costa Braga esteve 24 anos no Brasil, quase sempre ocupado na indústria de chapelaria, aonde consolidou conhecimentos e adquiriu capitais, pois tinha sido proprietário de uma fábrica no Rio de Janeiro e o primeiro a introduzir o vapor nesta indústria, pelo que, em 1863, o Imperador lhe concedeu usar o título de "imperial fábrica de chapéus". Casado e com filhos, regressou a Portugal, tendo montado a fábrica no Porto. Criada em 1866, na rua de Santo António, nº 194, aonde recebeu a visita do Imperador D. Pedro<sup>126</sup>, em Março de 1872, foi mais tarde ampliada e transferida para a rua da Firmeza, ficando o espaço anterior como um armazém de vendas e oficina de chapéus de seda. Em 1868 surgem grandes anúncios em *O Comércio do Porto* a anunciar a chegada de mais uma máquina de França, o que lhe permitia produzir 300 chapéus por dia e cerca de 80 mil por ano, convidando o público a visitar as instalações e mostrando-se disponível para encomendas com destino a Portugal ou Brasil. Em 1881, segundo o Inquérito Industrial, era a principal fábrica de chapéus no Porto, ultrapassando a "Social", sua concorrente, em produção, da qual cerca 25% se destinavam à exportação (África, Brasil, Inglaterra e Espanha). Com 160 contos de capital, 2 máquinas a vapor e um mestre francês, tinha um produção anual de 140 contos, equivalente a 110 mil chapéus de feltro, 40 mil sacos do mesmo e 2 mil de seda, ocupando um total de 188 pessoas<sup>127</sup>.

Outras fábricas se poderiam referir na área do Porto, algumas das quais tiveram grande desenvolvimento posterior. Foi o caso da fábrica de curtumes, no Ouro, de António Alves Cálem, uma actividade muito ligada ao Brasil, já que de lá vinha grande parte da matéria-prima e que exigia grandes capitais, dados os longos prazos de pagamento nas vendas, chegando a atingir um ano nas províncias. Era esse o costume, por exemplo, na feira anual de Viseu, em que o couro vendido era logo revendido sem lucro ou até com prejuízo, mas como o comprador só tinha que o pagar na feira seguinte procurava o lucro no giro desse capital disponibilizado<sup>128</sup>. Refira-se ainda a fundação da

<sup>125</sup>Idem, "Exposição Industrial de 1861", *C.P.*, nº 208, 12 de Setembro de 1861.

<sup>126</sup> Cf. "Visita de S.M. o Imperador do Brazil á chapelaria a vapor", *C.P.*, de 6 de Março de 1872.

<sup>127</sup> Comissão Central Directora do Inquérito Industrial, *Inquérito Industrial de 1881, Inquérito Directo - segunda parte, livro segundo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, pp. 175-182.

<sup>128</sup> Cf. SÁ, Ribeiro de, ob. cit. (*C.P.*, nº 207).

Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe, por um grupo de capitalistas liderado pelo "brasileiro" do Porto, José Ribeiro Vieira de Castro<sup>129</sup>, que tomou e reformulou a velha Companhia Industrial de Fafe. Esta deslocação de capitais para fora da cidade não foi caso excepcional: neste caso tratava-se de uma acção de fomento em prol da terra natal, mas como assinala M. Filomena Mónica, também se encontram no Sul do País várias fábricas e/ou participações de ex-emigrantes do Norte, nomeadamente do Porto<sup>130</sup>.

Os exemplos poderiam continuar, sobretudo, se descêssemos ao nível mais modesto das oficinas, pois, no meio artesanal, a estadia no Brasil era, em geral, mais curta e impunha a continuidade da vida profissional no retorno. Compreende-se, assim, um comentário como o inserto na Correspondência de Portugal :

*"Do abençoado Brazil tem-nos vindo ultimamente cabedal e alguns homens activos e empreendedores, que reservaram parte da vida para a virem empregar em utilidade sua e de seu paiz. D'antes vinha só dinheiro. Quem o trazia, ou vinha para as Caldas, ou passar o inverno no leito. Eram vidas exauridas pelo trabalho. Não tinham mais que dar. Hoje a rapidez e a facilidade das communicações transformaram tudo. Vão-se buscar á America habitos e habilitações de trabalho, e que só a necessidade longe do ninho paterno sabe ensinar. Algumas casas importantes de Lisboa e Porto, assim como algumas das empresas modernas, são administradas por individuos que iniciaram a sua carreira no Brazil. "*<sup>131</sup>

Naturalmente só a multiplicação de estudos monográficos nos poderão permitir avançar para lá da dimensão casuística do investimento directo na indústria por parte dos "brasileiros". No entanto, não é fácil essa investigação, entre outros obstáculos, pela indefinição de papéis entre produtor e intermediário, por essa altura, existindo "fábricas" que eram sobretudo (e às vezes exclusivamente) centros de distribuição de produtos, não tendo quaisquer operários ou equipamentos em laboração e dependendo exclusivamente de produção artesanal e domiciliária, e, pelo contrário, vislumbram-se lojas de comércio que tinham ao fundo do quintal pequenas unidades produtivas. Assim, nos negociantes

---

<sup>129</sup> Embora natural de Fafe, J.R. Vieira de Castro é um dos muitos exemplos cujo tirocínio comercial se fez no Porto, numa casa de ferragens. Embarca em 1864 (passaporte 1560 de 9 de Setembro), com 21 anos, retornando por 1870 ao Porto, tornando-se accionista e empregado dos "carris de ferro", aonde chegou a Presidente. Note-se que esta companhia era completamente dominada por "brasileiros", pois para além de accionistas e administradores, empregava grande número de retornados menos endinheirados. Consta que para isto muito contribuía o facto de exigir seis meses de aprendizagem inicial não remunerada, facto que só estava ao alcance de filhos de família ou de indivíduos que possuísem algum capital para se poderem sustentar durante esse período. Sobre Vieira de Castro, e, em geral, sobre o papel dos brasileiros numa vila de província, cf. o sugestivo livro de MONTEIRO, Miguel, *Fafe dos "brasileiros" (1860-1930) - Perspectiva histórica e patrimonial*, Fafe, ed. de autor, 1989.

<sup>130</sup> Ob.cit.

<sup>131</sup> Cit. por CARVALHO, Augusto de, *O Brazil - Colonização e Emigração*, Porto, Imprensa Portugueza, 1876, pp. 290-291.

"brasileiros" listados nos almanaques do Porto devemos ver essa confluência de funções, que vão desde o pequeno lojista de retalho ao comerciante de grosso trato, especializado em vinho e produtos coloniais, em ferragens e panos, trabalhando ao mesmo tempo em comissões e representações, incluindo os seguros e serviços bancários, suscitando e promovendo o tráfico de importação-exportação, descendo eventual e conjunturalmente à produção industrial organizada.

O negócio no sector da hotelaria também não deve ser esquecido, e se já referimos aqui o Grande Hotel do Porto, não poderemos esquecer uma unidade já dos inícios deste século e cheia de simbolismo, ponto de encontro de tertúlias culturais da baixa portuense: o café-botequim *A Brasileira*, aberto em 1903 por iniciativa de um ex-farmacêutico que em Minas Gerais se dedicou ao café - Adriano Teles, surgindo a ideia como uma forma de criar e propagandar uma marca própria, tendo por trás uma fábrica de torrefacção, pelo que, durante os primeiros 13 anos, o café à chávina foi ali servido gratuitamente<sup>132</sup>.

Por outro lado, o impacto deste investimento "brasileiro" não pode limitar-se à observação dos retornados, precisaria de estender-se às redes familiares, pois, frequentemente, é através de sucessores ou colaterais que a injeção directa de capital se verifica e, necessariamente, se consolidam os projectos lançados. Neste contexto, muitos estabelecimentos de negócio do Porto apesar de não terem na sua origem um "brasileiro" estão intimamente ligados ao capital da emigração, porque daí lhes adveio o capital para o investimento por processos de doação ou herança. Identificamos alguns estabelecimentos actuais, com êxito na praça comercial do Porto, que resultam de alterações de investimento relativamente aos projectos de "brasileiros": filhos e netos que venderam as quintas e casas de lavoura organizadas e construídas por ex-emigrantes, cuja rentabilidade se tornou diminuta e incompatível com as novas expectativas sócio-económicas, para fazer nascer e crescer estabelecimentos comerciais e na área de serviços.

### **Imobiliário urbano**

Tal como os "brasileiros" que optaram por viver na ruralidade ou assumir as duas residências, também os do espaço urbano têm na casa um dos sinais mais evidentes da sua afirmação social. Particularmente notado foi o seu papel na construção de novas

---

<sup>132</sup> BASTOS, Carlos, *Livro de Ouro do Comércio e Indústria do Porto*, Porto, 1943, pp. 21-24.

residências e nesse aspecto contribuíram fortemente para criar mercado de trabalho nos ofícios e indústrias ligados à construção civil, nomeadamente pela utilização de novos materiais (azulejo, ferro, telhas). A cidade tem a especificidade inerente à elevada densidade de construção, por isso, nas zonas mais antigas ou já fortemente urbanizadas, os brasileiros continuaram a prática de acrescentar "tiras" aos quarteirões com vários andares, aqui e ali subindo um pouco mais, requintando na decoração externa (revestimento, janelas, sacadas, clarabóias) e, naturalmente, no desenho dos compartimentos internos, merecendo atenção especial os estuques. Naturalmente que a disseminação residencial do "brasileiro" é uma realidade e aqueles que continuam a desenvolver uma actividade económica têm tendência a estabelecer a habitação junto do local de trabalho, de preferência a loja no rés-do-chão e a habitação nos andares superiores, como acontece, por exemplo, na rua das Flores, Picaria, Santa Catarina, Cedofeita, Almada, etc. Mas a projecção social do brasileiro, a que se vem juntar o verniz do título nobiliárquico, requer, na medida do possível, habitações mais distintas. Alguns terão oportunidade de aplicar os grossos cabedais na venda das casas religiosas que o liberalismo extinguiu. Um dos casos mais significativos é o do convento de S. Elói, com a frente para a praça de S. Pedro, fronteiro, portanto à antiga Câmara Municipal do Porto, arrematado (19.09.1837) pela quantia de 80000\$000 por Manuel Cardoso dos Santos Junior, súbdito brasileiro<sup>133</sup>, marcando de tal modo a zona que ainda hoje o passeio adjacente é conhecido como o "passeio das Cardosas", em referência às mulheres da família (esposa e filhas). Os conventos, adquiridos pelos novos "barões" do liberalismo, tornaram-se um objecto predilecto dos negociantes do Porto<sup>134</sup>, não só na cidade como na província, adquiridos para residência e até para instalações fabris, tendo os brasileiros integrado essa procura, e se muitos não vieram a tempo das arrematações dos anos 30, compraram-nos depois em segunda ou terceira mão, e alguns arranjam forma de o título nobiliárquico se conectar com a nova propriedade que lhe dá o lustro<sup>135</sup>.

O caso do Palácio do Freixo, adquirido pelo industrial de sabão acima referido, Afonso Vellado, ou o da Quinta do Chantre, em Leça do Balio, pelo "brasileiro" de

---

<sup>133</sup> A.D.P., Fundo do Governo Civil, nº 126 - *Registo de alvarás de posse conferidos a diversos arrematantes de Bens Nacionais, 1836-1844* (nº54).

<sup>134</sup> Por exemplo, José Henrique Soares, da Associação Comercial do Porto, adquire, em 1835, dois - o de Santo André, em Ancede, e o de S. Gonçalo, em Amarante. Ao primeiro irá buscar o título concedido ao tempo do cabralismo - barão de Ancede. (A.D.P., idem, *ibidem*, nºs 72 e 93)

<sup>135</sup> Veja-se o caso do Conde de S. Bento, em Santo Tirso. Manuel José Ribeiro, de S. Miguel das Aves, partiu com 11 anos para o Pará, regressando em 1874 para S. Tirso, onde se torna o benfeitor local (escolas, asilo agrícola, hospital, disponibilização de terras para o jardim-público, ofertas à misericórdia). Em 1882 comprou a casa e a quinta do extinto mosteiro de S. Bento. Cf. PEREIRA, Maria Manuela Prior Caldas, *Conde de S. Bento, Nome Ilustre de Santo Tirso*, S. Tirso, Câmara Municipal, 1984. Do mesmo modo, Afonso Velado será Barão e Visconde do Freixo.

Bouças António Godinho da Silva<sup>136</sup>, mostram que as construções residenciais dos nobres em decadência também não escaparam a esta fúria aquisitiva, revelando, metaforicamente, que a burguesia liberal dos negócios, em que os "brasileiros" se incluíam, empenhou os seus capitais para segurar as traves decadentes dos grupos sociais até aí dominantes, procurando manter o edifício erguido, aqui e ali pintado ou decorado de novo, mas mantendo a estrutura de base, num processo de substituição de protagonistas.

Mas as escassas disponibilidades destes edifícios e a avalanche de retorno de "brasileiros" endinheirados vão impor a construção de casas típicas, a que os arrabaldes da cidade antiga, ainda ruralizados e disponíveis para a urbanização, são o espaço apropriado. Aproveitam-se especialmente os lotes das zonas do Bonfim e próximas do cemitério do Prado do Repouso, para abrir novas ruas, num processo geral de urbanização que corresponde ao rápido crescimento da cidade e no qual se destacará o palacete do torna-viagem, numa exuberância que foi objecto privilegiado da literatura, cujo estereótipo mais conseguido talvez seja o de Júlio Dinis, quando nos apresenta o bairro oriental com *"enormes moles graníticas, a que chamam palacetes; o portal largo, as paredes de azulejo-azul, verde ou amarelo, liso ou de relevo; o telhado de beiral azul; as varandas azuis e douradas; os jardins, cuja planta se descreve com termos geométricos e se mede a compasso e escala, adornados de estatuetas de louça, representando as quatro estações; portões de ferro, com o nome do proprietário e a era da edificação também douradas; abunda a casa com janelas góticas e portas rectangulares, e a de janelas rectangulares e portas góticas, algumas com ameias, e o mirante chinês"* <sup>137</sup>. Quadro excessivo e reducionista para caracterizar a "casa do brasileiro", ainda que de belo efeito literário, na denúncia do novo-riquismo e da excentricidade própria dos deslocados. Ramalho Ortigão será muito mais comedido e rigoroso: *"casas novas forradas de azulejo, em grades de ferro pintadas de verde e de cor de ouro, em hortas ajardinadas, em capoeiras bem sortidas e em caramanchões nos ângulos das quintas"* <sup>138</sup>. Casas que vemos ainda hoje um pouco por toda a cidade, incluindo a zona de Cedofeita e da Boavista e até na Foz (logo no bairro ocidental, que Júlio Dinis atribuía aos ingleses) a maior parte já irremediavelmente condenadas, por falta de conservação e habitação, à espera do camartelo e do arranha-céus que ali, infalivelmente, se erguerá. A variedade de elementos por nós recolhidos, muitos deles

---

<sup>136</sup> Natural de Matosinhos (1807-1883), chegou ao Rio de Janeiro 1820, onde foi caixeiro e negociante (de 1838-1860), retirando então para Portugal.

<sup>137</sup> DINIS, Júlio, *Uma Família Inglesa*, Porto, Liv. Civilização, 1986, p. 41.

<sup>138</sup> ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, tomo I, Lisboa, Clássica Editora, 1986, p.137

ainda visíveis, mostra que é difícil falar de uma "casa do brasileiro", se abstrairmos de alguns elementos decorativos, nomeadamente a predominância das cores verde e amarelo e do frondoso jardim. Se um ou outro edifício nos surge mais exótico, a maioria eram indistintas, correspondendo aos gostos da época, entregues a construtores locais e, muitas vezes, construídas na ausência dos proprietários, sob a supervisão de um familiar ou amigo, com o dinheiro suficiente para permitir algum arrojo e inovação de materiais.

Não esqueçamos, de resto, que era vulgar "os brasileiros", tal como grande parte da burguesia, investirem na habitação para arrendamento e por isso foram clientes importantes de processos de urbanização, pois também aqui, quando era preciso capital, faziam-se subscrições no Brasil, assegurando o êxito das operações. Deste modo, é frequente encontrarmos nos testamentos dos "brasileiros" referências a várias casas em diversos lugares. Prédios na cidade, tal como as quintas no campo, eram sempre investimentos privilegiados, dada a sua rentabilidade e valorização. Quando faleceu, um conhecido "brasileiro" e benfeitor do Porto, Bruno Alves Nobre, tinha 4 prédios: na rua do Rosário, n.ºs 147-151 (sua habitação); na rua do Príncipe, n.ºs 422 a 432 (2 prédios); na rua do Cimo de Vila, n.ºs 109 a 113, este com 24 casas no fundo do quintal, ou seja, as chamadas "ilhas" para os mais carenciados<sup>139</sup>. Também José Caetano de Carvalho, natural de Mesão Frio, que emigrou de 1846 a 1865, tendo sido farmacêutico no Recife e vindo fixar-se depois no Porto, tinha dois prédios na Praça de Carlos Alberto, 3 casas em Cedofeita e outra na rua do Príncipe. Tinha ainda 15 casas e 7 armazéns no Recife (Brasil). Em Mesão Frio, possuía as quintas de Vila Nova, Gafaria e Freixieiro<sup>140</sup>. Mesmo ex-emigrantes economicamente mais modestos e radicados no campo, dedicados às suas casas de lavoura, não se descuravam na compra de casas, que, no caso de descendência, repartiam pelos diversos filhos<sup>141</sup>.

Assim, das linhas neo-clássicas do palacete do Visconde da Trindade, na praça Carlos Alberto (hoje sede dos Serviços Municipalizados) ao do barão de Nova Cintra, na rua do mesmo nome, já em Campanhã (hoje Centro de Saúde), vai uma grande diversidade de estilos e de imagens. Tomem-se, como exemplo, a diversidade de habitações deste último. Na praça da Batalha, duas moradias construídas em 1862, contíguas, n.ºs 10 a 13 e 14 a 16, servindo a primeira como sua residência. Tratava-se de uma edificação que se ajustava ao modelo das casas tradicionais no Porto, com três

---

<sup>139</sup> Cf. "Testamento de Bruno Alves Nobre", *C.P.*, de 14 de Julho de 1891.

<sup>140</sup> Além de outros bens de raiz e móveis, nomeadamente acções de companhias e de dívida pública. Cf. "Disposições testamentárias", *C.P.*, de 10 de Agosto de 1889.

<sup>141</sup> Sirva de exemplo o caso de Domingos António de Oliveira, de Canidelo (Vila do Conde) que, além dos bens rurais, tem 1 casa na rua de Santa Catarina e duas na rua Formosa. *A.M.V.C., Livro de registo de testamentos*, n.º 3191, pp. 163-165.

andares e loja no rés-do-chão, a primeira com pátio interior, aonde se situava a cocheira e cavalaria, pelo que tinha duas portas para a rua, uma para a habitação, a outra para esse pátio interior, que contemplava também jardim e pomar. A segunda habitação, destinada a rendimento, não tinha cocheira, pelo que dispunha de uma só porta. Novidade, a canalização de chumbo, pronta para receber o gás de iluminação. Construiu uma outra habitação na rua de Entreparedes (n.ºs 1 a 5), com dois andares e águas furtadas e duas lojas no rés-do-chão. Ainda em 1863, arrematou mais uma casa na Batalha, n.º 75, comprada à massa falida de uma firma, com um andar e também pátio interior. Em 1864, junto ao Estabelecimento Humanitário, compra duas moradas e terrenos, na rua do Heroísmo, para demolição e construção de 4 novas habitações (n.ºs 139, 141, 143, 145), praticamente idênticas, com um andar e mirante, dotadas de quintal e servidas por poços artesianos, com bomba de pressão a elevar a água aos andares, tendo estas casas sido igualmente arrendadas. Mais uma vez, são casas banais, embora de qualidade, mas integradas na linha seguida por esse tempo. Com o mesmo construtor destas casas, contrata o palácio que tencionaria habitar: com alguma imponência, o destaque vai para a escadaria que antecede a porta de entrada, para a sacada em ferro do 1.º andar, para o mirante. Não lhe faltava o jardim frondoso, com repuxo, e, como nota excêntrica, dois coretos de ferro forjado a ladearem o portão de entrada. Por curiosidade, este palacete de "brasileiro", veio a ser arrematado, após a sua morte, pelo conhecido negociante de ascendência dinamarquesa João Henrique Andresen<sup>142</sup>.

### Política

Podemos dizer que a burguesia oitocentista do Porto tem nos "brasileiros" e nos estrangeiros (predominantemente de origem inglesa, mas também alemã e dos Países Baixos) duas linhas de força importantes, que a Associação Comercial, como patamar de convivência e de projectos negociais, ajudou a mesclar com a tradicional burguesia do Porto e até com a nobreza antiga<sup>143</sup>. Há um importante núcleo de negociantes das diversas origens que distribuem entre si a liderança dos diversos projectos, desde bancos a companhias por acções, desde os lugares na liderança associativa aos de representação política. Confrontamos, por exemplo, as listas da "governança" da cidade do Porto para a segunda metade do século passado e lá vamos encontrar grande parte dos nomes que já tínhamos encontrado na Associação Comercial, nos bancos ou companhias acima citados.

---

<sup>142</sup> Seguimos os detalhes informativos fornecidos por MENDES, António Lopes, ob. cit., pp. 28-46.

<sup>143</sup> Vejam-se, por exemplo, os casamentos dos filhos dos Visconde do Freixo ou de Alves Machado. Cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins (coord.), *Nobreza de Portugal*, Lisboa, ed. Enciclopédia, 1960.

Dos "brasileiros", lá estão o Visconde da Trindade (Presidente 1854-55) e Francisco Pinto Bessa (Presidente 1868-78), ou o Visconde de Pereira Machado e o Conde de Silva Monteiro, em sucessivas vereações<sup>144</sup>.

Pela sua capacidade económica, disponibilidade e busca de prestígio, os "brasileiros" procuraram afanosamente lugares políticos a todos os níveis, quer nos órgãos locais, nos regionais (Junta Geral) ou parlamentares, tanto na Câmara dos Deputados como na Câmara dos Pares. Se a entrada do Conde de Ferreira, então ainda e apenas o negociante brasileiro Joaquim Ferreira dos Santos, na Câmara dos Pares, em 1842, por decisão de Costa Cabral, gerou uma grande indignação, com a nobreza velha e nova do liberalismo a recusar-se a patrocinar a ascensão de um "parvenu" sem credenciais de heroísmo militar<sup>145</sup>, depois o "brasileiro" tornou-se uma personagem habitual, nas duas Câmaras. Para muitos, o lugar político correspondia ao coroar de uma carreira de duas ou três décadas de esforço e afastamento no comércio do Brasil, regressando-se com conhecimentos e capacidades acrescidas que a política reconhecia publicamente<sup>146</sup>. A estreita ligação dos "brasileiros" ao cabralismo e, posteriormente, ao fontismo tornou-se um facto característico, comentado e satirizado na época. Mas houve "brasileiros" em todos os tempos e partidos<sup>147</sup>! E quando não eram eleitos, frequentemente patrocinavam candidaturas de correlegionários e homens de mão, desempenhando a figura do "influyente" local ou cacique que a literatura tanto zurziu. Uma grande parte da imprensa local era financiada por estes "brasileiros", como meio de promoção. Esta influência era ainda maior nos concelhos rurais, dado aí o cargo político constituir sobretudo um encargo, sem grandes vantagens económicas directas para os homens da administração<sup>148</sup>. Mas, neste contexto, não esqueçamos que ao nível político

<sup>144</sup> "Os "homens da governança" do município do Porto desde 1428 até 1949", *Boletim Cultural*, Porto, Câmara Municipal, 1949, vols. XII (pp. 278-340) e XIII (pp.200-209).

<sup>145</sup> Cf. ALVES, Jorge Fernandes, "Percurso de um brasileiro do Porto - O Conde de Ferreira", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. IX, Porto, 1992, pp. 199-213.

<sup>146</sup> Entre os inúmeros casos que poderíamos citar, refira-se o Conde de Alto Mearim, José João Martins de Pinho, natural de Matosinhos, ainda primo afastado dos irmãos Passos. Emigrou aos 14 anos para o Brasil, onde seguiu a carreira tradicional - caixeiro, gerente, até fundar o banco de Crédito Real e o Banco Construtor, este de sólida reputação. Veio fixar-se em Portugal, sendo eleito deputado por Santarém (1892-97) e nomeado Par do reino (1898). No que respeita ao título, sublinhe-se que foi feito barão no Brasil, por D. Pedro II (1880) e Conde em Portugal (1891).

<sup>147</sup> Sublinhe-se que havia "brasileiros" literalmente obrigados a intervir na política, tal o peso do assédio, que por vezes tomava a forma de violência. Veja-se, a este respeito, a "farpa" de Ramalho Ortigão, em que nos conta a sua viagem Porto-Lisboa na companhia de um ex-emigrante de Felgueiras, que, assediado pelas várias potências eleitorais locais, resistira aos convites, sofrendo desde logo uma grande hostilidade, a qual, por último, se transformou na invasão da sua propriedade por um bando de energúmenos, com a destruição de milhares de carvalhos e castanheiros que plantara. Cf. ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas (1876-1882)*, vol. XV, Lisboa, Clássica Editora, 1993, pp. 97-103.

<sup>148</sup> Por exemplo, um argumento para defender o desaparecimento do concelho de Paços de Ferreira na reforma administrativa que deveria entrar em vigor em 1 de Janeiro de 1868 era o de não haver, como

tiveram ainda maior ascensão os filhos dos emigrantes, nomeadamente "brasileiros" de nascimento, que, na altura conveniente, optaram pela nacionalidade portuguesa. A capacidade económica acrescida, acumulada pelos ascendentes, permitindo a prossecução de estudos que não estiveram ao alcance destes, bem como o facto de desfrutarem do prestígio social alcançado por aqueles, estão na base do seu percurso ascendente, tanto na vida pública como na vida privada. Dos inúmeros exemplos, citemos o conhecido caso de José Guilherme Pacheco, nascido, em 1823, no Rio de Janeiro, veio com seis meses para Portugal, voltando aos doze para o Brasil, a trabalhar na casa comercial do tio; regressa depois, para tirar o curso de direito em Coimbra (1859), e a sua influência na política era tal que lhe chamavam o "rei de Paredes", aonde se fixou; regenerador, foi deputado várias vezes, governador- civil de Angra, presidente da Câmara de Paredes, procurador e presidente da Junta Geral do Distrito<sup>149</sup>. Naturalmente, o quadro poderia alargar-se a outros nomes e sentidos políticos, desde Júlio de Matos, o célebre psiquiatra que foi um ardente republicano, até ao caso especial de Bernardino Machado. O pai deste, futuro barão de Joane, partira do Porto no ano de 1840 para o comércio do Rio de Janeiro, e o filho, lá nascido, veio fazer os estudos secundários ao Porto, seguindo depois para a Universidade de Coimbra, onde subiu a lente, para fazer a seguir um longo percurso político. De deputado regenerador, foi ministro das Obras Públicas da monarquia, aderindo posteriormente à República (por 1903). Integrou o Governo Provisório em 1910, foi ministro e chefe de governo, embaixador no Rio de Janeiro e Presidente da República por duas vezes.

### 6.3.3 - Filantropia

Uma das imagens mais marcantes na biografia dos "brasileiros" é a sua tendência para a filantropia. Podemos afirmar que grande parte do equipamento de solidariedade social do século passado no Norte de Portugal foi activado, incentivado ou mesmo sustentado pelos ex-emigrantes, que, enquanto vivos e na hora da morte, mostravam uma

---

regra, homens disponíveis para os cargos públicos: "*O concelho de Paços de Ferreira tem sido, desde longa data, apontado para extinção, pela falta de vida local, e pela sua constante repugnância a satisfazer os mais simples deveres de administração; conservando sempre, não obstante a diversidade de situações em que se tem encontrado, a mesma índole refractaria a todas as prescrições legais e a todas as instancias da autoridade superior, que jamais pôde conseguir trazelo a uma vida regular e normal.*" In A.G.C.P, "Consulta do Governador Civil do Districto do Porto, sobre a mais conveniente circunscricção do districto do Douro creada pela carta de lei de 26 de Junho de 1867", *Livro de registo de correspondência expedida*, nº 950, p. 64.

<sup>149</sup> Cf. SILVA, Inocência Francisco, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.

atenção ao seu semelhante pouco compatível com a imagem de avaréza que normalmente envolve o capitalista. Nos finais do século, Fialho de Almeida interrogava-se mesmo sobre o contraste de comportamentos entre os milionários que sempre estiveram em Portugal e estes comendadores de torna-viagem, que ele vê a regressarem "*ingénuos e nostálgicos aos seus campanários de origem*", fazendo doações vultosas a escolas, asilos, hospitais e igrejas<sup>150</sup>. Não faltam a este respeito as insinuações de autores diversos sobre processos de penalização moral ou de "branqueamento", por via das riquezas acumuladas com poucos escrúpulos, nomeadamente através do tráfico negreiro. Para os anos 30 a 50, alguns benfeitores do Porto tiveram de facto algumas responsabilidades nesse tráfico, tendo alguns regressado no contexto das movimentações abolicionistas, como já sublinhamos. Depois, muito embora alguns capitalistas que regressaram mantivessem os seus escravos no Brasil<sup>151</sup>, aquele aspecto ou já não se vislumbra ou está muito atenuado, com a extinção do tráfico e o crescimento do movimento abolicionista.

Não podemos esquecer que, independentemente da motivação pessoal, havia um assédio muito grande a estes capitalistas, com solicitações permanentes para colaborarem e patrocinarem as mais diversas acções e instituições de solidariedade. Mas o que mais se destaca nesta inclinação para o bem-fazer dos "brasileiros" oitocentistas é a canalização para a sociedade civil de bens e capitais que antes eram absorvidos quase exclusivamente pelas obras e instituições religiosas. Enquanto a tradição do legado visava mais a piedade do que a caridade, isto é, as doações a instituições estavam geralmente vinculadas a obrigações religiosas que, muitas vezes, absorviam os respectivos rendimentos, alguns "brasileiros" contribuíram para inverter os termos deste processo, ajudando a operar o salto qualitativo.

Naturalmente que há mutações de mentalidade que ajudam a explicar esta inversão de comportamentos. Se não podemos esquecer a tradição muito portuguesa das misericórdias que os portugueses transportaram consigo através dos mares, a verdade é que o emigrante no Brasil do século passado vai defrontar-se com um ambiente muito cosmopolita, confrontando as suas visões do mundo com as de outros imigrantes, nomeadamente de origem nórdica e de religiões diferentes, mais sensíveis aos problemas urbanos e à marginalidade social que lhe são inerentes. Por outro lado, o emigrante vive a mudança de paisagem social, sofre na pele o fenómeno do desenraizamento em terra estranha, apercebe-se da fragilidade do apoio familiar na inserção individual em espaços

---

<sup>150</sup> ALMEIDA, Fialho, *Os Gatos*, 3º vol., Lisboa, Clássica Editora, 1947, p. 53.

<sup>151</sup> Os que deixavam propriedades agrícolas ou comerciais entregues a procuradores utilizavam frequentemente os escravos como mão-de-obra, como era usual no Brasil escravocrata. Manuel Gonçalves de Azevedo, de Mindelo (Vila do conde) deixara nas duas casas do Rio de Janeiro, sete escravos calafates, que agora deixava forros. Cf. A.M.V.C., *Livro de Registo de Testamentos*, nº 3192, pp. 26vº- 28vº.

afastados. Sente, deste modo, o apelo da solidariedade social perante os fenómenos de conterrâneos mal sucedidos e desenquadrados, sobretudo na época do engajamento, em que jovens, cujo sonho individual era o do comércio, se transformavam, com a travessia do oceano, em "escravos brancos", num destino que poderia ter sido o dele, "brasileiro de torna-viagem". Neste aspecto, será um inovador, ao suscitar o apoio civilista aos desprotegidos.

Não será, contudo, possível dissociar o lastro de piedade cristã do acto de filantropia, tal como não é possível expurgar este dos objectivos de reconhecimento pessoal e colectivo que muitos comportamentos imediatamente suscitam. Certos actos de benemerência são desenvolvidos directamente para atingir a comenda, para o que bastava ser mordomo de uma das muitas instituições de socorro em terras brasileiras e sustentar à sua custa durante um mês as despesas do respectivo pelouro.

### **Escolas**

Um dos sentidos desta filantropia com maior alcance social é o que se verifica no campo da educação. Deve-se referir uma importante acção pedagógica, através da imprensa, tanto na defesa da alfabetização como meio de dignificar e valorizar o emigrante, como na sensibilização para as vantagens nacionais que adviriam de uma emigração qualificada. Mas o emigrante do Brasil, homem de acção e menos de palavras, passou aos actos e contribuiu generosamente para a implementação de escolas e/ou sua sustentação.

O gesto de maior alcance quantitativo nesta área vai, naturalmente, para o Conde de Ferreira, que, à hora da morte (ver biografia adiante) deixou um legado para a construção e mobília de 120 casas para escolas primárias de ambos os sexos em terras que fossem cabeças de concelho, todas segundo a mesma planta e com habitação para o professor, sendo, depois de terminadas, entregues às respectivas juntas de paróquia. O seu custo por unidade não devia exceder 1200\$000, orçando, portanto, o legado num total de 144 contos de réis, valor considerável se nos lembrarmos que, anualmente, o poder central dispunha de 200 contos e o local com 50 para o ensino primário<sup>152</sup>. Na

---

<sup>152</sup> COSTA, D. António, *História da Instrução Popular em Portugal*, Porto, Ed. Educação nacional, 1935, p. 266. Como este autor sublinha, Domingos de Almeida Ribeiro foi o redactor do testamento e passou por ser o inspirador desta medida. Se bem que na altura fosse professor do Liceu Nacional, deve, porém, referir-se que Domingos de Almeida Ribeiro fora comerciante na cidade do Porto, nos anos quarenta, tendo ido à falência (1844) e sido ajudado, nessa conjuntura, pelo futuro Conde de Ferreira, tornado-se seu empregado, como guarda-livros. Pouco depois, parte para o Brasil, com procuração do Conde para aí administrar os seus negócios e cobrar dívidas em atraso, voltando a Portugal alguns anos mais tarde, para junto da família. Nesta medida, ele é também um "brasileiro" de retorno, tendo

altura do seu falecimento, em 1866, este e outros legados (como o do Hospital de Alienados) do velho Conde, conotado com o cabralismo e há muito afastado da ribalta pública, representaram um abanão para a opinião pública, sobretudo como exemplo de que a caridade também se podia exercer pela construção de escolas, e não apenas através de obras de piedade<sup>153</sup>. Sabe-se como as escolas de antigamente, entre outras debilidades, tinham no edifício o maior "handicap", pois raramente possuíam casa própria, improvisando-se em casas alugadas, sem o mínimo de condições higiénicas e pedagógicas (móvel, espaço, arejamento, iluminação).

Na altura, o governo (através de Martens Ferrão), e de acordo com os testamentários, publicou legislação especial (lei de 27 de Junho de 1866), estabelecendo que para concorrer ao legado as câmaras municipais dispusessem de uma verba de 400\$000 réis para acrescentar à legada. A própria lei estipulava o plano de obras e de móvel, estabelecendo, deste modo, um modelo arquitectónico escolar que ainda hoje funciona em muitos casos e que se tornou modelar em Portugal, generalizando-se o modelo de construção para além do legado estipulado. Se a acção filantrópica que merece maior destaque do Conde de Ferreira é uma obra póstuma, houve situações em que a construção de escolas se desenvolveu ainda em vida, num processo dadivoso que culminava na nobilitação ou, pelo menos, na comenda: já citamos atrás o caso da Maia, com o Visconde de Barreiros, e outros poderiam ser referidos, por exemplo, o do Conde de S. Bento, em S. Tirso, ou o do Visconde de Santa Marinha, em Ferreiró (Vila do Conde).

Mais modestos, muitos serão os "brasileiros" ou seus familiares que, segundo a medida das suas posses, contribuem para a criação do parque escolar português. No distrito do Porto, se correremos as freguesias rurais, não é raro encontrarem-se ainda os edifícios destas velhas escolas, algumas ainda em funcionamento, outras adaptadas já a novas funções ou em estado de ruína. Algumas delas, tem no cimo a estatueta do fundador ou, mais simplesmente, o seu nome gravado em relevo numa placa (veja-se o caso do Muro ou de S. Paio de Guimarei, em S. Tirso). Outras, porém, são anónimas e só os documentos antigos guardam as referências a estas obras filantrópicas. Noutros casos, são "brasileiros" que se congregam para dinamizar a iniciativa, contribuindo do seu próprio bolso e apelando às suas relações no Brasil, como aconteceu, por exemplo em Avintes<sup>154</sup>. Em Leça da Palmeira, é Maria Francisca dos Santos Araújo, irmã de José

---

experimentado as vivências da emigração.

<sup>153</sup> Idem, *ibidem*, pp. 195-201.

<sup>154</sup> Cf. "Propaganda da instrução", *C.P.* de 16 de Novembro de 1881. Cf. também "Escolas primarias nas freguesias de Avelãs da Ribeira", *C.P.*, de 17 de Julho de 1879.

Pinto de Sousa, que, subitamente enriquecida pela morte daquele no Brasil, manda construir um escola para o sexo feminino, mobilando-a e acrescentando uma gratificação para a professora oficial.<sup>155</sup>

A exemplo de muitos emigrantes de retorno, construir uma escola é uma das últimas vontades de José da Silva Carneiro, de Fornelo (Vila do Conde), que exprime o desejo de "*contribuir quanto possa, nas forças da minha pequena fortuna para o desenvolvimento intelectual e moral do homem, e sendo para mim de fé que só há para isso um meio eficaz, que é a instrução, mas instrução bem entendida, que prepare o homem dignamente para preencher na sociedade o lugar que lhe pertence, ensinando-o a conhecer os seus deveres pelo uso da liberdade da sua consciencia e da sua razão*". Nesse sentido deixava 50 acções do Banco Maranhão, no Brasil, para com o seu produto se construir uma casa em Fornelo, com capacidade para escola primária de dois sexos, no caso de, à hora do seu falecimento, ele próprio ainda a não ter construído, devendo o restante do legado ser aplicado em títulos de dívida pública, de modo a financiar o aprovisionamento da escola e o recrutamento dos professores<sup>156</sup>.

Sublinhe-se, apenas, que esta inclinação para a construção de escolas ou para o apoio à educação das primeiras letras era alvo de alguma contestação social, embora houvesse espíritos mais "iluminados" que a defendiam e incentivavam, alguns dos quais se organizavam em sociedades promotoras da educação. No entanto, vejamos as queixas na imprensa de um emigrante que, com os seus contributos e a colecta que realizou junto de amigos, conseguiu reparar a igreja paroquial e construir a casa para a escola, mas defronta-se com o pároco local que usa e abusa "*da cadeira parochial para fazer a apoteose da ignorância*", brandindo as estatísticas da criminalidade e declarando que o "*analfabetismo é um bem, e a instrução, pelo contrario um grandissimo mal*". Nada tinha o emigrante a obstar contra as ditas opiniões, mas não podia aceitar que este "*apostolo da ignorancia*" tivesse sido nomeado "*delegado parochial - encarregado, portanto, de velar pela regularidade e bom serviço das escholas primarias da freguezia*"<sup>157</sup>.

Este apoio à construção das escolas por parte da emigração do Brasil continuará a ser importante, mesmo no século XX, não só em Portugal, como no Brasil, no contexto do movimento associativo<sup>158</sup>.

---

<sup>155</sup> COSTA, D. António, *No Minho*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, pp. 293-300.

<sup>156</sup> A.H.V.C., *Livro de registo de testamentos*, nº 3206, p. 12

<sup>157</sup> Cf. SANTOS, J.R. de Oliveira, "Ainda a emigração e a instrução primaria", C.P., de 8 de Janeiro de 1887.

<sup>158</sup> Cf. SIMÕES, Nuno, ob.cit., p.67-73.

### Asilos e hospitais

Como já sublinhamos, as tendências gerais da benemerência em Portugal orientavam-se para outras formas de protecção ao semelhante, mais tradicionais, que passavam, sobretudo, pela leitura estrita das obras de misericórdia e se traduziam em esmolas para dar de comer e agasalhar aos mais necessitados. Não admira, assim, que asilos e hospitais fossem muito beneficiados, e de igual modo, as misericórdias, enquanto instituições de caridade que normalmente sustentavam aqueles estabelecimentos.

Já vimos atrás como o Colégio dos Órfãos, do Pe. Baltasar Guedes, tinha, já pelo século XVII, nas esmolas do Brasil e nas dos negociantes do Porto que para ali traficavam, uma das mais importantes fontes de receita. No século XIX, a Santa Casa da Misericórdia será um verdadeiro entreposto de redistribuição da filantropia dos "brasileiros", muitos ali delegando as suas fortunas, algumas vultuosíssimas, para a concretização de diversos legados. Muitas heranças tornavam-se, contudo, polémicas, pois vinham com obrigações específicas que impediam a Santa Casa de implementar políticas próprias e de sustentar eficazmente os estabelecimentos considerados mais importantes. Mas algumas dessas heranças tinham o mérito de impor novas vias nas práticas de caridade, como foi o caso do Conde de Ferreira e do seu legado para a construção do Hospital de Alienados, o qual veio a constituir uma autêntica escola nacional neste domínio da saúde, ali trabalhando alguns dos mais reputados especialistas<sup>159</sup>.

Os legados de "brasileiros" à Misericórdia eram frequentes. Se alguns sofriam erosão, dados os obstáculos administrativos e/ou os processos judiciais que, por vezes se arrastavam ao longo de anos, outros nem sequer chegavam a ser liquidados, sobretudo se eram constituídos por bens mobiliários (acções, obrigações, títulos de dívida pública), permanecendo como fontes de rendimento. Por exemplo, em 1854, é a própria Misericórdia que decide comprar 20 contos de títulos de dívida pública do Brasil, na sequência de dinheiros lá recebidos<sup>160</sup>. Pelo relatório de 1913, podemos constatar um importante volume de valores mobiliários no Brasil, orçamentado em 1038 contos<sup>161</sup>. Nos

---

<sup>159</sup> Recorde-se o caso de Júlio de Matos, especialista célebre, cujo nome viria a ser dado ao Hospital criado em Lisboa nesta área de saúde. Por curiosidade, refira-se que Júlio de Matos nasceu no Brasil, filho de um emigrante português.

<sup>160</sup> Cf. *Relatório que leu á Mesa da Santa Casa da Misericordia da Cidade do Porto o Conselheiro A.R.O. Lopes Branco, no fim do anno de 1854-1855*, Porto, 1855, pp. 39-44. Sublinhe-se que nesse ano, a S.C. recebeu um legado de 6 contos de réis de Domingos do Couto Alves, falecido no Rio de Janeiro.

<sup>161</sup> Cf. "Mapa demonstrativo e distributivo dos capitais em papeis de credito, pertencentes ao fundo da Santa Casa da Misericordia e dos estabelecimentos por ela administrados" in *Relatório da Gerência da*

meados do século passado, numa ocasião em que a Santa Casa da Misericórdia do Porto estava em dificuldades de tesouraria e se faziam os preparativos para uma subscrição junto da colónia portuguesa no Brasil, recebeu ela uma boa notícia: o legado de João Teixeira Guimarães (1784-1857), natural da rua das Taipas, embarcado para o Rio de Janeiro aos 12 anos (partira a 2 de Agosto de 1896), e que agora deixava uma fortuna de 500 contos de réis à Santa Casa, instituição muito próxima da rua em que nascera e a quem solicitava uma sepultura e uma missa diária<sup>162</sup>. Mas os fundos ingleses, as apólices brasileiras, os prédios deveriam ser leiloados e convertidos em dinheiro, do qual se retirava aquele valor para aplicar em apólices de dívida pública brasileira, a doar à Santa Casa, que as não devia alienar mas tão só dispor do juro respectivo, para aplicar nas enfermarias do seu Hospital e nos seus estabelecimentos de caridade. Relativamente aos seus escravos concedia-lhes uma alforria sinuosa: livres à sua morte, deveriam servir como em cativeiro até cada um ganhar 200\$000 réis, quantia a reverter para as obras de caridade da Senhora da Candelária, e só então usufruiriam de plena liberdade. Depois de algumas lembranças a amigos, afilhados e 400\$000 para as obras da Senhora da Candelária, o remanescente, nomeadamente prédios e prazos no Porto, ficava para três sobrinhos de Portugal<sup>163</sup>.

Ao longo do tempo, contam-se umas largas dezenas de benfeitores da Santa Casa que vieram do Brasil ou que lá faleceram. Em muitos casos, são pequenos legados ou remanescentes de herança que revertem a favor da Misericórdia, deixando os testamentos entrever alguns pormenores da sua vida: são indivíduos normalmente solteiros ou viúvos, que viveram longo tempo no Brasil, desligando-se da família, e que à hora da morte escolhem uma instituição poderosa, com capacidade de sobrevivência que assegure, ao longo do tempo, os sufrágios pela suas almas. Noutros casos, trata-se de verbas com algum significado, atribuídas por "brasileiros" endinheirados, emergindo o legado da Misericórdia de uma constelação de distribuições que se repartem por instituições de Portugal e do Brasil, além de dádivas aos familiares. Veja-se, por exemplo, neste último tipo, o caso de um "brasileiro" muito conhecido, Manuel Pinto da Fonseca, referenciado como um importante "negreiro", deportado pelo governo brasileiro por infringir a

---

*Santa Casa de Misericórdia do Porto, desde 1 de Janeiro de 1912 a 30 de Junho de 1913*, Porto, 1913, mapa anexo à pág. 540. Este capital tinha sofrido um incremento assinalável em 1911-12, fruto da herança de Manuel José Rodrigues Semide, mais um "brasileiro", generoso benfeitor da Santa Casa, que legou a sua fortuna para a construção do sanatório a que foi dado o seu nome.

<sup>162</sup> Cf. "Exequias na Igreja da Santa Casa da Misericórdia desta Cidade pela Alma do snr. João Teixeira Guimarães, falecido no Rio de Janeiro", *C.P.*, de 7 de Fevereiro de 1859. Cf. também *Relatório...* de 1858. Recorde-se que o orçamento anual da Santa Casa, pelos meados do século, rondava os 50 contos.

<sup>163</sup> A.S.C.M. P., *Livro de testamentos*, nº 30, p. 244

legislação de 1850 que proibia o tráfico de escravos<sup>164</sup>. Natural de Moure (Felgueiras), estava em Lisboa, em 1854, já viúvo e sem filhos. Embora desejando ser sepultado do Alto de S. João (Lisboa), num túmulo edificado para o efeito, no caso de morrer na Europa, não se esqueceu do Porto. Dos seus haveres, constituídos por prédios no Brasil, e em Portugal por acções de bancos, companhias, fundos públicos e em giro de desconto, deixa:

a) em moeda portuguesa

- . o usufruto de 40 contos de réis em inscrições da Junta de Crédito Público a D. Josefina Nervil e filha, e pelo seu falecimento, para um estabelecimento de caridade, mais 4 contos em dinheiro;
- . mais 200 contos em inscrições da mesma Junta para um estabelecimento de caridade para crianças abandonadas, em Lisboa;
- . à Santa Casa da Misericórdia do Porto, 10 contos de réis;
- . aos Meninos Desamparados do Postigo do Sol, 1 conto;
- . ao Hospital de Lázaros e ao das Velhas da Cordoaria, 1500\$000;
- . à Associação Consoladora dos Aflitos, 1 conto;
- . ao Asilo da Infância Desvalida, 1 conto;
- . ao Asilo de Mendicidade, 1 conto;
- . ao Recolhimento das Velhas de N.S. das Dores, 500\$000;
- . ao Hospital da Trindade, 1500\$000;
- . ao Senhor Bom Jesus de Braga, 2 contos;
- . a cada chefe de família de Moure, 4\$800;
- . para o novo templo dessa freguesia, 8 contos.
- . para a Casa Pia de Lisboa, 10 contos;
- . ao Asilo de Mendicidade (Lisboa), 2 contos;
- . à Associação Consoladora dos Aflitos (Lisboa), 4 contos ;
- . a cada sobrinho cujos pais tenham falecido antes dele, 4 contos.

Em moeda brasileira:

- . à Ordem Terceira de S. F. de Paulo, no Rio de Janeiro, 10 contos:
- . à Irmandade do S. Sacramento, da freguesia de N.S<sup>a</sup> da Caridade, no Rio, 4 contos;

---

<sup>164</sup> Cf. MORAES, Evaristo, *A Escravidão Africana no Brasil*, 2ª edição, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986, p. 53. O autor considera-o como um traficante "*de maior vulto, por seus capitais e por seu correlato valimento social*". O nome de Manuel Pinto da Fonseca surge na lista já referenciada atrás sobre traficantes de escravos, elaborada com base na correspondência da Polícia para o Ministério da Justiça do Brasil. A seu lado, surgem também os de seus irmãos António e Joaquim, que, no testamento, aparecem como segundos testamenteiros.

- . à Irmandade de N.S<sup>a</sup> Mãe dos Homens, 2 contos;
- . a cada irmandade de que a sua falecida mulher fosse irmã, 500\$000;
- . a cada órfã do Colégio da Sociedade Amante da Instrução, que fosse ouvir a trigésima missa por alma de sua mulher, 500\$000;
- . a cada um dos afilhados da mulher, 500\$000;
- . aos inúmeros afilhados, verbas diversas entre 1 a 5 contos;
- . à Sociedade Amante da Instrução, do Rio, 4 contos.

O remanescente desta herança destinava-se a alguns dos irmãos do testador<sup>165</sup>.

Geralmente os testamentos com dotações para a Santa Casa eram de pessoas de nível económico mais modesto e a distribuição estava muito mais circunscrita. Tome-se, como exemplo, o de António Soares da Silva (em 1877), natural de S. Martinho de Cinfães, cuja fortuna ele avaliava em 300 contos de réis (brasileiros), na qual entrava uma quota da firma F. Schmidt & C<sup>a</sup> de 75 contos de capital inicial e mais 18 contos "*em terras e propriedades na freguesia donde sou natural, conforme a Escriptura de doacção que me passou meu pai, assinando todos os seus filhos de tudo me pertencer por sua morte cuja Escriptura foi passada por ter eu nesse ano fornecido a quantia de 3000\$000 fortes pouco mais ou menos para desempenhar sua casa e por eu ter fornecido mais igual quantia para compra de terras e propriedades, cujas foram efectuadas n'esse ano em nome de meu pai, ficando eu por essa Escriptura obrigado a dar dote a minhas irmãs Maria, Miquelina, Anna a quantia de 2000\$000 fortes a cada uma, e Margarida 1500\$000, visto ela já ter recebido restante*". Na distribuição, iam 4 contos para a Sociedade Portuguesa de Beneficência; 2 contos para a Ordem Terceira da Penitência e igual montante para a Ordem de N.S<sup>a</sup> do Monte do Carmo, todas no Brasil; 6 contos para a Santa Casa da Misericórdia do Porto; 10 contos para a freguesia natal, sendo 5 para obras, 2 para escolas publicas e 3 para distribuir pelos pobres; contemplava diversos amigos e afilhados, e a maioria da sua fortuna sobrava para a família em Portugal, mas 2 contos iam ainda para a Irmandade da Lapa, no Porto, aonde mandara fazer jazigo de família e para onde deveriam ser trasladadas os seus restos mortais<sup>166</sup>.

Os testamentos de "brasileiros" benfeitores da Santa Casa da Misericórdia do Porto apresentam uma diversidade grande, fruto dos desejos individuais de pessoas e tempos diferentes. Para os meados do século, contudo, a estrutura distributiva é, em geral idêntica à acima discriminada, com variações nos quantitativos e nas instituições<sup>167</sup>. Mas

<sup>165</sup> A.S.C.M.P., *Livro de testamentos*, n° 30, p. 178-180.

<sup>166</sup> A.S.C.M.P., *ibidem*, n° 37, p. 187-189

<sup>167</sup> Um testamento excepcional, pelo amplo leque distributivo, é o de António Godinho da Silva, de Matosinhos, em 1884, que, além das doações a amigos e familiares, distribuiu as suas apólices de dívida pública por 19 instituições do Brasil, por cerca três dezenas de Lisboa (Misericórdia, Casa Pia e Hospital

as linhas de força passam pela contemplação de institutos religiosos e de beneficência de Portugal e do Brasil, lembranças a amigos (caixeiros, sócios, colegas), familiares e afilhados, libertação dos escravos à hora da morte<sup>168</sup>. Quase sempre presente, a aldeia natal, notificada com algumas verbas para melhoramentos locais.

Excepcionalmente surgem os legados que apontaram novas direcções sociais, como o do Conde de Ferreira que, para além, do remanescente da herança (avaliado em mais de 800 contos) para o Hospital de Alienados ainda patrocinou a medicina homeopática no hospital de Santo António. Avançamos pelo final do século passado, entramos mesmo no século XX e a corrente filantrópica dos "brasileiros" ainda está muito activa e com aspectos inovadores, quer contemplando parcialmente a Santa Casa, quer utilizando-a como elemento de redistribuição: a piedade vai perdendo espaço, crescendo os donativos para os pobres e distribuídos pelos jornais de grande circulação, os prémios escolares entregues a associações culturais ou educativas<sup>169</sup>, a diversificação das doações pela cada vez mais numerosa obra associativa e assistencial, numa atenção aos novos problemas. Para além do caso já atrás referido de Rodrigues Semide, o testamento de António Monteiro dos Santos (falecido em 1924), natural de Azurara e entretanto residente na rua dos Bragas (Porto), é exemplar neste aspecto. Lembra-se, entre os numerosos legados, dos cegos (propondo a fusão dos dois estabelecimentos existentes - o Asilo de Cegos S. Manuel e a Escola de Cegos, num só Asilo-Escola, ao qual deixava 30 contos), dos tuberculosos (15 contos para o Sanatório Marítimo do Norte), das crianças (30 contos para um lactário), dos animais (Sociedades Protectoras, em Lisboa e Porto) e do problema da habitação - deixando 300 contos para a compra de terrenos em diversas freguesias da cidade, para edificar 10 bairros de casas térreas mas de boa construção (não excedendo cada 1800\$000). Depois de acabadas, essas casas seriam entregues à Santa Casa, a qual as alugaria a pessoas necessitadas por baixos alugueres, de

---

de S. José) e do Porto, com a ressalva de contemplar ainda todas as instituições legais do Porto que não tivessem sido referenciadas. Entre as contempladas, refira-se a "Caixa dos Brasileiros Pobres", com 6 inscrições de 1000\$000. A.S.C.M.P., *ibidem*, nº 40, pp. 180-196.

<sup>168</sup> Raramente a libertação dos escravos, para os testadores que ainda têm bens no Brasil, é um processo simples e linear: acontecendo por vezes que, à morte do testador, o escravo fique livre, na maioria dos casos, porém, tem de ir servir ainda determinadas pessoas afectas ao testador, outras vezes só lhe é concedido metade da verba considerada para a alforria, devendo o escravo arranjar quem lhe garanta o resto, etc. No caso de legado de bens, normalmente a casa, apenas lhe é entregue o usufruto, devendo, por sua morte, reverter para herdeiros especificados. Pratica-se bastante uma filantropia a conta-gotas, neste domínio.

<sup>169</sup> Veja-se o caso de Bruno Alves Nobre que lega 80 contos à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, para com o respectivo rendimento dar doze pensões anuais a alunos vindos de asilos ou casas de caridade, dando preferência aos mais bem classificados. Deixou 4 contos para distribuir em legados de 40\$000 a cem professores de escolas primárias, encarregando dessa tarefa a Santa Casa da Misericórdia e a redacção de "O Comércio do Porto". E, naturalmente, deixou numerosos legados para ordens terceiras, asilos e recolhimentos, além do remanescente à S. C. da Misericórdia.

forma a cobrir apenas as despesas de manutenção e os conjuntos seriam designados por "Bairro dos Pobres - de António Monteiro dos Santos" <sup>170</sup>.

Esta filantropia urbana está longe de se esgotar através da Santa Casa da Misericórdia. Os "brasileiros" contribuem ou tomam mesmo a iniciativa de muitas outras instituições autónomas: se já citamos o exemplo do Barão de Nova Cintra, poderíamos referir também a criação ou renovação de novas misericórdias concelhias, de forma a criar os hospitais locais, quer dirigindo-as, quer concedendo-lhe fundos para a sua acção<sup>171</sup>. Além disso, surgem instituições muito localizadas, sobretudo em zonas operárias, onde as mulheres são solicitadas a trabalhar fora de casa e há tempos cíclicos de desemprego e miséria: no primeiro sentido, refira-se a acção do "brasileiro" João Vicente Martins como primeiro instituidor e presidente da Associação da Creche de S. Vicente de Paulo, no Porto (rua do Almada), oficializada a 21 de Novembro de 1852 e a primeira no País<sup>172</sup>, sendo, após o regresso daquele ao Rio de Janeiro, administrada pelo dr. António Ferreira Moutinho, médico, ex-emigrante no Brasil e depois banqueiro; no segundo sentido, cite-se como exemplo, como por exemplo a Associação de Beneficência e Caridade da freguesia de Cedofeita, para a qual contribuía diversos "brasileiros" da zona<sup>173</sup>. Sem esquecermos a importante Associação Comercial de Beneficência, desenvolvida pela Associação Comercial do Porto e na qual os principais cargos eram tradicionalmente preenchidos por "brasileiros" afectos à casa, já aqui muito citados (Visconde de Pereira Machado, Barão de Nova Cintra, entre outros), com uma acção importante para os bairros ribeirinhos da cidade, por ocasião de cheias e de focos epidémicos. A preocupação com a educação da juventude é ainda um dado importante na província, de que o exemplo mais duradouro é a criação da Casa Pia de Paço de Sousa (Penafiel), por legado do ex-emigrante Francisco José Ferraz<sup>174</sup>.

Nos meios rurais, a filantropia dos brasileiros não era tão vistosa como a daqueles "brasileiros" urbanos (embora muitos deles fossem de origem rural), mais endinheirados e que faziam dos actos de benemerência uma marca do seu estatuto social, dando assim

---

<sup>170</sup> A.S.C.M.P., *ibidem*, nº 70, pp. 241-245.

<sup>171</sup> Refira-se, mais uma vez, o caso do Conde de S. Bento, em Santo Tirso, ao dar um legado para o hospital e asilo, depois confirmado e ampliado pelo seu sobrinho, herdeiro e sucessor na casa comercial do Pará, José Luís de Andrade.

<sup>172</sup> Cf. "Creches de S. Vicente de Paulo", *C.P.*, de 12 de Abril de 1876. Entre os retratos dos benfeitores da Creche do Porto lá estava o do Conde de Ferreira.

<sup>173</sup> Por exemplo, Miguel Dantas Gonçalves Pereira, o Pe. Manuel Moreira da Gama e A.M. Vieira de Castro.

<sup>174</sup> Inicialmente entregue a uma comissão administrativa, instalar-se-á na quinta do antigo mosteiro local. Passou depois para a administração directa da Junta Geral do Distrito (decreto 6095 de 25 de Agosto de 1919). Nos anos quarenta é entregue à obra do Pe. Américo. Cf. *A Junta de Província do Douro Litoral em 1937*, Porto, 1937, p. 21.

um sinal à comunidade do seu poder económico. Embora haja comportamentos semelhantes, já apontados para algumas vilas do distrito, o mais usual, sobretudo para os que viviam nas aldeias, era a benemerência restringir-se a um número mais elevado de missas do que o habitual, a algumas esmolas para as confrarias de que era irmão e para a misericórdia local, e a esmolas em dinheiro ou cereal para os pobres da freguesia, lembrando-se, um ou outro, da roda dos expostos: a sua fortuna, sempre de menor dimensão, e quase sempre aplicada em terras não se adequava muito ao dispersar filantrópico acima descrito. Sobretudo se eram casados, com descendência, ou se viviam intimamente ligados à família de origem, a pais, irmãos ou sobrinhos, distribuindo a sua fortuna entre os familiares. Só os que protagonizavam estadias mais ou menos cíclicas na cidade, onde tinham às vezes diversas casas de habitação e aí tinham conhecimentos diversificados, se davam ao luxo de se lembrar da Santa Casa da Misericórdia do Porto ou de estabelecimentos de beneficência do Brasil, dos Lázaros ou outros asilos<sup>175</sup>. De assinalar é o facto de muitos se lembrarem dos amigos e colegas que tinham no Brasil: "*deixo ao meu amigo e benfeitor o Senhor Joaquim da Silva Castro, de Pernambuco, pelos muitos serviços que me tem feito e interesses que me tem dado a quantia de cinco contos de réis em moeda brasileira*"<sup>176</sup>. Outros lembram-se do primeiro caixeiro ou do guarda-livros e fazem-lhe a surpresa de uma pequena herança. Interessante é o caso do Visconde de Santa Marinha, em Ferreiró (Vila do Conde), que, além da escola, adquiriu terreno para um largo que ofereceu à Junta de Paróquia, comprou o terreno para o cemitério e construiu 7 eiras que ofereceu a agricultores<sup>177</sup>.

A importância dos actos filantrópicos à hora da morte não pode desvalorizar a prática da beneficência em vida. Esta predisposição para a filantropia dos retornados, não pode ser dissociada da prática associativa dos emigrantes portugueses no Brasil, onde desenvolveram uma obra assistencial notável, criando inúmeras instituições de socorros mútuos, sobretudo as designadas "sociedades de beneficência" e as "caixas de socorros", nas diversas cidades em que a sua presença atingia volumes significativos. Mas o princípio da ligação à terra natal funcionava, sobretudo, através de subscrições organizadas por comissões espontâneas, a propósito de cataclismos, necessidades prementes, ou custos de pequenos melhoramentos ligados à Igreja e ao seu culto,

---

<sup>175</sup> Veja-se o caso de João Baptista Lopes Gonçalves, de Vila do Conde, um dos mais exuberantes aqui encontrado, cujas ofertas se limitam às centenas de mil réis a um grande número de instituições do Porto, de Lisboa e do Brasil.

<sup>176</sup> A.V.C., *Livro de Registo de Testamentos*, nº 3189, pp. 121-123.

<sup>177</sup> De seu nome José da Fonseca Cruz, partiu aos 14 para o Brasil (1866), na companhia de um tio de Lisboa. Mais tarde passou a Angola, onde foi chefe do Posto de Administração de Moçamedes, regressando com 35 anos.

normalmente solicitadas por influentes locais, em particular os párocos. Foi assim que do Brasil vieram importantes verbas para os asilos de Portugal, no ano de 1862, a partir dum alvitre da condessa de Tomar que acompanhava o marido (Conde de Tomar, ou seja, Costa Cabral) como representante plenipotenciário, num movimento que envolveu a colónia portuguesa, não só do Rio de Janeiro como de todo o país, incluindo os próprios brasileiros: ofertas, leilões, recitais (nos quais colaboraram, por exemplo, Faustino Xavier de Novais<sup>178</sup> ou o pianista Artur Napoleão, então ali radicados), e que permitiu o envio de 10 mil libras para uma comissão distribuidora em Portugal, presidida pelo rei D. Fernando<sup>179</sup>. Movimento idêntico se processou em 1877, em favor das vítimas das catastróficas inundações verificadas nesse ano e no anterior em Portugal, tendo o resultado final da subscrição atingido 190 contos no Brasil, contra 120 subscritos em Portugal<sup>180</sup>.

#### 6.4 - Biografias

A micro-história, tendo como suporte as biografias, tem ocupado uma parte substancial deste último capítulo, como forma de aceder às modalidades de inserção social no retorno. Valorizámos, então, o elemento processual das lógicas migratórias, depois de, numa outra perspectiva, termos esboçado as configurações estruturantes em que se inserem.

Recuperando toda a espécie de documentos referenciáveis a cada ex-emigrante (numa prática heurística que não tem fim), aproximamo-nos dos seus gestos e das suas vivências, do seu sentir, valorizando o campo das decisões pessoais e da interacção.

---

<sup>178</sup> Faustino Xavier de Novais, poeta e dinamizador de publicações literárias (O Bardo, 1852-54), amigo de Camilo, é um exemplo da transposição de intelectuais para o Brasil, aonde tudo fez, de resto, para a aproximação cultural luso-brasileira. Parte em 1858, dando como profissão para o passaporte "empregado no Banco Comercial". Em 1860, chegava a notícia da abertura do seu estabelecimento no Rio de Janeiro, rua Direita, nº 66, "aonde se encontram todos os objectos que dizem respeito a um optimo e serio escriptorio". Cf. "Brazil", *C.P.*, de 1 de Junho de 1860. A casa terá pouco sucesso, aparecendo mais tarde como redactor dos relatórios da Câmara de Comércio, e a colaborar em diversas publicações, depois de ter falhado mais uma experiência com o "Futuro", aonde colaboraram escritores portugueses por sua solicitação, nomeadamente Camilo e Ana Plácido. Cf. GALVÃO, José, "Ainda a Figura e Obra de Faustino Xavier de Novais", *O Tripeiro*, Série Nova, Ano IX, nº 9, Setembro de 1990, pp. 277-282.

<sup>179</sup> O jornal *O Comércio do Porto* colaborou activamente nesta campanha, dando conta de todos os passos do movimento e publicando listas de subscritores, ao longo de 1862 e 1863. Cf., especialmente, o artigo "Subscrição no Brazil para os asylos", *C.P.*, de 22 de Setembro de 1862.

<sup>180</sup> Cf. "Subscrição do Brazil para os inundados", *C.P.*, de 24 de Novembro de 1881. Em 1877, perante as notícias de grande seca no Ceará, com múltiplas mortes à fome, entre elas muitos emigrantes, forma-se no Porto, quando era presidente da Associação Comercial o "brasileiro" Conde de Silva Monteiro, uma comissão a que este preside, que organiza subscrições e saraus, remetendo para o Brasil cerca de 21 contos brasileiros. Entre os diversos artigos a este respeito, cf. o relatório final, in "Socorros para o Ceará", *C.P.*, de 16 de Dezembro de 1877.

Concedemos, assim, espaço ao emigrante enquanto sujeito histórico, procurando delinear a dimensão do vivido através da reconstituição dos seus percursos ou trajectórias individuais. O esforço de recolha produziu, no entanto, resultados variáveis: nuns casos, o esboço biográfico limita-se a uma pequena informação de identificação, noutros casos alarga-se a milhares de páginas de documentação variada, que implicam uma minuciosa e criteriosa selecção. Entre o pequeno e ocasional "flash" e a biografia mais estruturada, com uma soma de pormenores que permita atribuir um sentido biográfico, naturalmente a maioria da informação aponta para o primeiro caso. Claro que a multiplicação de trajectórias pormenorizadas permitiria alicerçar de forma mais profunda a investigação em que estamos empenhados. Mas o processo de recolha será sempre um combóio em andamento, muito longe do terminal, com sucessivas entradas de informação para as numerosas carruagens.

Se nas páginas anteriores utilizamos as informações biográficas em função da colocação de alguns problemas, vamos agora, ainda que sucintamente, delinear algumas trajectórias, de modo a percebermos o fio de vida de alguns "brasileiros". Seleccionamos três biografias do painel prosopográfico de que dispomos, partindo do princípio de que representam situações diversificadas nos tipos sociais e nas conjunturas em que se situam.

#### 6.4.1 - Conde de Ferreira

Brasileiro, barão, benemérito, Joaquim Ferreira dos Santos (1782-1866) cumpriu as etapas do imaginário popular da emigração, desenvolvendo uma trajectória de ascensão social que gerou admiração e perplexidade ao tempo. Mas o passado algo nebuloso, a volumosa riqueza e a adesão entusiástica ao cabralismo, que ajudou a implantar, foram uma contínua fonte de polémica, que vinha ao de cima sempre que Costa Cabral fazia despachar mais um título para lhe atribuir, facto que aconteceu por três vezes. Era, então, posto em causa o seu percurso anterior, com incidência no tráfico negreiro, na sua proverbial queda para o negócio que raramente o deixava a perder qualquer que fosse o contrato em que entrasse, e colocavam-se dúvidas sobre a proclamada adesão entusiástica à causa constitucional, com base no facto de, no retorno, ter desembarcado em Lisboa, durante o cerco do Porto<sup>181</sup>. À hora da morte, Joaquim Ferreira dos Santos, depois das lembranças aos amigos, deixou uma riqueza enorme para obras de caridade, com destaque para a criação de escolas e a criação do enorme hospital

---

<sup>181</sup> Cf., por exemplo, o jornal "O Patriota" de 27 de Julho e 15 de Setembro de 1843.

de alienados que tem o seu nome. À crítica e ao sarcasmo na imprensa sucedeu a hagiografia. Assim, o Conde de Ferreira, um "brasileiro" dos tempos coloniais e dos primeiros anos do Império, transformou-se num caso paradigmático a vários níveis, cuja trajectória importa referenciar, ainda que muito brevemente<sup>182</sup>.

A condição familiar de partida de Joaquim Ferreira dos Santos é uma ilustração típica dos mecanismos de reprodução social no Noroeste português e dos seus dispositivos de distribuição ocupacional. Nascido a 4 de outubro de 1782, é o quinto filho de um casal de lavradores de Campanhã, então couto exterior à cidade. Se o filho mais velho assume o património da família, o segundo destinou-se a padre, função que também lhe estava reservada, mas da qual abdicou para seguir a carreira comercial. Caixeiro no Porto, em casa de familiares, parte com carta de recomendação para o Rio de Janeiro, por volta de 1800. Desde cedo ascendeu a negociante estabelecido, para o que contribuía as consignações que o parente do Porto (Carneiro Galdes) lhe enviava. Esta linha de comércio mantê-la-á sempre, distribuindo os produtos recebidos, procedendo às carregações de volta, num processo em que se cobravam mutuamente comissões que oscilavam entre os 4 a 6%. Acrescentará ainda outros correspondentes, especialmente em Lisboa. Para o Brasil, segue daqui vinho, sal, chapéus, utensílios de ferro e adornos; do Brasil envia açúcar, aguardente, couros e pequenas quantidades de café e arroz.

Joaquim tornou-se, assim, num elo mais dessa vasta rede comercial de predominância alimentar que unia Portugal ao Brasil. Mas não ficou por aí. Inserido numa economia de plantações, com ramificações e solicitações muito diversas, participará também do tráfico de escravos, transformando-se num elemento de rotação desses dois produtos que faziam o "grosso trato" de então, na costa brasileira: fornecer escravos aos senhores de engenho e receber as suas produções de açúcar. Isto implicou o seu direccionamento para África, activando os mecanismos da consignação neste sentido, estabelecendo aí a sua rede de correspondentes. Chitas, ferragens, aguardente, pólvora, espingardas e diversas miudezas são os produtos que envia; de lá recebe escravos. Entre

---

<sup>182</sup> A frequência dos arquivos permitiu-nos encontrar e identificar um núcleo de livros comerciais do biografado, disseminados por entre outros que em nada se relacionavam, num depósito do Arquivo do Hospital Geral de S. António, graças à disponibilidade da respectiva bibliotecária, D. Maria José, a quem agradecemos. Tratava-se, no entanto, de um fundo residual, dadas as lacunas existentes e a percepção de que haveria muito mais, dadas as referências inscritas nos livros achados. De qualquer modo foi a ponta da meada que nos tem levado a constituir um "dossier" volumoso, desde os registos paroquiais, testamentos e documentação impressa, que nos permitirá esboçar uma biografia de maior fôlego, processo já em desenvolvimento. Neste sentido, não podemos deixar de agradecer também ao sr. José Ferreira dos Santos, sobrinho-trineto do Conde de Ferreira, as informações e papelada que nos disponibilizou para consulta. Numa primeira abordagem, cf. ALVES, Jorge Fernandes, "Percurso de um brasileiro do Porto - o Conde de Ferreira", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. IX, Porto, 1992, pp. 199-213.

1816-1828 transaccionou, pelo menos, 10714 escravos. Destes 5518 foram por consignação, tendo atingido a verba total de 876673\$662, e os restantes 4196 foram por sua conta e risco (alguns em sociedade), tendo atingido como produto bruto de venda 584886\$781. Para estabelecer este comércio ele próprio se dirigiu à costa de África, tendo desembarcado em Molembo e depois em Cabinda, na altura em que os navios ingleses estabeleciam fiscalização para reprimir o tráfico, pelo que a sua acção foi tomada como uma heroicidade entre os traficantes da época e valeu-lhe o hábito de Cristo doado por D. João VI. Depois de repetir a viagem por mais duas vezes, fixou-se em terra, mas fazia circular a sua embarcação e participava na carregação de outras. Do Rio negociava para uma vasta área, cumprindo as regras do comércio triangular: Portugal, Brasil, África. No Brasil tinha clientes espalhados por todo o Império, desde o Norte até S. Paulo, embora o seu comércio fosse mais intenso num raio de 50 léguas ao redor do Rio de Janeiro. Entra ainda como accionista de várias companhias de seguros, e transfere fundos para Inglaterra, através da casa Finnie, a qual lhe gere as aplicações em títulos de dívida pública estrangeira (França, Bélgica, Rússia, Espanha). As suas ligações comerciais e a tradicional insolvência de muitos senhores de engenho transformaram-no ainda em proprietário fundiário, em que algumas fazendas lhe davam prejuízo e procurava logo vendê-las, mas outras lhe asseguravam o acesso simbólico à terra, num verniz aristocrático. Por isso procurou conservar e construir casa numa delas - a Caxoeira, que, por 1844, tinha 185 escravos, com engenho, plantação de cana, arroz e mandioca. Casas de arrendamento em vários locais do Rio completavam o leque de investimentos.

Perfeitamente integrado económica e socialmente, bem relacionado na Corte, comendador de Cristo por decisão de D. Pedro, por uma doação de 12 contos para o exército liberal, vai retornar ao Reino em 1832, deixando a casa comercial entregue ao antigo caixeiro para liquidação de cobranças. Este retorno súbito vem na sequência de uma consignação de escravos, que entretanto se tornou momentaneamente ilegal, face ao tratado de 23.11.1826 entre o Brasil e a Inglaterra, o qual determinava a proibição do tráfico a partir de 13 de Março de 1830 (embora este tratado não tenha tido ratificação parlamentar posteriormente, ficando sem efeito). Apesar de se declarar inocente e afirmar ter recusado a remessa, teve problemas judiciais que lhe custaram 20 contos de réis e uma campanha de hostilidade em alguma imprensa afecta à causa abolicionista, que o levou a tomar ares na Europa, para descompressão, esperando pela acalmia.

Nunca mais voltará ao Brasil, apesar de anunciar a sua ida para breve aos amigos com quem se correspondia. Após a guerra civil, vai fixar-se no Porto (rua das Flores) e daqui anima um pequeno negócio. Mantém em funcionamento com o Brasil o seu brigue

"Activo", e participa activamente, como já referimos noutra local deste estudo, na organização e defesa dos interesses da comunidade comercial brasileira. Aqui vai comprar um grande número de pipas de vinho do Porto, nos anos 40, face à crise então vivida na exportação, onde aplicou cerca de 300 contos de réis, acto que lhe valeu elogios por ter contribuído para a diminuição dos problemas dos produtores, e críticas por ter comprado a baixo preço à espera de especular. Torna-se, então, em modesto exportador de vinho do Porto para Inglaterra, com pouco sucesso, pois a maioria deste e de outro vinho adquirido acabará por cedê-lo a negociantes tradicionais mais tarde. Participa ainda como um dos mais importantes accionistas na organização do Banco Comercial do Porto e disputa a respectiva presidência que perdeu por escassos votos.

Mas será a sua ligação à política que o catapultará para a nobilitação e para o estatuto de homem público. Com muitos dos comerciantes que integravam a Associação Comercial do Porto, participou activamente na revolta de 27 de Janeiro de 1842 que restaurou a Carta Constitucional, liderada por Costa Cabral a partir do Porto. Para o que desse e viesse, era o Presidente da Comissão do Tesouro, colaborando com a Junta Provisória, tendo como função arrecadar os fundos necessários à manutenção da tropa e outras despesas. A sua ligação a Costa Cabral é tal que chega a solicitar contribuições para uma subsídio pessoal àquele, já depois de garantido o êxito da revolta. Na fornada de Pares com que Costa Cabral vai introduzir na respectiva Câmara os seus apaniguados, lá estará Joaquim Ferreira dos Santos, ainda que para isso tivesse de correr na véspera da nomeação à Câmara Municipal do Porto a fazer a sua opção pela nacionalidade portuguesa. Facto este que lhe custou dissabores e achincalhamento nas Cortes, pouco interessada em patrocinar a ascensão dos cabralistas e para isso lançando mão de todos os pretextos<sup>183</sup>. Depois é a corrida aos títulos, em sincronia com os momentos de afirmação cabralista: barão (7.10.1842), visconde (21.6.1843), conde (6.8.1850). Deixa, por altura dos primeiros títulos, os seus negócios, por alegada incompatibilidade.

É, assim, pela via política que integrará a "confederação agiótica" do cabralismo, como diziam os detractores, referindo-se ao grupo que celebrava todos os contratos com o governo da altura (J.M. Eugénio de Almeida, M.G.S. Romão, Carlos Morato Roma, Tomás Bessone e poucos mais). Entra com os seus capitais para as diversas iniciativas: Companhia Confiança Nacional, contrato do Tabaco, Sabão e Pólvora, Companhia dos Canais de Azambuja, Companhia das Obras Públicas, Companhia do Gás Lisbonense. Por isso, com as agitações populares de 1846-48, de feição anti-cabralista, apanha um grande susto, vivendo quase seis meses de reclusão na sua casa do Bonfim e ficando

---

<sup>183</sup> Cf. *Diário da Câmara dos Pares*, diversos nºs de Maio de 1842.

eternamente grato ao comandante da Guarda Municipal, comandante Mosqueira, a quem vai deixar um choruda lembrança no seu testamento. Apesar de ser titulado Conde em 1850, a sua actividade vai então diminuir, até porque já se encontrava envelhecido, mas, sobretudo, porque os tempos são outros. Não conseguirá sequer ler na Câmara o discurso que preparou contra a conversão da dívida pública interna por Fontes Pereira de Melo, com a consolidação do juro a 3%, o que considerava indigno face à subserviência para com os credores externos<sup>184</sup>. Passará agora o seu tempo pacatamente, correndo diariamente à Bolsa, num hábito que o levava principalmente a conversar com os amigos e a não perder o ambiente negocial.

Quando falece a 24 de Março de 1866, com 84 anos, e se torna público o seu testamento, a figura do velho Conde torna-se, então, popular, sendo consagrado como benemérito nacional. Se antes não fora avaro para as confrarias, hospitais, creches, asilos, com pequenas quantias, agora surpreende a Nação e vinga-se das humilhações sofridas, evidenciando uma filantropia cujo nível económico nunca fora antes atingido. Com pequenas e grandes lembranças a parentes, inúmeros afilhados e amigos (não esquecendo o íntimo e compadre Costa Cabral, que recebeu uma vultuosa quantia - 30 contos, tal como sua filha - 60 contos), vai recordar-se de quase todas as instituições de caridade e de saúde do Porto e algumas do Brasil. Mas, sobretudo, *"convencido de que a instrução publica é um elemento essencial para o bem da sociedade, quero que meus testamenteiros mandem construir e mobilar cento e vinte casas para escolas primarias de ambos os sexos nas terras que forem cabeças de concelho, sendo todas por uma mesma planta, e com accomodação para vivenda do professor, não excedendo o custo de cada casa e mobilia a quantia de 1200\$000 reis; e prompta que esteja cada casa, será a mesma entregue á junta de parochia em que for construida; mas não mandarão construir mais de duas casas em cada cabeça do concelho, e preferirão aquellas terras que bem entenderem"* <sup>185</sup>. Nasceram assim as escolas "Conde de Ferreira" com uma arquitectura característica, muitas das quais ainda hoje funcionam. Com o remanescente da sua fortuna que terá oscilado no total à volta dos 1500 contos mandou ainda construir e dotar o Hospital de Alienados, a que depois foi dado também o seu nome, uma instituição modelar ao seu tempo.

---

<sup>184</sup> Ver a transcrição do discurso que existe encaixilhado na casa da família e transcrito por SILVA, Fernando J. Moreira, "Discurso que o par do reino Conde de Ferreira pretendia fazer na sessão da Câmara dos Pares de 1856, a qual não teve lugar, por circunstâncias que ocorreram", *O Tripeiro*, Série Nova, Ano VIII, nº 4, Abril, 1989, pp. 120-123.

<sup>185</sup> Segundo o seu testamento, transcrito in RIBEIRO, Domingos d' Almeida, *Noticia das Irregularidades da Execução do testamento do Benemerito Snr. Conde de Ferreira*, Porto, Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1884. Para mais pormenores sobre a forma como o estado se associou a este legado, ver o subcapítulo "6.3.3 - Filantropia - escolas", neste estudo, algumas páginas atrás.

Segundo o inventário judicial, os bens contabilizados para este efeito foram os seguintes:

- casa de residência no Bonfim, avaliada em 9,5 contos;
- 3 cavalos alazões e palha, 613\$000;
- Objectos de ouro e prata, em 2730\$545;
- Dinheiro e notas de Banco, 13767\$280;
- 113 acções do Banco Comercial de valor nominal de 200\$ cada;
- 5 acções do Banco União de valor nominal de 500\$ cada;
- 23 acções do Banco União de valor nominal de 100\$ cada
- 20 acções da Caixa de Crédito e S.M. da A.I.P de valor nominal de 10\$ cada;
- 80 acções do Banco de Portugal de valor nominal de 500\$ cada;
- Fundos Espanhóis (na casa do correspondente, em Londres), no valor total de 258452\$;
- 1 acção do Teatro de S. João, de valor nominal 100\$;
- 2 declarações de dívida no valor de 30.350\$892;
- 84 letras no valor de 982 contos, a somar aos respectivos juros.

Uma fortuna imensa para a época, sendo impressionante o número de dívidas particulares que o inventário regista, muitas delas de conhecidos negociantes da cidade<sup>186</sup>. A polémica com a cobrança da herança arrastou-se por largos anos, pois havia a cobrança judicial de algumas dívidas, a que se juntaram os problemas da gestão dos fundos existentes, da oportunidade de venda dos títulos e acções, transformando-se as posições diversas num autêntico folhetim que além de publicações sobre o caso, chegou a proporcionar "meetings" onde o caso foi debatido publicamente, dada a demora que se verificou na construção do Hospital, na altura considerado um estabelecimento fundamental para a Cidade.

#### 6.4.2 - O comendador de Mantelões

O percurso migratório de Miguel Dantas Gonçalves Pereira (nascido em 1836- falecido em 1905) é paradigmático a vários níveis. Ele representa o provinciano que parte duma aldeia do Alto Minho para o Porto, cumpre a etapa do caixeirato e ruma depois ao Brasil. De caixeiro rapidamente sobe a sócio dum estabelecimento de comércio, sem esquecer os episódios de dificuldades iniciais por despedimento da primeira firma, facto

---

<sup>186</sup> A.D.P., Secção Judicial - S. João Novo, Processo n° 184.

que o obriga a vender cautelas pelas ruas. Enriquecido, retorna e fixa-se de novo no Porto, por 1870, participando da euforia económica que, por essa altura, se viveu ao redor da Associação Comercial. Dedicar-se, então, a empresas de transporte ferroviário e marítimo, com pouco sucesso. A política foi o passo seguinte, conjugando a vida autárquica com a parlamentar até ao resto da vida, o que o levou, a partir daí, a uma pendularidade residencial, entre Paredes de Coura e Lisboa. Estátua e nomes de rua lembram-lhe, ainda hoje, o nome na terra natal e concelhos vizinhos.

Natural de Formariz (Paredes de Coura), era um dos filhos de um boticário que frequentemente ocupava lugares administrativos, por indicação do "influyente" local, ao serviço do cartismo primeiro, da regeneração depois. Após as primeiras letras, a decisão paterna e a rede familiar levaram-no a caixear no Porto, na casa da rua das Flores, nº 323, de um seu parente, Manuel Inácio Pereira da Silva, onde ingressa com 10 anos (a 2 de Abril de 1846). Aí fica quase cinco anos e, a 3 de Junho de 1851, encontram-lo a tirar passaporte (nº 2386) no Governo Civil do Porto, partindo na barca "Amélia", com 14 anos e a ajuda de um tio comerciante ali estabelecido<sup>187</sup> que o terá recomendado e/ou financiado.

No Rio de Janeiro, após várias experiências, entra em 1858 para uma loja de miudezas e armarinho, da rua da Quitanda, de que era proprietário Casimiro Ferreira Coelho. Dois anos depois é sócio da firma, a qual passa a adoptar a razão "Coelho & Pereira" (16 de Fevereiro de 1860). Estabelecido, casa-se no mês seguinte, com uma brasileira que lhe traz dez contos de réis de dote e lhe dará a única filha. Dois anos depois (22 de Maio de 1862), o sócio retira-se, o que implica o fim legal da sociedade e a formação de outra, para substituição da razão social, continuando na mesma linha de negócio.

Vale a pena determo-nos neste acto de sociedade (de cuja cópia dispomos), para apreendermos o sentido mais profundo destes processos tão apregoados de passagem das casas comerciais de portugueses radicados no Brasil aos seus caixeiros. Assim, com o acto de dissolução da "Coelho & Pereira", Casimiro Coelho, segundo o balanço, tinha direito à quantia de 194 contos, fazendo um abatimento de 44, pelo que recebia apenas 150 contos<sup>188</sup>. Esta verba seria paga em letras de 5 contos, a vencer uma no final de cada mês, a partir de Agosto de 1862. Na nova sociedade entravam, ao que tudo indica, outros caixeiros: Januário Bento Gonçalves Pereira<sup>189</sup>, irmão de Miguel, e João Mendes Araújo.

---

<sup>187</sup> Trata-se de Severino José Gonçalves Pereira, comerciante matriculado, estabelecido na rua de Santa Catarina, nº 101.

<sup>188</sup> Arredondámos aqui os números das verbas, em réis no original (moeda brasileira)

<sup>189</sup> Que emigrara um ano antes de Miguel (passaporte obtido a 14.11.1850), com 16 anos.

Miguel entrava com 132 contos, representado pelos valores (mercadorias, títulos, dívidas) do balanço de 1861, já que a cessão da firma ficava a seu favor; seu irmão Januário entrava com 18 contos, e João Mendes apenas "*com a sua industria*". Na partilha dos interesses, depois de deduzido o capital, cabia ao Miguel 50% , e aos dois outros sócios 25%; mas a partir do terceiro ano de actividade, os lucros seriam repartidos igualmente pelos três. Miguel tinha direito a retirar anualmente até 6 contos, Januário 2 e João Mendes 1600\$000. A gerência, a caixa e a representação da firma cabiam exclusivamente ao Miguel. A duração da firma estava prevista apenas para quatro anos, findos os quais passaria para o sócio que propusesse a maior oferta. Surge-nos, deste modo, a sociedade, sobretudo, como forma de dar estabilidade e continuidade à firma, quer assegurando a mão-de-obra necessária pela comunhão de interesses, quer prevenindo a eventual retirada do sócio maioritário e a garantia dos seus interesses através da persistência do negócio como forma de permitir as retiradas de capital a que teria direito.

Algures entre 1865 e 1870, por ocasião da guerra do Brasil com o Paraguai, Miguel Dantas tem a sua grande oportunidade, empregando 600 contos levantados na praça, em aplicações algo estranhas. Segundo as palavras de um biógrafo, que com ele conviveu, o negócio "*consistiu em fazer um sortimento de libras esterlinas e vendê-las depois aos paraguaios, que se debatiam com a falta de numerário; realizou esse negócio, auferindo lucros espantosos, que formaram a reserva basilar dos seus fartos cabedais.*"

190

Rico, começa as benemerências tradicionais: dádivas à Sociedade Portuguesa de Beneficência<sup>191</sup> , à Caixa de Socorros D. Pedro V (1866), além de diversas irmandades, recebendo os diplomas de benemérito e preparando-se para a comenda de Cristo que vem a caminho (1869). Depois de uma viagem a diversos países da Europa (1865), e de ter enviuvado (1866), o novo comendador decide partir para Portugal, mantendo alguns investimentos que lhe rendiam cerca de 100\$000 diários.

Com 34 anos, fixa-se na rua de Cedofeita (nº 363), em palacete mandado construir por si, e integra-se no meio comercial e social. Pouco depois (em 1872), já o

---

<sup>190</sup> Cf. LEMOS, Júlio, *Biografia de Miguel Dantas Gonçalves Pereira*, Viana, 1949, p. 14. Aquilino Ribeiro, que conhecia a história da família por dentro, pois nela se inserira (casou com um neta), embora em diferido, diz-nos : "*Tempos andados era caixeiro de armarinho na rua da Quitanda; um lustro depois, sócio do patrão; dali em fora, sucessivamente, foi corretor de pedras finas; comerciante por atacado para o sertão; banqueiro. Em guerra com o Paraguai , o Brasil um dia careceu de lançar um empréstimo. Encarregaram Miguel Dantas da operação. Duma hora para a outra, ficou milionário*". Romance! Cf. RIBEIRO, Aquilino, *A Casa Grande de Romarigães*, Lisboa, Bertrand, 1957, p. 430.

<sup>191</sup> Assumiu todas as despesas das dietas dos doentes e comedorias do empregados do Hospital durante o mês de Janeiro de 1865.

encontramos como militante do partido regenerador, como director da Assembleia Portuense, clube social da Praça da Trindade, e logo a seguir ei-lo em plena vaga accionista, jogando e decidindo como director na companhia Progresso Marítimo do Porto e no Caminho de Ferro do Porto à Póvoa de Varzim. A primeira, guiada pelo entusiasmo de C. Kendall, foi uma jogada infeliz, dado o arrastar de prejuízos que provocou, numa sucessão de incapacidades e azares, até à liquidação com a venda dos vapores, processo que trouxe grandes prejuízos aos accionistas. A segunda, de que será director de 1874-78, constituiu um novidade por ser a primeira empresa privada portuguesa a abrir uma linha férrea por sua conta e risco, depois de comprada a respectiva concessão a Ellicot e Kessler, mas também não lhe trouxe grandes lucros. É por sua mão que Oliveira Martins ali vai dirigir as obras, com outros engenheiros espanhóis que cá se refugiaram da guerra carlista. Segundo um observador da construção, Miguel Dantas *"foi incansavel para fazer esta linha ferrea com toda a economia. Era elle mesmo que andava correndo todos os predios por onde a mesma estava traçada, justando o terreno com os proprietarios, sempre por um preço modico em comparação do que se tinha pago pelo governo por ocasião da construção da estrada do porto a Vila do Conde; e quando elles não queriam ceder promovia-lhes questão [...] e quase sempre ficava decidido a seu favor."*<sup>192</sup>

Mas o final da década vai ser de mudança de rumo. A política, a que dedicava parte do seu tempo, tentando reorganizar o partido regenerador com outros "brasileiros" (Alves Machado, Silva Monteiro), trouxe-lhe derrotas locais. Se a isso somarmos o insucesso da "Progresso Marítimo" e os poucos resultados económicos da linha da Póvoa, mais o incêndio de um palacete que estava a construir em Gonçalo Cristóvão, temos de aceitar que são azares de mais para quem acaba de casar de novo (1876). Para este lance foi buscar a sua prima e filha do tio Severino, seu antigo protector na ida para o Brasil<sup>193</sup>. É neste contexto que regressa à terra natal e vai aceitar a proposta para ser por ali candidato regenerador a deputado em 1878. Com raras intermitências, será o representante legislativo do círculo de Caminha e Cerveira até ao final do século. O Porto perde um brasileiro, que vende mesmo a sua casa de Cedofeita a um outro (em 1883), também já referenciado neste trabalho - o Visconde de Barreiros.

<sup>192</sup> AZEVEDO, Pe. Joaquim Antunes, ob. cit., 2º caderno, p. 104.

<sup>193</sup> Quatro meses antes de casar pela segunda vez, fez testamento, revertendo quase tudo para a filha única Elzira, com lembranças a familiares e amigos de Portugal e Brasil. Atribuíam-lhes, sobretudo, rendimentos de títulos de dívida pública portuguesa, não esquecendo pequenas esmolas aos mais diversos institutos de caridade. Sublinhe-se o facto de não dar alforria à escrava que detinha no Brasil, na sua casa do Catete, transmitindo-a à cunhada Bernardina que lá vivia. Por curiosidade, refira-se que, como testemunha do seu testamento, registado num cartório de Miragaia, figurava o seu colaborador e amigo Joaquim Pedro de Oliveira Martins.

A partir de agora, o seu tempo vai ser repartido entre Paredes de Coura e Lisboa<sup>194</sup>, tanto mais que, a partir de 1882, vai ser o presidente da Câmara courense, cargo que exerce até 1895. Aí, no lugar da casa paterna aonde nascera (em Mantelães), constrói, finalmente, o seu palacete, arredondando a propriedade, adquirindo outros em volta, cercando-a com um pesado muro de cerca de dois metros. Ergue um enorme edifício, incluindo capela anexa, que pinta de ocre amarelo, cobrindo a frontaria de azulejo, pintando as numerosas e amplas janelas de verde e encimando-o com as tradicionais estátuas alegóricas das virtudes morais e um medalhão ogival, no centro, em pedra lavrada, com as iniciais do seu nome em alto relevo<sup>195</sup>. Um pesado portão de ferro rendilhado antecipa a escadaria de entrada. À esquerda, jardim com repuxo, à direita bosque com árvores exóticas, a ocultar um enorme pombal acastelado. Mais além, numa imitação estrutural da "casa-grande" brasileira, vai construir o edifício da cocheira e habitação para o feitor. O resto do espaço dedica-o a fieiras de latadas para a produção de vinho verde, embora o local não o aconselhasse, dada a humidade existente. Mas era preciso encher os enormes tonéis que ocupavam a grande adega, abrindo de espanto a boca dos minúsculos lavradores da região, dando um sentido de produção organizada e virada para o mercado a uma cultura tradicional.

O industrialismo não estava esquecido. Cem metros em frente ao palacete, na outra margem do rio fronteiro que dá o tom paradisíaco à paisagem, estabelece uma fábrica de lacticínios, a qual começou a funcionar provisoriamente a 8 de Maio de 1891 e em instalações de raiz a 17 de Fevereiro de 1892. Fábrica de pequena dimensão, mas equipada com aparelhagem moderna, incluindo máquina a vapor, para cuja direcção técnica mandou vir um especialista francês. A breve trecho a actividade da fábrica estava *"consustanciada com a vida doméstica e económica da população regional. O seu desaparecimento acarretaria penosas dificuldades ao movimento comercial e económico desta localidade, pois muitas famílias trazem pautada a sua administração pelas receitas que auferem da fábrica, com a venda do leite"* <sup>196</sup>. A manteiga de Mantelães foi colocada no mercado e tornou-se um produto apreciado no País.

---

<sup>194</sup> É por essa altura que casa a filha Elzira com um prometedor quadro do partido regenerador, Bernardino Machado, natural do Rio de Janeiro, filho de outro seu amigo, colega na praça comercial do Rio e correligionário, o Barão de Joane. Talvez por influência do genro, que depois aderiu à República, com sucesso, tenha Miguel Dantas recusado o título nobiliárquico com que o queriam enfeitar no tempo de D. Carlos.

<sup>195</sup> O palacete, que viria a servir de residência de férias de Bernardino Machado, e que, na fase final da sua vida, lhe serviu para o exílio interno que lhe foi imposto pelo Estado Novo, foi, no final dos anos 60, arrematado em praça por um "americano", ou seja, um outro "ex-emigrante". O alto-relevo do medalhão foi substituído por um mármore funéreo, com a identificação do novo proprietário, e o ocre amarelo deu lugar ao azul plástico.

<sup>196</sup> CUNHA, Narcizo Alves C., *No Alto Minho - Paredes de Coura*, 2ª edição, P. de Coura, 1979, p. 244-

Ainda em 1891, vai tomar uma iniciativa carregada de simbolismo, ao arrematar, em execução pública por dívidas, o solar de um aristocrata e cacique local em decadência - a quinta do Amparo, em Romarigães, um solar de origem seiscentista<sup>197</sup>, desempenhando esse papel de substituição social de que falava Ricardo Jorge. Evidenciava, assim, por diversas formas, ao meio rural de origem as potencialidades de ascensão que a emigração lhe proporcionara.

Como político não se afirmará pelo brilhantismo das suas intervenções<sup>198</sup>, reconhecendo-se, contudo, a sua natureza intrínseca de "influyente", arrancando teimosamente junto dos ministérios a dotação de verbas para os mais diversos melhoramentos dos concelhos do seu círculo (Caminha, Valença), e, em especial, para aquele que chefiava autarquicamente (Paredes de Coura). Neste sentido, no seu mandato municipal (que conservou em paralelo com o de deputado), fez de um espaço rural que estava a monte uma vila: comprou terrenos a particulares para arruamentos, urbanizou, construiu os edifícios públicos (paços do concelho<sup>199</sup>, cadeia), organizou as feiras e o jardim, arborizou, construiu escolas primárias, promoveu a organização da Misericórdia e a construção do hospital. Em 1900 subiu a Par do Reino, tomando assento na respectiva Câmara. Em 1904 perdeu uma nova tentativa para conquistar a municipalidade courense, pela oposição conjugada de franquistas e progressistas, sintoma de uma nova geração política a levantar-se. Da apoplexia que então sentiu não terá recuperado inteiramente. No ano seguinte, em Lisboa, caiu fulminado por uma *angina pectoris* e foi repousar eternamente no seu jazigo de família com capela, o primeiro a ser construído no cemitério da terra, onde a pouco e pouco se reuniu com familiares e os seus mais fiéis amigos. As homenagens populares vieram depois da sua morte.

#### 6.4.3 - O tio brasileiro

Poucas serão as pessoas do Noroeste português que não tenham um antepassado mais ou menos próximo com ligações ao Brasil, quer estas se tenham traduzido ou não em sucesso económico. A intensidade migratória foi tal que, rebuscando nas arcas genealógicas, sempre aparece alguém já esquecido. De vez em quando surge mesmo um

---

245 (edição original de 1909).

<sup>197</sup> Aquilino interpreta a compra como vingança pessoal, por, em criança, ter assistido a uma violência sobre seu pai (então administrador do concelho) e um criado, por parte do aristocrata (ob. cit., pp. 424-439). De qualquer modo, a casa coube em herança à esposa de Aquilino, que a recuperou e nela se inspirou para uma das suas melhores obras.

<sup>198</sup> Basta observar os diários legislativos. Veja-se ainda uma elucidativa "farpa" de Ramalho a seu respeito. Cf. ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas*, Tomo IV, Lisboa, Clássica Editora, 1989, p.155

<sup>199</sup> Segundo planta de Oliveira Martins, numa actividade pouco conhecida do escritor pelo grande público.

inesperado encontro com um ignoto primo brasileiro. José Régio deu forma literária à convivência fantasmática com o seu tio-avô "brasileiro", que não conheceu, mas cuja sombra tutelar paira ainda sobre *A Velha Casa*, que fora também do velho tio. Para a juventude curiosa que a habitava, este é um enigma: como conseguiu a riqueza? verdade que era da maçonaria e através dela se fez rico? era religioso e rigorista sob o ponto de vista moral? confirmava-se o sussurrado filho ilegítimo? Mistérios de romance que convém não desvendar<sup>200</sup>.

Para os nossos objectivos mais prosaicos<sup>201</sup>, José Maria Pereira é um emigrante de Vila do Conde que retorna no final de uma vida comercial, para descansar e morrer junto dos familiares, sem objectivos de participação política visíveis, nem grande vontade para benemerências. Seria o outro tipo de brasileiro, já antes anunciado por Ramalho Ortigão, quando caricaturava o "brasileiro" tradicional, a quem a pátria explorava e de quem se ria, perante o novo exemplo do que, "*sem pedras e sem papagaios, posto que com fortuna*", não pagando e resignando a comenda, "*vai chegar - para se rir*"<sup>202</sup> ?

O caso do José, o seu ascendente sobre os familiares, os seus comportamentos para com os pais, o facto de os seus bens reverterem para a família, explica-se, em grande medida, pelo quadro familiar de origem. José era o filho varão, a quem por tradição cabia a protecção da casa na ausência dos pais. Derivava de uma família que era um caso raro de fecundidade: 14 filhos, dos quais 11 chegaram à idade adulta e morreram de idade avançada (ver Diagrama)<sup>203</sup>. Os dois filhos rapazes anteriores a José tinham morrido muito cedo: o João com o garrotilho aos 26 meses e um primeiro José, aos 21 meses, com "moléstia" desconhecida. À volta do novo José cirandavam 7 irmãs, umas mais velhas, outras mais novas do que ele. Os restantes 4 rapazes sobreviventes só apareceram a partir do 11º nascimento. Quando José embarca para o Brasil, em 1844, já as irmãs mais velhas estavam casadoiras, e o outro rapaz mais idoso tinha apenas 7 anos.

<sup>200</sup> Cf. de RÉGIO, José, *A Velha Casa - II - As raízes do Futuro*, Porto, Editora Educação Nacional, 1947, pp. Idem, *Confissão de um Homem Religioso*, Porto, Brasília Editora, 1971, pp. 23-60. Sobre este aspecto, ver também PEREIRA, João Reis, "José Régio - Amar as flores e ser jardineiro foi também fado", *Vila do Conde - Boletim Cultural*, Nova série, nº 9, Vila do Conde, C. Municipal, 1990, pp. 7-14.

<sup>201</sup> Esta biografia tem por base documentação particular, constituída por uma agenda de lembranças para o ano de 1890, um livro de registo de operações financeiras entre 1883-1904 e alguns papéis avulsos, além da citada em rodapé. Ao dr. João Maria dos Reis Pereira, sobrinho-neto do biografado, que nos disponibilizou a documentação e ao sr. Monteiro dos Santos, pelas informações e mediação o nosso reconhecimento.

<sup>202</sup> Cf. ORTIGÃO, Ramalho, "Os comendadores e os cães de faiança", *As Farpas - XV, 1876-1882*, Lisboa, Clássica Editora, 1993, p. 203.

<sup>203</sup> Confrontando este caso com o que se passava no domínio da fecundidade em Bougado, observamos que a proporção de famílias com 14 filhos era apenas de 3%. Aí, em 599 famílias apenas duas se encontravam nesta situação, entre os anos 1680-1829. Cf. ALVES, Jorge Fernandes, "Fecundidade Natural no Vale do Ave - O exemplo de Bougado (1680-1849)", *Revista da Faculdade de Letras - História*, II série, vol. VI, Porto, 1989, pp. 287-309.

Que outra atitude mais sensata para a época poderia o pai, alquilador e carpinteiro<sup>204</sup>, tomar, senão aquela que era comum fazer-se : enviar o filho para o Brasil, na esperança de ajuda posterior que lhe ajudasse a compensar as enormes despesas de 12 bocas para alimentar, fora as do casal ?

José terá sido "imposto" , como então se dizia, para o Brasil na esperança paterna de, com a sua eventual ajuda, evitar a dissolução da "velha casa". Já eram graves os problemas domésticos na altura? Ou foi apenas a visão do que viria a acontecer na realidade ? Não o sabemos. Em todo o caso, o pai terá preparado o filho a ler, escrever e, sobretudo, contar, já que o filho, além de escrever bem, fazia muitas contas e miudinhas, anotando de forma contabilística todas as despesas domésticas, pelo menos na fase do retorno, como nos mostram a sua agenda de 1891 e o seu livro de operações bancárias. Escrituração que terá desenvolvido provavelmente no Brasil. E aos 14 anos, ei-lo a tirar passaporte (09.11.1844) e a partir pela barra do Douro, rumo a Pernambuco. A estadia no Brasil suscita-nos interrogações sem resposta. Há uma vaga informação familiar a comércio de panos e fazendas, e quando, na década de 70 fizer viagens a Portugal, ao reembarcar dá como profissão a de "negociante": era, então, sócio comanditário da firma Manuel Pinto da Silva & C<sup>a</sup>, situada na rua do Rosário, nº 110, do Rio de Janeiro, ligação que ainda manteve por algum tempo no seu retorno.

Nos anos 60 tornou-se imprescindível aos pais, segundo o testamento destes. Foi preciso dinheiro para arranjar o casal, e José enviou 400\$000 réis portugueses. Pagou-se a dívida contraída junto de um irmão do pai (279\$000) e para isso José enviou mais 418\$200, sendo o restante para pagar ainda uma outra dívida. Em face destes envios, os pais fazem-lhe doação da casa de 2 andares da rua Direita e da morada de 1 andar na calçada de S. Francisco (8.7.1864), pois as quantias enviadas constituíam o "*justo valor das referidas casas, e talvez para mais, e por isso nada tem a partilhar ou conferir dellas com os mais herdeiros*". Mas além disso, pedem-lhe ainda mais 100\$000 (238\$ francos) "*para remirmos nossas vexações*", tudo anotado, para que "*o nosso filho José não fique prejudicado em couza alguma em razão dos benefícios que nos está fazendo*". E desde 1861, que José cedera a favor das irmãs solteiras o aluguer das casas<sup>205</sup>.

<sup>204</sup> A indicação das profissões do pai de José Maria Pereira, bem como informação sobre outros ascendentes, encontra-se em SANTOS, Monteiro dos, "Ascendentes de José Régio", *Vila do Conde - Boletim Cultural*, Nova série, nº 9, Vila do Conde, C. Municipal, 1990, pp. 47-65. Para o diagrama familiar, cruzamos a informação aí contida, com as anotações que José Maria Pereira tinha na sua agenda sobre o nascimento e baptizado de todos os irmãos, segundo ele próprio, transcritas de registos de seu pai. Daí o acréscimo de alguns detalhes em relação ao artigo citado, nomeadamente as datas de nascimento e os óbitos dos dois menores, bem como a recuperação do primeiro José. Julgamos, contudo, que há um lapso nestas indicações: o nascimento de Joaquina deveria ser em 1822 e não em 1821, pois esta data implicaria uma gestação de seis meses, incompatível, ao tempo, com a sobrevivência da criança.

<sup>205</sup> A.M.V.C., *Livro de Registo de testamentos*, nº 3205, pp. 34-37.

Por 1870 aproveita as comodidades do vapor e, depois de 25 anos no Brasil e com 40 de idade, solteiro, vem a Portugal. Sabemo-lo porque em 1871 (10 de Julho) surge, de novo, a tirar passaporte, desta vez para o Rio de Janeiro, como já referimos, para onde se deverá ter mudado algures depois da estadia inicial em Pernambuco. Desta vez, parte naturalmente, por Lisboa, num dos paquetes internacionais. Ignoramos quando chegou exactamente, quanto tempo permaneceu. Mas, na febre do vapor, vamos encontrá-lo a partir ainda mais duas vezes, em 1874 (5 de Maio) e em 1879 (18 de Setembro). No mínimo, até 1879, quando termina o nosso controle de registos de passaportes, José fez a viagem do Brasil por 4 vezes, uma na década de 40 a inicial, e três agora na década de 70, já definitivamente instalado com a sua loja de comércio.

Quando retornou definitivamente ? A indicação de Março 1883 num livro de registo de contas com os bancos, pode dar-nos uma pista. É aí que ele regista os custos de uma procuração que envia para a casa Fonseca & Cunha, no Rio de Janeiro, firma que lhe assegura a compra e venda de acções, a cobrança de dividendos, as remessas para Portugal. De igual modo abre conta no Banco Aliança, do Porto.

José Maria Pereira não é um argentário igual aos dos meados do século. É um negociante modesto, que, ao longo de uma vida, conseguiu um "pé-de-meia" , investido-o em acções e obrigações. Assegurou deste modo a sua retirada, a sua reforma, que lhe tranquilizou economicamente os últimos anos, junto dos familiares, e, sobretudo, junto da irmã Libânia. Era ela que assumia a gestão do quotidiano doméstico, estabelecia a ligação com os familiares mais recentes, e nela confiava para o tratamento dos últimos dias. Viviam nas casas da família, sem espaventos, onde apenas se faziam de vez em quando obras de manutenção e pequenos melhoramentos, tendo José adquirido apenas mais uma casa próxima das suas, talvez por má vizinhança, já que utilizou um intermediário para a comprar como se fosse para si, a quem pagou uma comissão, obrigando-se por isso também ao pagamento de duas sisas. Foi o prédio da calçada de S. Francisco, nºs 18-20, que lhe custou 300\$000 réis, além de mais quase 100\$000 para registos e impostos, incluindo a gratificação de 13\$500 ao João Santa Catarina (João Pereira da Silva, de nome real) pela intermediação referida. Comprou ainda nesse ano de 1890 outra casa na rua Bento de Freitas, nºs 58-60, para a qual retirou 1200\$000 da sua conta bancária no Banco Aliança.

Além destas propriedades em Vila do Conde, qual era então a fortuna deste "brasileiro" ? Em 1889, segundo o seu próprio balanço, o seu capital distribuía-se do seguinte modo:

a) no Brasil (em moeda fraca)

28 apólices do empréstimo público de 1868.....28000\$000

200 "debentures" da Estrada de Ferro Sorocabuna.....	15337\$500
50 "debentures" da Estrada de ferro Leopoldina.....	9400\$000
40 "debentures" do Engenho Central da Pureza.....	7421\$100
Entrada para 100 acções do Banco de Crédito	
Real de S. Paulo .....	8000\$000
Saldo da c/c na casa Fonseca & Cunha.....	8368\$440
Total .....	76527\$040

b) Em Portugal (moeda forte)

Inscrições.....	20600\$000
C/c no Banco Aliança do Porto.....	21.841\$295
C/c na Caixa Económica de Vila do Conde.....	500\$000
Total.....	23284\$295

c) Capital como sócio comanditário na firma Pinto da Silva & C<sup>a</sup>,  
no Rio de Janeiro ( em moeda brasileira)..... 33000\$000<sup>206</sup>

No total, 109527\$040 em moeda brasileira, que, pelo câmbio da época, correspondia a cerca de 1/3 em moeda portuguesa, mais os cerca de 23 contos portugueses. A conjuntura do final do século, marcada pela forte queda do câmbio brasileiro sobre Londres, não aconselha a transferir o capital brasileiro para Portugal, senão o mínimo para a salvaguarda de qualquer situação imprevista. O lançamento do imposto sobre os rendimentos de capitais em Portugal será outro elemento pouco incentivador. De resto, seria uma irracionalidade fazer essa transferência, pois poucos anos antes ela produziria mais do dobro, havendo que esperar melhores dias. Como tantos outros "brasileiros" José Maria Pereira reserva os seus capitais no Brasil, gerindo-os à distância, de acordo com a firma procuradora (a Fonseca & Cunha, e, a partir de 1891, o Banco Brasileiro Português), vendendo alguns títulos, comprando outros, aplicando o seu rendimento em novos valores mobiliários, além do que retira mensalmente para Portugal. Entre os novos valores que passam pela sua conta, encontram-se acções e/ou obrigações das Companhias Geral das Estradas de Ferro do Brasil (que agregou as da C<sup>a</sup> Leopoldina, com beneficiação na permuta), da Santo António de Pádua, da Grão-Pará, da Petropolitana, da Estradas de Ferro de Macahé, da

<sup>206</sup> A sua comparticipação na casa comercial terá sido liquidada em 1892, pois em Setembro desse ano surge um depósito no Banco Brasileiro Português de 19422\$000 por ordem de Pinto da Silva & C<sup>a</sup>, com referência a uma troca de cartas.

Caminhos de Ferro de S. Cristóvão, da C<sup>a</sup> de Carros Patersal Moreaux, do Banco Industrial Mercantil, do Banco da República do Brasil. Nomes que representam, sobretudo, circulação de capital, mais do que acréscimos significativos, por imposição de resgates, reembolsos ou jogos de oportunidade ao sabor do mercado. De vez em quando, algum dissabor: são as acções da C<sup>a</sup> Central da Pureza que, em 1896, ficam sem valor, ou as do Banco Nacional Brasileiro que, em 1898, por via dum desfalque passam a valer cerca de 1/3, por decisão da Assembleia Geral respectiva<sup>207</sup>. Em Portugal, os títulos adquiridos são quase todos da dívida pública, havendo ainda a referência a 100 obrigações da Companhia Predial Portuguesa (em 1893) e 20 acções da Companhia dos Tabacos.

Com este capital, que quotidiano económico se oferece a um "brasileiro" de fim de século? Se tomarmos como exemplo, o ano de 1890, para o qual possuímos a sua agenda minuciosamente anotada, podemos conhecê-lo com alguma minúcia. Assim, José Maria Pereira deu ordens para que do Brasil lhe enviassem uma mensalidade regular de 200\$000 réis francos, o que ao longo do ano se traduzia numa verba oscilando em torno dos 80\$000 réis portugueses. Esta verba foi reforçada por algumas letras esporádicas que rondaram no total os 1400\$000. Dispunha ainda do pequeno rendimento de dois alugueres de casa e dos juros de uma dívida de 1300\$000 que emprestara a um dos irmãos (o António). As suas despesas apresentam a seguinte distribuição ao longo do ano:

Janeiro.....	36\$930
Fevereiro.....	52\$890
Março.....	99\$480
Abril.....	95\$780
Maió.....	65\$030
Junho.....	374\$550
Julho.....	58\$510
Agosto.....	67\$430
Setembro.....	261\$825
Outubro.....	132\$915
Novembro...	116\$000
Dezembro....	544\$205
Total.....	1905\$545 <sup>208</sup>

<sup>207</sup> A agenda prolonga-se para além de 1895, ano da morte de José Maria Pereira, sendo a fortuna então herdada pela irmã Libânia.

<sup>208</sup> O biografado não incluiu aqui as despesas com a aquisição das duas casas acima referenciadas.

Por aqui se pode ver que o "tio brasileiro" era uma pessoa com alguma frugalidade, pois nos meses normais quase não ultrapassava a despesa de 60\$000 mensais, ou seja, 2\$000 por dia. Pouco? Muito? Como termo de comparação, recordemos que os ordenados dos "artistas oficiais" no final do século, em Vila do Conde, rondavam os 500 réis diários, pelo que o ex-emigrante, filho de um carpinteiro e alquilador, tinha agora à sua disposição, numa situação de retirada do activo, a possibilidade de consumir o quádruplo do que teria na hipótese de seguir a profissão do pai, sem direito a retirada, pois em Portugal a sua capacidade de poupança seria quase nula. Além disso, podia dar-se ao luxo de gastar mais do que isso, quando entendesse, e tal aconteceu com frequência. Vejamos alguns dos motivos que estão por detrás destes picos consumistas, e que justificavam uma parcela própria nas contas, pois a maioria estão normalmente sob a referência geral de "despesas miúdas". Motivos que nos permitem entrever alguns aspectos mais precisos do quotidiano.

Assim, em Março, há um salto nas verbas derivado da retirada de 45\$000 para *"despesas que for fazendo a estudar o meu sobrinho Manuel, filho de meu irmão Manuel Fernandes Pereira e que entreguei a meu irmão António Maria Pereira para ir dando como for sendo preciso"*. Em Abril faz obras na "casa grande" e passa duas semanas num hotel do Porto. Em Junho a enorme despesa de quase 375 mil réis deve-se a reparações na nova casa da Calçada, recém adquirida, e à sua estadia de um quinzena nas Pedras Salgadas, gastando nesta a verba de 55\$390. Em Setembro tem a primeira entrega de dinheiro para a capela funerária que mandou construir no cemitério de S. Francisco, orçamentada em 375\$000, e, nos finais do mês (a 17), o nosso já íntimo "brasileiro" realiza o seu percurso turístico: compra os inevitáveis charutos, parte para o Porto, dá ainda um salto de carro a Vairão, e depois segue para o Luso, Figueira, Caldas da Rainha, Alcobaça e de novo o Porto e Vila do Conde, aonde chega a 2 de Outubro. Mas a 27 tinha falecido a sua irmã Joana. As despesas de Outubro, muito elevadas, devem-se, sobretudo, a ter ficado com o espólio da irmã (algum dinheiro, jóias e roupas), assumindo as despesas do funeral e médico e distribuindo o remanescente, avaliado em dinheiro, pelos irmãos. Além disso vai a Braga no dia 4 com o seu irmão Manuel, levar o sobrinho do mesmo nome, ao seminário, dando-lhe pessoalmente 12\$120 e pagando em livros e outras despesas 23\$640. Voltará lá no dia 8, agora na companhia do irmão António, por causa do mesmo sobrinho *"que quiz sahir do Seminário como sahiu"*. Roupas de inverno (terno, colete, sobretudo) e nova estadia num hotel do Porto estão por detrás dos gastos de Novembro. E a verba mais elevada, a de Dezembro, não poderia deixar de estar

relacionada com o Natal. Pelo dia 23 dá uma libra a diversas irmãs e sobrinhos como consoada, \$100 às crianças da família, 1\$000 às criadas, \$500 a mulheres identificadas apenas pelo nome, mas que parecem exteriores à família e para a irmã Libânia 30\$000. Além disso tem despesas com a nova casa da rua Bento de Freitas, ajustando as contas com seu irmão António que lhe tratava das obras e da papelada.

De pequenos gestos, ligados à família, se tece o quotidiano do "brasileiro", de alguma forma tutelando patriarcalmente o grupo mais próximo, tendo na irmã Libânia, solteira, a fada do lar e no irmão António o secretário e encarregado, que lhe trata dos assuntos e lhe faz os contactos. De certo modo, o retorno proporcionou-lhe o ascendente sobre a casa da família: retoma, à entrada da velhice, o lugar que lhe pertenceria por tradição, ainda que para isso se tenha visto obrigado a emigrar e a amealhar o suficiente para evitar a sua pulverização. Por isso, quando António, viúvo e pai de dois filhos, cedendo aos impulsos interiores, decide partir para um segundo casamento, contra a opinião do irmão, está a assumir procedimentos de auto-exclusão. Sabe que o espera o ostracismo, porque o retorno desenrola-se também num mundo de tensões, em que as expectativas de (re)ocupar lugares de direcção, por cuja responsabilização se viveram sacrifícios, se confrontam com gestos de auto-afirmação dos que ficaram. Mas afrontar o patriarcalismo do tio brasileiro custou caro, como o mostra o seu testamento (f. 12 de Junho de 1895). Por ele concede, no Brasil, em moeda fraca, algumas lembranças aos afilhados (500\$ cada) e ao sobrinho Moisés (4500\$), que provavelmente emigrara sob sua protecção. Em Portugal deixa lembranças diferenciadas a alguns irmãos e sobrinhos (eclipsando, por exemplo, o Manuel que desistira do seminário, tal como o irmão António) e deixa todo o remanescente à irmã Libânia. E não se esquece de sublinhar que no mausoléu por ele mandado construir não podem ser sepultados senão "*parentes meus, de sangue e nunca parentes por afinidade*", numa evidente alusão à sua cunhada recente<sup>209</sup>.

Mas o dinheiro do tio brasileiro terá efeitos duradouros, derramando-se familiarmente através da mediação da tia Libânia, pois como lembra Régio, "*graças a ela, meus pais não souberam o que são dificuldades financeiras durante a mocidade ou uma boa parte da vida*". Basta conhecer os percursos profissionais e intelectuais da família "regiana" para perceber que os efeitos da "*dinheirama*" do Brasil não se podem medir apenas no curto prazo da geração que a acumulou<sup>210</sup>.

\*

---

<sup>209</sup> A.M.V.C., *Livro de Registo de Testamentos*, nº 3225, testamento nº 21.

<sup>210</sup> Régio, José, *Confissão dum Homem Religioso*, Porto, Brasília Editora, 1971, p. 31.

Resumindo: entre a "saudade" e o ressentimento, o retorno da emigração do Brasil terá sido bastante importante, diminuindo o impacto do efeito da emigração, embora sem compensar os anos de "vazio" demográfico que a respectiva ausência provocou. Se há uma imagem oficiosa baseada na ideia de que o português abandona a pátria e se dissemina pelo mundo, adaptando-se à diversidade de culturas, com elas convivendo pacificamente, também a contra-imagem do retorno a contrabalança, podendo dizer-se que, pelos escassos dados existentes, se equilibram mutuamente em termos quantitativos. Tanto mais verdade quanto é certo que as estatísticas de partida dissimulam um importante peso da reemigração que a partir dos finais da década de 70 do século passado assumiu percentagens consideráveis com a generalização do vapor e o embaratecimento e menor duração das viagens.

A ideia do "brasileiro" quarentão que volta não endinheirado mas com algum "pé de meia" que lhe permite estabelecer-se de forma independente através de um pequeno comércio, oficina ou exploração agrícola é a mais correcta, segundo os indicadores sociais apurados. Efectivamente os que retornam em força não se demoram muitos anos, tudo indicando que foram ao Brasil para resolverem problemas pontuais ou não se integraram de forma satisfatória, facto que os leva ao retorno na primeira oportunidade. Os muito afortunados são efectivamente poucos, e esses deverão passar bastantes décadas no Brasil de forma a acumularem a sua fortuna. De qualquer forma, o pequeno "pé-de-meia" para além de contribuir para a construção ou adaptação da casa, aplicado em valores mobiliários garante pequenas rendas que dão ao "brasileiro" uma capacidade económica líquida acima da grande maioria da população, o que explica uma elevação de estatuto social de que o mercado nupcial se torna um bom indicador, principalmente numa região em que os lucros líquidos da faina agrícola são escassos, quando existem, e se exigem permanentes injeções de capital exterior para manter as unidades agrícolas. Por isso não só o retorno com algum capital, tal como as remessas enviadas como mesadas, colocação de capitais na dívida pública e compra de acções, aquisição de bens para o retorno futuro ou para doações, se tornam decisivas, não só a nível local como nacional, sendo um elemento indispensável ao equilíbrio da nossa balança de pagamentos com o exterior, embora com o aspecto negativo de ajudarem a constituir uma economia de subsídio.

Se o papel do "brasileiro" retornado na sociedade de que partiu é essencialmente conservador ou de jubilação, procurando viver de forma independente ou, no melhor dos casos, numa situação de retirado da vida activa, não podemos esquecer os fluxos de numerosos negociantes que do lado de cá se instalaram nas cidades e investiram em

companhias e bancos, alguns em fábricas e oficinas, contribuindo para a dinâmica económica. Se muitos dos projectos económicos em que investiram não se tornaram rentáveis nem sempre os podemos responsabilizar, pois, na sua maioria, faziam o papel de investidores, sendo os projectos liderados por negociantes e homens públicos que nunca foram ao Brasil e que dos "brasileiros" procuravam apenas captar as suas poupanças e transformá-los em instrumentos apelativos do capital da emigração através da sua rede de conhecimentos. Por isso os sucessivos insucessos, com a falência de numerosas empresas começou a retrair o investimento na esfera da economia activa por parte dos "brasileiros", preferindo o investimento de rendimento certo em apólices de dívida pública portuguesa e estrangeira, mais compatível com situações de retirada como era o caso da maioria, fenómeno que a quebra inexorável do câmbio brasileiro sobre Londres na década final de oitocentos veio agravar.

Este aspecto conjugado com outros factores (impostos de capital do lado de cá, desincentivo às transferências do lado de lá) levou a que o capital da emigração tivesse tendência a aplicar-se mais do lado brasileiro, valendo a Portugal a intensificação da emigração de homens casados, num desmembramento da célula conjugal que garantia o envio das remessas indispensáveis. De qualquer forma no Porto e seus arredores tornou-se sempre muito visível a acção dos brasileiros, quer nas zonas rurais, quer na cidade, através das suas casas agrícolas ou palacetes da cidade, investindo na agricultura, nos processos de urbanização e mantendo um importante núcleo comercial que era o responsável pela ligação ao Brasil neste aspecto, assegurando que o respectivo comércio fosse ainda um importante elemento das nossas trocas externas, embora longe das verificadas no contexto colonial.

A penetração na esfera individual mostra-nos o "brasileiro" como um homem preocupado com a terra de origem, defendendo alguns valores burgueses, como o da disseminação da escolarização e dos equipamentos sociais de apoio à doença, velhice e invalidez, raramente resistindo, contudo, à viscosidade nobiliárquica, através da compra de comendas e títulos, um dos poucos incentivos à entrada de capitais que o Estado oitocentista soube produzir para com a emigração.

